



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

LYGIA MARIA DOS SANTOS BAHIA

**CORPOS INSUBMISSOS DE MULHERES NA NATAÇÃO EM MAR
ABERTO, EDUCAÇÃO, GÊNERO E PATRIARCADO NO TEMPO
PRESENTE**

Salvador
2025

LYGIA MARIA DOS SANTOS BAHIA

**CORPOS INSUBMISSOS DE MULHERES NA NATAÇÃO EM MAR ABERTO,
EDUCAÇÃO, GÊNERO E PATRIARCADO NO TEMPO PRESENTE**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília de Paula Silva

Salvador
2025

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Bahia, Lygia Maria dos Santos.

Corpos insubmissos de mulheres na natação em mar aberto, educação, gênero e patriarcado no tempo presente [recurso eletrônico / Lygia Maria dos Santos Bahia. - Dados eletrônicos. - 2025.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cecília de Paula Silva.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia.

Faculdade de Educação, Salvador, 2025.

Disponível em formato digital.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/>

1. Natação em águas abertas. 2. Mulheres na natação. 3. Natação - Relações de gênero. 4. Mulheres - História. 5. Patriarcado. 6. Educação. I. Silva, Maria Cecília de Paula. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação. III. Título.

CDD 797.21. 8 - 23. ed.

LYGIA MARIA DOS SANTOS BAHIA

**CORPOS INSUBMISSOS DE MULHERES NA NATAÇÃO EM MAR ABERTO,
EDUCAÇÃO, GÊNERO E PATRIARCADO NO TEMPO PRESENTE**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação, Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 12 de março de 2025

Banca examinadora

Maria Cecília de Paula Silva – Orientadora _____
Doutora em Educação Física pela Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro
Universidade Federal da Bahia

Anália de Jesus Moreira _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Cristine Lima Pires _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Secretaria de Educação da Bahia

Emília Amélia Pinto Costa Rodrigues _____
Doutora em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná
Membro do grupo de pesquisa HCEL/PPGEDU/ UFBA

Enny Vieira Moraes _____
Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade do Estado da Bahia

Joana Rita Barral Lopes Vieira _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Educação Básica na Amadora, do Conselho de Lisboa do Ministério da Educação,
Portugal.

José Ney do Nascimento Santos _____
Doutor Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

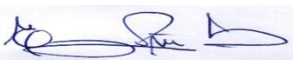
Marcos Sorrentino _____
Doutor Educação pela Universidade de São Paulo
Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PGEDU), realizada em 12/03/2025 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM EDUCAÇÃO no. 1, área de concentração Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica, do(a) candidato(a) LYGIA MARIA DOS SANTOS BAHIA, de matrícula 2020105738, intitulada CORPOS INSUBMISSOS DE MULHERES NA NATAÇÃO EM MAR ABERTO, EDUCAÇÃO, GÊNERO E PATRIARCADO NO TEMPO PRESENTE. Às 08:30 do citado dia, FACED UFBA Auditório I, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Profª. Dra. MARIA CECILIA DE PAULA SILVA que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. MARCOS SORRENTINO, Prof. Dr. JOSE NEY DO NASCIMENTO SANTOS, Profª. Dra. EMILIA AMELIA PINTO COSTA RODRIGUES, Profª. Dra. ENNY VIEIRA MORAES, Profª. Dra. JOANA RITA BARRAL LOPES VIEIRA, Profª. Dra. ANALIA DE JESUS MOREIRA e Profª. Dra. CRISTINE LIMA PIRES. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Emilia Amelia Pinto Costa Rodrigues

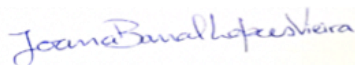
Dra. EMILIA AMELIA PINTO COSTA RODRIGUES

Examinadora Externa à Instituição



Dra. ENNY VIEIRA MORAES, UNEB

Examinadora Externa à Instituição



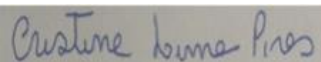
Dra. JOANA RITA BARRAL LOPES VIEIRA

Examinadora Externa à Instituição



Dra. ANALIA DE JESUS MOREIRA, UFRB

Examinadora Externa à Instituição



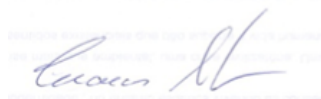
Dra. CRISTINE LIMA PIRES, SECD-10DIRED

Examinadora Externa à Instituição



Dr. JOSE NEY DO NASCIMENTO SANTOS, UFBA

Examinador Externo ao Programa



Dr. MARCOS SORRENTINO, UFBA

Examinador Interno



Dra. MARIA CECILIA DE PAULA SILVA, UFBA

Presidente

LYGIA MARIA DOS SANTOS BAHIA

Doutorando(a)

Aos meus pais Maria Lygia (*in memoriam*) e Antonio (*in memoriam*), a minha avó Guiomar (*in memoriam*), às minhas filhas Carolina e Luiza e a todas as mulheres e homens que foram e são importantes na minha vida.

AGRADECIMENTOS

À energia amorosa do universo;

Às minhas filhas, Carolina e Luiza, que acompanharam de longe e de perto o percurso dessa jornada;

A Fátima, minha cunhada-irmã, por estar atenta aos meus momentos de ausência;

A minha amiga Bete, pelas palavras de carinho e incentivo, nos momentos de cansaço e desânimo;

A Cecília, minha orientadora, pela oportunidade, confiança, paciência, carinho, e por acreditar nesse projeto;

Aos colegas do grupo de pesquisa HCEL, especialmente, Bárbara, Simone, Manoela, Duília, Quécia, Raquel, Carol e Tairine, pelo afeto, pela troca de experiências e pelos encontros festivos e calorosos;

A Cleide pela atenção, carinho e pelas contribuições;

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, pelos aprendizados e convívio colaborativo dos funcionários e professores que fizeram parte desse processo;

Aos professores da banca de qualificação, pelas contribuições para o enriquecimento dessa tese;

Aos professores Rafael Guimarães e Marlécio Maknamara pelos aprendizados, carinho e disponibilidade;

A Camila, Claudia, Lais, Maria Clara, Maria de Fátima, Quiara e Renata por aceitarem participar dessa pesquisa, pela disponibilidade e acolhimento. As suas narrativas deram vida a essa pesquisa;

A Ângela Carvalho e Marília Barreiros, mulheres que abriram e inspiram caminhos;

A Diego Albuquerque, presidente da CBDA, pela atenção e disponibilidade;

A Murilo Barreto e Patrícia Brito, professores do Yacht Clube da Bahia por sempre responderem às minhas solicitações;

A Itacy pelo encorajamento;

E a todas pessoas que cruzaram o meu caminho, e que de alguma forma, contribuíram para a realização desse projeto.

Nós somos mulheres

Nós somos mulheres de todas as cores
De várias idades, de muitos amores
Lembro de Dandara, mulher foda que eu sei
De Elza Soares, mulher fora da lei
Lembro Mariele, valente e guerreira
De Chica Da Silva, Toda Mulher Brasileira
Crescendo oprimida pelo patriarcado
Meu corpo, minhas regras, agora mudou
o quadro

Mulheres cabeça e muito equilibradas
Ninguém está confusa, não te perguntei nada
São elas por elas
Escute este samba que eu vou te cantar

Eu não sei por que eu tenho que ser a
sua felicidade
Não sou a sua projeção, você é que se baste
Meu bem, amor assim eu quero longe de mim

Sou Mulher, sou dona do meu corpo e da
minha vontade
Fui eu que descobri poder e liberdade
Sou tudo o que um dia eu sonhei pra mim

Doralyce Gonzaga / Silvia Duffrayer.

BAHIA, Lygia Maria dos Santos. **Corpos insubmissos de mulheres na natação em mar aberto, educação, gênero e patriarcado no tempo presente**. 137 f.: il. 2025. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2025.

RESUMO

Esta tese objetivou analisar, a partir das memórias e histórias de mulheres sobre as suas participações em travessias, como nadadoras e/ou técnicas-gestoras esportivas, as relações entre essas histórias, educação, patriarcado, relações de gênero no esporte, e a permanência da baixa participação feminina em relação à masculina nas travessias a nado realizadas na Baía de Todos os Santos no tempo presente. Como ponto de partida para esta análise, averiguamos onze edições dessa competição, realizadas no período de 2012 a 2022, à fim de conhecermos a proporção mulheres/homens participantes e as produções de sentido decorrentes dessa participação em relação a educação, representatividade e possíveis alterações de uma lógica patriarcal na educação. Nesta discussão privilegiou-se memórias e histórias de mulheres nadadoras de travessias, algumas delas com experiência na área técnica e na gestão esportiva. Pesquisa qualitativa, multirreferenciada, situada no campo de estudos da História do Tempo Presente. Utilizou-se a metodologia da história oral (Alberti 2005; Delgado, 2003 e 2006 Thompson, 1992) e, para construção das fontes, a entrevista temática. Para análise das entrevistas recorreu-se à teoria da produção de sentido de Verón (1980). Como resultado, nas onze edições das travessias realizadas no período de 2012 a 2022, houve um percentual de participação de uma mulher para cada quatro homens, apesar de as mulheres serem maioria numérica da população baiana. Outro resultado se refere aos sentidos produzidos nas narrativas das entrevistadas onde se destacou a permanência de barreiras que não foram superadas no espaço esportivo - modalidade águas abertas - em travessias a nado na Baía de Todos os Santos. Concluiu-se que os valores patriarcais permanecem presentes no espaço privado e público, o que determina uma educação que dificulta/impede a equidade de gênero no esporte, especialmente, nessa modalidade esportiva. Entretanto, os discursos das mulheres entrevistadas indicam, em contrapartida, avanços e rupturas quanto à prescrição normativa em relação aos papéis femininos/masculinos e apontam a importância da representatividade feminina na formação humana e educacional, para provocar mudanças educacionais e ruptura de uma lógica patriarcal. Considerou-se, igualmente, que uma maior representatividade das mulheres na esfera administrativa, na área técnica e esportiva pode potencializar outras rupturas e provocar uma participação mais equânime das mulheres no esporte, em especial, na modalidade de águas abertas.

Palavras-chave: 1. Natação em águas abertas. 2. Mulheres na natação. 3. Natação – relações de gênero. 4. Mulheres – História. 5. Patriarcado. 6. Educação.

BAHIA, Lygia Maria dos Santos. **Women's insubordinate bodies in open water swimming, education, gender and patriarchy in the present time**. 137 p.: ill. 2025. Thesis (Doctorate) – Federal University of Bahia. Faculty of Education, Salvador, 2025.

ABSTRACT

This thesis aimed to analyze, based on the memories and stories of women about their participation in swimming crossings, as swimmers and/or sports coaches-managers, the relationships between these stories, education, patriarchy, gender relations in sports, and the persistence of low female participation in relation to male participation in swimming crossings held in All Saints Bay in the present time. As a starting point for this analysis, we investigated eleven editions of this competition, held between 2012 and 2022, in order to know the proportion of women/men participants and the production of meaning resulting from this participation in relation to education, representation and possible changes in a patriarchal logic in education. This discussion privileged the memories and stories of women swimming crossings, some of them with experience in the technical area and in sports management. Qualitative, multi-referenced research, situated in the field of studies of the History of the Present Time. The oral history methodology was used (Alberti 2005; Delgado, 2003 and 2006 Thompson, 1992) and, to construct the sources, the thematic interview. To analyze the interviews, Verón's (1980) theory of the production of meaning was used. As a result, in the eleven editions of the crossings carried out between 2012 and 2022, there was a participation percentage of one woman for every four men, despite women being the numerical majority of the population of Bahia. Another result refers to the meanings produced in the narratives of the interviewees, where the persistence of barriers that were not overcome in the sports space - open water modality - in swimming crossings in the Bay of All Saints was highlighted. It was concluded that patriarchal values remain present in the private and public spaces, which determines an education that hinders/prevents gender equity in sport, especially in this sporting modality. However, the discourses of the women interviewed indicate, on the other hand, advances and ruptures in the normative prescription regarding female/male roles and point to the importance of female representation to bring about educational changes and a rupture of a patriarchal logic. It was also considered that greater representation of women in the administrative sphere, in the technical and sports areas can enhance other ruptures and lead to a more equal participation of women in sports, especially in open water sports.

Keywords: 1. Open water swimming. 2. Women's swimming. 3. Swimming – gender relations. 4. Women – History. 5. Patriarchy. 6 Educacion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Maria Clara Vilela Lopes de Brito	33
Figura 2 - Maria Clara - TIS 2022	33
Figura 3 - Quiara Lovatti Alves	35
Figura 4 - Quiara Lovatti Alves - TIS 2022.....	36
Figura 5 - Camila de Souza Silva	37
Figura 6 - Camila de Souza Silva – TIS 2022	38
Figura 7 - Claudia Mattedi Dias	41
Figura 8 - Claudia Mattedi Dias - TIS 2022.....	41
Figura 9 - Maria de Fátima Pithon das Virgens.....	43
Figura 10 - Maria de Fátima Pithon das Virgens – TIS 2022	44
Figura 11 - Renata Lomanto Carneiro Müller.....	47
Figura 12 - Renata Lomanto Carneiro Müller – TIS 2023	47
Figura 13 – Lais Café Alves	50
Figura 14 - Lais Café Alves - TIS 2023.....	50
Figura 15 - Vista aérea da Baía de Todos os Santos, em Salvador, Bahia, Brasil ...	52
Figura 16 - Travessia Itaparica X Salvador.....	59
Figura 17 - Estátua de Adoradora Feminina, Mesopotâmia Osama Shukir Muhammed Amin (Copyright).....	64
Figura 18 - Família Brasileira	81
Figura 19 - Travessia Itaparica X Salvador 2024	92
Figura 20 - Quiara na TIS em 2022	104
Figura 21 - Maria Clara na TIS 2022	115
Figura 22 - Quiara na TIS 2022	117
Figura 23 - Camila na TIS 2022.....	118
Figura 24 - Claudia na TIS 2022.....	119
Figura 25 - Maria de Fátima na TIS 2022	121
Figura 26 - Renata no Yacht Clube da Bahia	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Travessias pesquisadas/ano da edição	24
Quadro 2 - Resultados percentuais femininos e masculinos das travessias	25
Quadro 3 - Categoria/Nome/Idade/Clube – Grupo 1	29

LISTA DE SIGLAS

AAB -	Associação Atlética da Bahia
AABB -	Associação Atlética Banco do Brasil
FACED -	Faculdade de Educação
FBDA -	Federação Baiana de Desportos Aquáticos
HCEL -	História da Cultura Corporal, Educação, Esporte, Lazer, Meio Ambiente e Sociedade
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB -	Leis de Diretrizes e Bases
NEES -	Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais
OCDE -	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PARFOR -	Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PPGE -	Programa de Pós-Graduação em Educação
UFAL -	Universidade Federal de Alagoas
UFBA -	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

SOBRE MIM, NATAÇÃO, PESQUISA, SOBRE NÓS	15
1 INTRODUÇÃO.....	19
2 BAÍA DE TODOS OS SANTOS: UM LUGAR DE MEMÓRIAS ATRAVESSADO POR MULHERES	32
2.1 MULHERES QUE NADAM: SUAS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS COM A NATAÇÃO E AS TRAVESSIAS	32
2.2 NA MINHA CASA, NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS	52
2.3 DAS MEMÓRIAS DO LUGAR ÀS TRAVESSIAS NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS.....	59
3 O NÓ É LÁ ATRÁS	64
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A CRIAÇÃO DO PATRIARCADO	64
3.2 DO PRIVADO AO PÚBLICO: O PATRIARCADO NO BRASIL	81
4 DESATAR OS NÓS.....	92
4.1 EDUCAÇÃO PARA A EQUIDADE DE GÊNERO	92
4.2 EDUCAÇÃO, PATRIARCADO E EQUIDADE DE GÊNERO NAS TRAVESSIAS	104
5 NÃO É SÓ ATRAVESSAR	115
6 DA ILHA AO CONTINENTE: O MAR	124
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PPGE.....	137
APÊNDICE B - CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS	138
APÊNDICE C – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS	139

SOBRE MIM, NATAÇÃO, PESQUISA, SOBRE NÓS

Dentre as minhas lembranças está a da menina que ainda muito pequena, dizia à mãe ao vê-la limpando os sapatos do pai: – eu nunca vou limpar sapatos de “Antonios” nenhum! Antonio era o nome de meu pai. Presumo que ao dizer o nome no plural, tinha a intenção de generalizar, ou seja, “para homem nenhum”.

Essa menina que ouvia da mãe, que por sua vez também ouvia da própria mãe, que “se pudesse escolher, teria nascido homem, nem que fosse cocho”, logo compreendeu que os privilégios não eram para as mulheres. O mundo era machista! Esta constatação se evidenciou em vários momentos da infância, principalmente no cotidiano familiar, quando era solicitada para realizar tarefas domésticas para os irmãos, por serem consideradas femininas, o que gerava incômodo e disposição para questionar os papéis sociais de mulheres e homens.

Me tornei adolescente numa época em que o feminismo no Brasil experimentava a segunda onda, e se fazia presente em diferentes espaços, repercutindo nas estruturas sociais e no despertar de muitas mulheres que até então, não se davam conta dos seus direitos. Os movimentos feministas influenciaram a minha geração, porém nos espaços educacionais, as discussões ainda estavam insipientes.

O posicionamento político e discursivo em relação à falta de equidade entre mulheres e homens sempre esteve presente em mim, porém essa consciência não me furtou de passar por experiências que mais tarde, com o amadurecimento, me revelaram o quanto estavam relacionadas ao patriarcado, sistema relacional perverso que hierarquiza as relações entre mulheres e homens e resulta na subalternização feminina. Portanto, desenvolver uma pesquisa sobre mulheres me afeta e me alegra, porque é uma oportunidade para discutir as relações de gênero e assim, contribuir para a equidade entre mulheres e homens.

É também na minha infância onde se localiza a escolha da natação como espaço de investigação desta pesquisa. Aos quatro anos fui morar na Barra Avenida, bairro de Salvador, onde também nasci. Foi nas águas das piscinas da Associação Atlética da Bahia, clube esportivo e social, e nos mares do Porto e Farol da Barra, que iniciei as primeiras experiências aquáticas. Nesses lugares aprendi a nadar. Minha infância, juventude e idade adulta foram banhadas pelas águas doces e salgadas.

Águas que para além do aprendizado dos nados, se constituíram em espaço lúdico e recreativo rico de experiências formativas para o convívio social, para a vida.

Essas experiências aquáticas me atraíram para o primeiro estágio, quando ainda era aluna do curso de licenciatura plena em Educação Física da Universidade Católica do Salvador. Fui contratada pelo Yacht Clube da Bahia como estagiária de natação infantil e adulta. A partir desse momento retornei às águas com um outro propósito: o de vir a ser professora de natação. No final dos anos 80 e começo dos anos 90, tem início a minha caminhada profissional, e apesar das experiências em outras áreas da educação física, a natação sempre esteve presente. Assim assumi os cargos de professora, auxiliar técnica e técnica de equipes de natação, coordenadora de atividades aquáticas, professora e coordenadora de projeto social¹, e por fim professora de cursos de bacharelado e licenciatura em Educação Física e bacharelado em Ciências Biológicas, no ensino superior privado.

Em 2005 se iniciou a minha trajetória como docente nos cursos do ensino superior, ministrando aulas de vários componentes curriculares. Porém, o ensino da natação, foi o mais recorrente. Como resultado dessa experiência, fui contratada em 2013 para ser docente do curso de licenciatura em Educação Física do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), no qual a natação foi uma das disciplinas ministradas.

Toda essa vivência acumulada chamou atenção da querida colega Prof.^a Anália Moreira², quando lhe revelei o desejo de ingressar em um programa de pós-graduação *stricto sensu*. Na época, reconhecendo a minha trajetória sugeriu que elaborasse um projeto sobre a história da natação em Salvador. Sugeriu procurar a Prof.^a Maria Cecilia de Paula Silva, que se tornou minha orientadora, por saber que esta tinha sido nadadora, e se interessaria por uma pesquisa que discutisse a produção histórica na Educação Física.

Entrei em contato com a Prof.^a Maria Cecilia, que prontamente se interessou, convidando-me para participar das reuniões do grupo de pesquisa História da Cultura Corporal, Educação, Esporte, Lazer, Meio Ambiente e Sociedade (HCEL), que se realizavam todas as quintas-feiras à tarde. Após um longo tempo de namoro com o

¹ O Projeto Nadar: um mergulho para a cidadania foi criado em 2008 pela autora dessa tese, e executado com a parceria da Academia Dalia Acqua Sport & Fitness, ONG Moradia e Cidadania, da designer Andrea Soares e outros parceiros. O projeto permaneceu ativo de 2009 a 2019.

² Prof.^a Anália Moreira foi minha colega no curso de licenciatura da UNIRB no período entre 2005 a 2009.

grupo de pesquisa, consegui frequentar com mais regularidade as reuniões do grupo. Fiz algumas disciplinas como aluna especial e em 2014 passei na seleção do mestrado.

Assim, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED/UFBA em 2015.1, trazia o desejo de realizar uma pesquisa sobre a história da natação na cidade de Salvador, por constatar a ausência de registros historiográficos de um dos primeiros esportes praticados nesta cidade. Porém, após o ingresso no Programa, a ideia inicial foi amadurecendo e nos encontros de orientação com a Prof^a Maria Cecília, surgiu a ideia de realizar um recorte na história da Travessia Mar Grande – Salvador, competição de natação em mar aberto, que privilegiasse a discussão da participação de mulheres e o processo educativo advindo desta participação.

O resultado dessa experiência, ratificou em mim a identificação com esse campo de pesquisa, e por isso ao elaborar o projeto para concorrer a uma vaga no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (PPGE/FAGED/UFBA) em 2019.2, fui movida pelo desejo de dar continuidade à pesquisa do mestrado. Continuar na linha da pesquisa histórica, sobre mulheres e suas travessias na Baía de Todos os Santos, decorre do meu interesse pelo percurso histórico das mulheres no esporte. É uma semente plantada por minha mãe, minha maior referência, de quem sempre escutei muitas histórias. Esse interesse se iniciou lá na infância, na escuta de histórias da família, de Maria Quitéria e Joana Angélica, das festividades e cultura baiana, dentre tantas que povoaram o meu imaginário e o meu encantamento pela força feminina. É também por ter acompanhado o treinamento e a participação de atletas nas Travessias Mar Grande – Salvador, quando trabalhava no Yacht Clube da Bahia, e pela relação afetiva com a Baía de Todos os Santos.

Após a aprovação, as expectativas para essa nova fase da minha trajetória acadêmica foram rapidamente atravessadas pela avalanche de momentos tristes e trágicos causados pela pandemia de Covid-19 e principalmente pela partida de minha mãe, em maio de 2020. O cenário familiar se cruzava com o nacional, ambos em luto. Foram momentos difíceis, que impactaram a pesquisa, não somente por me deslocar para a casa interior e repensar o sentido da vida, mas por assistir os impactos sociais, econômicos e culturais, resultantes do negacionismo político do governo de então, que resultou na tragédia de quase 700 mil mortes. Nesse cenário, foram as mulheres,

as mais impactadas, seja pelo aumento da violência familiar, seja com a sobrecarga de trabalho, seja pelo desemprego, o que endossou ainda mais a escolha do estudo sobre as mulheres como campo de investigação.

Como as águas dos rios, o objeto de pesquisa e eu confluímos para fazer emergir do mar da Baía de Todos os Santos, a presença das mulheres que participam de travessias de natação em mar aberto.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado se configura como uma continuidade às investigações do mestrado intitulado “Histórias e memórias de mulheres nadadoras: o que a Travessia Mar Grande–Salvador revela sobre a educação das mulheres em Salvador/BA”, finalizado em 2017, que discutiu a relação entre a educação de mulheres e a participação feminina na Travessia Mar Grande – Salvador³, nos anos de 1956, 1957, início das primeiras participações das mulheres nesta travessia, e 2016. Por conta das limitações e objetivos da pesquisa de mestrado, não foi possível avançar na análise da desproporção entre a participação feminina e a masculina revelada na pesquisa, o que se constituiu nos estudos desse doutoramento. Com esse propósito, discutimos nessa investigação, as interseções entre educação, patriarcado, relações de gênero no esporte, e a participação feminina em travessias a nado, realizadas na Baía de Todos os Santos no tempo presente.

Esta pretensão é reflexo da nossa implicação com a temática, do desejo de analisar estruturas que fortalecem a desigualdade de gênero nessa modalidade esportiva, e do reconhecimento de lacunas no conhecimento sobre a cultura historiográfica feminina, sobre práticas esportivas, em particular, as travessias a nado em mar aberto. É por acreditarmos na importância de um “olhar atento” para o papel das mulheres na construção da história, em particular, na história das mulheres no esporte, porque “Assim como os homens, as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história [...] são e foram peças centrais, não marginais, para a criação da sociedade e a construção da civilização” (Lerner, 2019, p. 28), que enveredamos por essas travessias femininas.

Ao protagonizar as mulheres no campo da pesquisa acadêmica intencionamos visibilizar, problematizar, analisar a presença/ausência desses corpos nessa modalidade de natação, que é predominantemente masculina, e assim, contribuir para desmistificar os “não lugares” das mulheres nessa prática esportiva.

É um estudo relevante, porque enseja desconstruir a representação naturalizada de que mulheres e homens se constroem femininos e masculinos pelas diferenças corporais e que essas diferenças justificam desigualdades. Portanto,

³ Travessia realizada na Baía de Todos os Santos com largada da Praia do Duro, Ilha de Itaparica e chegada na Praia do Porto da Barra, Salvador/Bahia/Brasil.

contribui para visibilizar e valorizar o fazer histórico de mulheres no campo esportivo e sua relação com questões de gênero, na perspectiva de superar resistências educacionais, sociais e culturais à sua participação no esporte.

Ademais, a pesquisa privilegia as histórias e memórias de mulheres que ocupam diferentes lugares no cenário esportivo da natação de águas abertas em Salvador/BA. “A História das Mulheres é indispensável e essencial para a emancipação das mulheres” (Lerner, 2019, p. 27). E com essa pesquisa, é possível contribuir para a construção da história feminina neste esporte, e consequente a mudança de consciência das mulheres em relação à superação dos seus lugares historicamente determinados pelos homens.

Historicamente, as mulheres no Brasil têm sido segregadas social e politicamente o que lhes conferiu invisibilidade enquanto sujeitos. É uma história de exclusão, marcada por impedimentos e interdições, o que propiciou desigualdades em vários campos da vida em sociedade. O acesso à vida pública, à liberdade sexual, à educação formal, ao mercado de trabalho, ao lazer, às atividades esportivas, o direito ao voto dentre outros, exemplificam o imenso campo de lutas das mulheres por igualdade de direitos.

Reféns de uma sociedade androcêntrica, patriarcal, estruturada no pilar do “mando masculino”, as mulheres têm ocupado um lugar de subalternidade, de inferioridade, no qual as palavras obediência e submissão se destacam. O patriarcado é uma construção histórica, milenar, formada por mulheres e homens, e tem como unidade básica, a família patriarcal (Lerner, 2019). Essa estrutura que opera há milênios em inúmeras sociedades humanas, criou uma verdade própria, a de que as mulheres são seres naturalmente inferiores. Os princípios, valores, convicções dessa “verdade” foram tão naturalizados que se tornaram invisíveis nas estruturas organizacionais da sociedade, ditando normas e valores.

Sobres as origens do patriarcado no Brasil, Santos e Silva (2018) explicam que no período Brasil colônia, a base organizacional da sociedade era preponderantemente a família patriarcal, que de acordo com Lerner (2019, p. 261) “expressava e criava de modo incessante suas regras e valores”. Nesse modelo de sociedade, instituído no período colonial brasileiro, “a mulher deveria obedecer ao pai e marido, passando da autoridade de um para a do outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel” (Scott, 2013, p. 16). Tolhidas por uma educação restritiva e impeditiva, foram consagradas socialmente para a maternidade, para os cuidados

da família, ficando confinadas por muito tempo no ambiente doméstico, e impedidas de desenvolverem suas potencialidades em diferentes instâncias sociais.

Motivos religiosos, morais, culturais, morfofuncionais, dentre outros, têm sido utilizados para justificar as desigualdades sociais entre mulheres e homens. Louro (1997), ao tratar sobre a história dos estudos feministas, aponta que havia um consenso de que a desigualdade era gerada pela distinção biológica entre mulheres e homens, já que secularmente, desta distinção decorria o entendimento de complementariedade e, por isso, cada um desempenhava um papel social. No entanto contrapondo-se a essa ideia, Louro (1997, p. 21) afirma:

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos.

Nesse sentido, Louro (1997, p. 22) esclarece que não existe a pretensão “de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia”, mas a necessidade premente de evidenciar a construção histórica e social como produtoras dessas diferenças biológicas. Corroborando com Louro (1997), Silva (1998, p. 175) afirma que ao se falar de gênero “é preciso enfatizar que ele é muito mais que simples interações entre homens e mulheres [...] o gênero é uma estrutura complexa, para além das dicotomias sexuais (homem x mulher) e das especificidades da reprodução”.

“O uso da palavra gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas, que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (Scott, 2017, p. 72). A autora considera-o uma categoria analítica, que abarca os componentes das relações sociais – dominação e subordinação – instituídos pelas diferenças de gêneros e influenciados por quatro elementos que operam em conjunto: os símbolos, conceitos normativos, a dimensão política e a identidade subjetiva.

As representações históricas, sociais e culturais que enfatizam corpos frágeis, delicados, maternos, compassivos, justificadas socialmente pela biologização das diferenças entre mulheres e homens, oferecem resistência à outras construções de corpos femininos, a exemplo das novas inscrições corporais de mulheres nadadoras

de travessias em mar aberto. Superar essa visão unidimensional implica em “ser necessário conceber uma educação que compreenda o corpo nas suas diversas dimensões – biológica, social, cultural, histórica, política, espiritual – para não negar as suas verdades [...]” (Vieira, 2018, p. 98).

Ao reconhecer que “do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva” (Le Breton, 2012, p. 7), podemos supor que enfatizar as diferenças bioanatomofisiológicas entre mulheres e homens para justificar a ausência dos corpos femininos nos múltiplos cenários da vida social, contribui para uma educação polarizada, que privilegia os homens e deixa de facultar às mulheres o direito de exercerem suas sociabilidades, nos diversos campos da experiência humana.

A respeito do processo educativo de mulheres e sua relação com os papéis de gênero, Adichie (2017), afirma que a sociedade engendra desde muito cedo, a ideia do que deve ser um menino e do que deve ser uma menina. Essa afirmativa aponta para uma produção compulsória de um corpo generificado, que sustenta a estrutura androcêntrica, patriarcal, cujos papéis sociais, normas, códigos de conduta, são introjetados desde o nascimento, o que confere à família o primeiro espaço educativo para manutenção/superação das desigualdades entre mulheres e homens.

Sobre os espaços educativos que nos formam, Brandão (2013) considera que a educação se mistura com a vida e se apresenta como oportunidade de aprendizado nos diferentes lugares de convivência social. Nessa perspectiva os espaços formais de educação, a exemplo da escola e da universidade, não são os únicos locais onde ela acontece.

Para Brandão (2013, p. 10), “da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender”. Assim, pensar em uma educação emancipadora numa perspectiva feminista, requer descolonizar o discurso e as práticas machistas que atravessam os espaços informais, não-formais e formais de educação, ou seja, importa discutir as resistências que mantêm o *status quo* dos privilégios e domínio masculino em todos os lugares, onde a vida acontece, como por exemplo o espaço esportivo.

Quando analisamos questões de gênero no âmbito das práticas corporais e esportivas no Brasil, identificamos desigualdades históricas em relação à participação de mulheres e homens. Essas desigualdades surgem da ostensiva utilização de argumentos relacionados a questões anatômicas e fisiológicas das mulheres.

Para Louro (1997, p. 21) “a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e justificar – a desigualdade social”. Artigos e decretos apontados por Mourão (2000) evidenciam a justificativa da biologia dos corpos das mulheres para impedi-las de praticar determinadas práticas esportivas, a exemplo, do Art. 54 do Decreto-lei nº 3.199/1941, que destacava: “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza” (Mourão, 2000, p. 12). Essa proibição perdurou até 1975, período em que as mulheres ingressaram com mais força no mercado do trabalho, além da militância de movimentos feministas e sociais, os quais buscavam romper ideias conservadoras de feminilidade presentes no início do século XX (Goellner, 2012).

A despeito das proibições de práticas esportivas consideradas “incompatíveis” para as mulheres, desde o início do século XX, a natação feminina, por ser considerada adequada para a biologia da mulher se constituiu como um dos esportes mais populares. “A prática feminina dessa modalidade se difunde ao longo das décadas iniciais do século XX, chegando aos anos 1950, como um dos esportes prediletos para as mulheres” (Bahia, 2017, p. 67).

Nos anos de 1950, na cidade de Salvador/BA, a prática da natação feminina se realizava nas poucas piscinas da cidade e no mar. Enseadas como a do Porto dos Tanheiros e da Barra figuram entre os primeiros locais utilizados para competições de natação, a exemplo da prova dos 5.000m em Itapagipe. Em 1955, realizava-se a Prova Baía de Todos os Santos⁴, marco da natação em águas abertas⁵ em Salvador -BA com saída da Praia do Duro localizada na cidade de Mar Grande, Ilha de Itaparica, e chegada em Salvador. No ano seguinte, iniciam-se as primeiras participações de mulheres nesta prova (Bahia, 2017).

A pesquisa de Bahia (2017) sobre a história da participação das mulheres na Travessia Mar Grande-Salvador, nos anos de 1956, 1957 e 2016, revelou que em 2016, a proporção mulheres/homens participantes foi de 1 mulher para cada 4 homens, desproporção relevante ao considerar os 60 anos que separam os primeiros anos de participação feminina (1956 e 1957) e o ano de 2016. Dentre os possíveis

⁴ Nome original da primeira travessia à nado, realizada entre a Ilha de Itaparica e Salvador, registrado no regulamento da competição divulgado pelo Jornal A Tarde em janeiro de 1955, porém popularizou-se como Travessia Mar Grande-Salvador. Informação obtida em (BAHIA, 2017).

⁵ Segundo as Regras Oficiais das Águas Abertas, vigência 2023-2025 da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, a “natação em águas abertas pode ser definida como qualquer competição que ocorra em rios, lagos, oceanos ou canais, exceto para provas de 10 Km” (CBDA, 2023, p. 5).

motivos para essa desproporção, o estudo apontou o medo da “masculinização” do corpo feminino devido ao estigma do ombro largo que acompanha a prática da natação e algumas restrições familiares e sociais apoiadas na permanência de representações, que conferem às mulheres a exclusiva responsabilidade de papéis sociais, tais como os cuidados com a família e filhos.

Consideramos que a discussão da pesquisa de Bahia (2017) tensiona questões caras à assunção das mulheres no esporte, campo demarcado pela hegemonia masculina. Sendo assim, motivadas em avançar na reflexão sobre as resistências que dificultam, cerceiam um maior número de mulheres nessas travessias, acessamos o resultado geral feminino e masculino⁶ da 3ª edição da Travessia Itaparica-Salvador, realizada em 2022, com a finalidade de verificar se houve alteração na proporção mulheres/homens participantes. Constatamos que 19,6% são mulheres e 80,4% são homens, o que revela a proporção de 1 mulher para cada 4 homens.

Mediante esse resultado e com o da 52ª Travessia Mar Grande-Salvador de 2016, revelado na pesquisa de Bahia (2017), foi verificado o resultado geral feminino e masculino de mais 9 travessias, realizadas no período de 2012 a 2021. Foram elas: Travessia Mar Grande – Salvador (edições de 2012, 2014), Travessia Baía de Todos os Santos (edições de 2013, 2016, 2017, 2018 e 2019) e Travessia Itaparica X Salvador (edições de 2020 e 2021).

Com esse acréscimo, foi feito um novo cálculo percentual da proporção mulheres/homens participantes, o qual incluiu onze travessias realizadas no período de 2012 a 2022 (Quadro 1). Convém informar que não foi encontrado o resultado da 50ª Travessia Mar Grande – Salvador realizada no ano de 2013, e que em 2015 não houveram travessias.

Quadro 1 - Travessias pesquisadas/ano da edição

Travessia Mar Grande – Salvador (2012, 2014, 2016)
Travessia Baía de Todos os Santos (2013, 2016, 2017, 2018, 2019)
Travessia Itaparica X Salvador (2020, 2021, 2022)

Fonte: FBDA (2011; 2012; 2014; 2016)

⁶ Para a realização do cálculo percentual de mulheres e homens, computamos todos os nomes do resultado geral feminino e masculino, independente dos atletas não terem sido classificados, terminado a prova, estarem fora do tempo ou não terem comparecido. Esta escolha se baseia no nosso interesse em obter apenas quantas mulheres e homens estavam inscritos na prova, ou seja, aptos para a competição.

Este novo cálculo resultou em uma média geral de 19,7% de mulheres e 80,2% de homens, ou seja, de 1 mulher para cada 4 homens. Essa proporção díspare é constatada ao analisar os resultados percentuais obtidos em cada travessia quanto à participação de homens e mulheres (Quadro 2).

Quadro 2 - Resultados percentuais femininos e masculinos das travessias

NOME E EDIÇÃO DA TRAVESSIA	FEMININO	MASCULINO
Travessia Mar Grande – Salvador 2012	16,5%	83,5%
Travessia Mar Grande – Salvador 2014	20,6%	79,4%
Travessia Mar Grande – Salvador 2016	20%	80%
Travessia Baía de Todos os Santos 2013	16,3%	83,7%
Travessia Baía de Todos os Santos 2016	13,3%	86,7%
Travessia Baía de Todos os Santos 2017	19,8%	80,2%
Travessia Baía de Todos os Santos 2018	28,7%	71,3%
Travessia Baía de Todos os Santos 2019	20,3%	79,7%
Travessia Itaparica X Salvador 2020	17,6%	82,4%
Travessia Itaparica X Salvador 2021	24,6%	75,4%
Travessia Itaparica X Salvador 2022	19,6%	80,4%

Fonte: FBDA (2011; 2012; 2014; 2016)

Este resultado nos levou a considerar que a baixa participação feminina quando comparada à masculina, está relacionada à cultura patriarcal presente nos espaços privado e público, o que determina uma educação que pouco ou nada incentiva, restringe, e até impede a participação de mulheres no espaço esportivo, em específico nas travessias a nado discutidas neste estudo.

Assim, a partir dessa proposição elaboramos a seguinte questão de pesquisa: considerando as memórias e histórias de mulheres sobre suas participações em travessias, como nadadoras e/ou técnicas-gestoras esportivas, que relações podemos estabelecer entre essas histórias, educação, patriarcado, relações de gênero no esporte e a permanência da baixa participação feminina em relação à masculina nas travessias a nado realizadas na Baía de Todos os Santos no tempo presente?

A fim de direcionar o nosso estudo elaboramos o seguinte objetivo geral: analisar, a partir das memórias e histórias de mulheres sobre as suas participações

em travessias, como nadadoras e/ou técnicas-gestoras esportivas, as relações entre essas histórias, educação, patriarcado, relações de gênero no esporte, e a permanência da baixa participação feminina em relação à masculina nas travessias a nado realizadas na Baía de Todos os Santos no tempo presente.

Para atender o objetivo geral, elaboramos os seguintes objetivos específicos: conhecer as histórias da participação de mulheres na natação e em travessias realizadas na Baía de Todos os Santos, como nadadoras e/ou técnicas-gestoras esportivas; descrever aspectos históricos do patriarcado no mundo e no Brasil; analisar as relações entre educação, gênero, patriarcado e a participação de mulheres em travessias; destacar as contribuições da participação nas travessias das mulheres participantes da pesquisa.

Partindo do princípio de que o método de pesquisa está diretamente relacionado ao fenômeno a ser estudado, a escolha da abordagem qualitativa se constitui a mais pertinente para a discussão aqui proposta, posto que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2011, p. 21), além de preocupar-se com aspectos da realidade que dificilmente podem ser quantificados, pois centra-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

É uma pesquisa multirreferenciada, situada no campo de estudos da História do Tempo Presente, abordagem que valoriza a presença daqueles que participaram da história, e nesse sentido o corpo assume uma autoridade legítima. Carrega consigo as marcas das experiências, o testemunho vivo dos fatos, eventos de um tempo passado que permanecem relevantes no tempo presente. A “[...] História do Tempo Presente demarca temporalidades em construção, as quais correspondem ao vivido e aos vivos” (Lohn, 2019, p. 11). Neste sentido, o estudo transita entre o passado e o presente na escuta de memórias, que tecem histórias das mulheres que participam desta pesquisa.

Tempo, história e memória, constroem narrativas importantes para o fazer histórico. São elos entrelaçados, porém a memória não se resume ao ato de narrar (Delgado, 2006), “ela não visa a transmitir o em ‘si’ do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa. Investe sobre o sujeito e o transforma” (Bosi, 1994, p. 88). Ferreira (2002) afirma que a expansão dos debates sobre a memória e sua relação com a história forneceu possibilidades para uma nova compreensão do passado.

O passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos é desafio possível de ser enfrentado. À história e à memória compete buscar e empreender tal tarefa (Delgado, 2009, p. 13).

Ademais, a memória é construtora de identidades individuais e coletivas, concede significados às nossas experiências e existência, oferecendo suporte para reconstruir o passado e o presente e construir o futuro (Delgado, 2009). Enfim a memória “como forma de conhecimento e como experiência, é um caminho possível para que sujeitos percorram as temporalidades de suas vidas” (Delgado, 2006, p. 16).

Na construção dessa história optou-se pela metodologia da história oral, por considerar estes relatos importantes fontes de informações, na medida em que revelam fatos não relatados pela história, e privilegiam as narrativas dos envolvidos no processo, suas vivências e experiências. Narrativas que conduzem os sujeitos à tomada de consciência de si e conseqüentemente de suas trajetórias, ressignificando as suas histórias. Se referindo à metodologia da história oral, Thompson (1992), afirma ser uma narrativa construída a partir dos sujeitos que participaram da história o que propicia uma nova reconstrução histórica, mais realista, mais imparcial, o que confere a história oral um compromisso social.

Segundo Alberti (2005, p. 15), trata-se de “uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea”. Complementando, Delgado (2006, p. 16) a compreende como “um procedimento, um meio, um caminho para a produção do conhecimento histórico” conferindo um duplo ensinamento: o tempo passado e o tempo presente.

Para o trabalho de produção das fontes orais, foram utilizadas as entrevistas temáticas, definida por Delgado (2006, p. 22) como “experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados [...] que fornecerão elementos, informações, versões, e interpretações sobre temas específicos [...]”. As entrevistas ocorreram mediante a leitura da Carta de Apresentação (Apêndice A) e assinatura da Carta de Cessão de Direitos (Apêndice B), nas seguintes etapas, conforme orientações de Delgado (2006): preparação da entrevista, preparação dos roteiros (Apêndice C), realização da entrevista, transcrição para o texto escrito e análise.

Delgado (2006, p. 25) orienta: “o primeiro passo para a preparação de um depoimento de história oral consiste, portanto, na escolha de critérios para a definição

dos potenciais entrevistados”. A autora reitera a importância da seleção e quantidade dos entrevistados, bem como o ordenamento das entrevistas. Nesse sentido sugere escolher entrevistados que contribuam para os objetivos propostos, dar prioridade às pessoas mais idosas, às mais relevantes para o projeto e em quantidade que resulte num material que traga dados, evidências, comparações, pontos convergentes e divergentes, dentre outros aspectos.

Sobre a preparação dos roteiros das entrevistas, segundo Delgado (2006), deve: a síntese das questões levantadas na pesquisa, não ser uma camisa-de-força e ser adequado à participação do entrevistado na pesquisa. Vale ressaltar que após as entrevistas, foram feitas algumas interlocuções via WhatsApp com parte das entrevistadas, que objetivaram esclarecer as narrativas e enriquecer a pesquisa.

Para a etapa da realização da entrevista, Delgado (2006, p. 27) faz algumas observações pertinentes:

Considerar que o ato de entrevistar é precedido pelo respeito e alteridade; estabelecer diálogo sincero, deixar fluir a entrevista; respeitar os momentos de silêncio e esquecimento por serem tão importantes quanto as narrativas; evitar perguntas longas e indiretas; respeitar o temperamento e personalidade do entrevistado; formular perguntas que provoquem respostas; considerar que as lembranças são construções do presente sobre o passado; evitar interromper as narrativas; realizar a entrevista em um local no qual o entrevistado mais à vontade e confiante; criar uma relação de confiança que ajude contribuir para o sucesso da entrevista.

A fase de transcrição das entrevistas consiste na “primeira versão escrita dos depoimentos, buscando reproduzir, com fidelidade, tudo que foi dito, sem cortes nem acréscimos” (Delgado, 2006, p. 29).

A análise das entrevistas, última etapa do processo, deve “estar vinculada às questões propostas pelo projeto que as motivou e orientou” (Delgado, 2006, p. 29). A autora salienta que o grande desafio desta fase é a construção das evidências e estabelecimento de correlações e análises comparativas que contribuam para a consecução dos objetivos da pesquisa.

A partir das orientações de Delgado (2006), a pesquisa foi conduzida em 5 etapas, desde a preparação, quando foram selecionadas as entrevistadas, até a análise final dos resultados, com o cuidado de evidenciar as vivências narradas pelas participantes durante a coleta e transcrição dos dados, como verifica-se:

1. Preparação da entrevista: foram escolhidas 7 mulheres, todas nadadoras e com experiência em travessias, divididas em 2 grupos: o grupo 1 formado por 5

mulheres (Quadro 3), que participaram da 3ª Travessia Itaparica – Salvador, realizada em 2022 (FBDA, 2022); e o grupo 2 formado por 2 mulheres, sendo 1 com experiência na gestão esportiva e 1 com experiência na gestão esportiva e na área técnica. Foram elas respectivamente: Renata Lomanto Carneiro Müller e Lais Café Alves.

Quadro 3 - Categoria/Nome/Idade/Clube – Grupo 1

CATEGORIA	NOME/IDADE	CLUBE
1 MASTER A (25 a 29 anos)	Maria Clara Vilela Lopes de Brito, 25 anos	Yacht Clube da Bahia/CBC/BA
2 MASTER B (30 a 34 anos)	Quiara Lovatti Alves, 33 anos	CT. A. Ronald Swimming
4 MASTER D (40 a 44 anos)	Camila de Sousa Silva, 43 anos	AAB/CTRA/BA
6 MASTER F (50 a 54 anos)	Claudia Mattedi Dias, 53 anos	Arena Aquática SSA
8 MASTER H (60 a 64 anos)	Maria Fátima Pithon das Virgens, 63 anos	Lais Café Trainer

Fonte: Autoria própria (2025)

Essa divisão possibilitou uma percepção mais ampla sobre o cenário da participação feminina nas travessias, que englobasse a atuação como atleta, técnica e gestora. Foi escolhida a 3ª TIS por ter sido a travessia mais recente até a data da escrita da tese, o que possibilitou um cenário mais atual da participação feminina. O critério de escolha das mulheres do grupo 1 foi serem de categorias e clubes diferentes. O interesse por categorias diferentes se baseou na possibilidade de ouvir relatos de mulheres de diversas idades, e que por isso pudessem trazer olhares distintos sobre a participação feminina nessa modalidade esportiva. Em relação ao pertencimento a entidades esportivas diferentes, proporcionou identificar diferenças na cultura dessas entidades quanto à participação de mulheres.

2. Roteiros das entrevistas: foram elaborados dois roteiros: um para o grupo 1 e outro para o grupo 2. Os dois foram elaborados para atender aos objetivos da pesquisa, sendo assim apresentam questões comuns e outras distintas, porém compreendendo que o roteiro deve ser flexível e por tanto sujeito a acréscimos caso sejam necessários no decorrer da pesquisa.

3. Realização das entrevistas: o contato/convite para todas as entrevistadas foi realizado via Whatsapp e/ou telefone cedido por colegas do ambiente esportivo. No contato esclarecemos o motivo do interesse pela entrevistada. Após o aceite do convite, foi marcado o dia, o horário e o local da entrevista mais adequados para a

entrevistada. As entrevistas foram desenvolvidas de maneira a deixar a colaboradora à vontade e segura, quanto à sua contribuição para a pesquisa. Foi respeitado o tempo das narrativas, estimulando-as quando necessário, bem como explicitando qualquer dúvida em relação às questões quando estas não eram bem compreendidas pela colaboradora. No dia da entrevista foram entregues a Carta de Apresentação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)(Apêndice A) e duas vias da Carta de Cessão de Direitos (vide respectivamente os anexos 1 e 2)(Apêndice B). Para a gravação da entrevista, foi utilizado p gravador de voz do aparelho telefônico celular.

4. Transcrição: Foi feita uma transcrição literal, ou seja, com as mesmas palavras das colaboradoras.

5. Análise: Após a transcrição, foram realizadas leitura e análise das narrativas, de modo a compreendê-las com mais profundidade, e assim poder estabelecer relações entre o conteúdo das mesmas e os objetivos da pesquisa.

Para a análise e interpretação das narrativas optou-se pela teoria da análise do discurso de Véron (1980). O autor considera que a produção discursiva, não deve ser pensada à margem do contexto social, cultural, político, econômico. Em relação aos sentidos produzidos pelo discurso, considera que não há uma única interpretação. Para ele não pode haver:

[...] análise de um texto 'em si mesmo' [...] analisar um texto é sempre analisar pelo menos *dois* textos" [...] "de vez que um texto pode ser abordado de várias e diferentes maneiras. Não existe, portanto, abordagem absoluta de um determinado conjunto textual (Véron, 1980, p. 205 – 206).

Nesse sentido, as narrativas dos diferentes sujeitos sociais, participantes dessa pesquisa, foram interpretadas a partir dos sentidos produzidos, sabendo-as impregnadas por diferentes valores, crenças, opiniões.

Soma-se às fontes produzidas pela metodologia oral, o referencial teórico escolhido para dar sustentação, embasamento para a discussão aqui proposta. A utilização de documentos e/ou imagens de acervos pessoais, como também reportagens, filmes, vídeos, e outras fontes visam enriquecer, trazer fatos e informações para a pesquisa.

De modo a alcançar os objetivos, a pesquisa apresenta-se em capítulos. Inicialmente é apresentado um prólogo "Sobre mim, natação, pesquisa, sobre nós" com a trajetória da pesquisadora, que culminou com o desenvolvimento desse estudo.

Em seguida, no capítulo 1, é apresentada a introdução, a qual traz a contextualização do tema objeto da pesquisa, a justificativa, o problema da pesquisa, os objetivos, a metodologia e essa síntese sobre os capítulos.

O capítulo 2, “Baía de todos os santos: um lugar de memórias atravessado por mulheres”, possui três subseções. A subseção 2.1 apresenta as mulheres que participam da pesquisa, suas histórias com a natação e com as travessias; a 2.2 discorre sobre aspectos geográficos, históricos e culturais da Baía de Todos os Santos; e a 2.3 faz uma síntese da história do surgimento das travessias realizadas na Baía de Todos os Santos.

O capítulo 3, “O Nó é lá atrás”, é constituído por duas subseções. A 3.1 aborda a criação do patriarcado a partir de uma perspectiva histórica; e a 3.2 versa sobre aspectos históricos do patriarcado no Brasil nos espaços privado e público.

O capítulo 4 “Desatar os nós”, está estruturado em duas subseções. A 4.1 trata sobre educação para equidade de gênero. A 4.2 discute as relações entre a educação, patriarcado e relação de gênero nas travessias.

O capítulo 5 “Não é só atravessar” são apresentadas as contribuições da participação nas travessias para as participantes da pesquisa.

Por fim, no capítulo 6 “Da Ilha ao continente: o mar”, são tecidas as reflexões sobre o percurso da pesquisa, evidenciando o alcance dos objetivos, resultados, limitações da pesquisa, e as possibilidades de ampliação desse estudo, em pesquisas decorrentes, que possam contribuir com a equidade de gênero no esporte.

2 BAÍA DE TODOS OS SANTOS: UM LUGAR DE MEMÓRIAS ATRAVESSADO POR MULHERES

Oh! Mãe deste meu espelho d'água
O mar interior Tupinambá
Kirimurê das ondas mansas
Onde aprendi navegar⁷

Semelhante à largada das travessias, momento no qual nadadoras e nadadores realizam o primeiro mergulho e, já horizontalizados na água, movimentam braços e pernas para atravessar a Baía de Todos os Santos e chegar a Salvador, este é o primeiro mergulho para sentir as águas que permeiam a tese e que pretendem nos levar ao nosso objetivo. Para isso, inicia-se este capítulo com a apresentação dos braços e pernas, das mulheres que participam desta pesquisa, suas memórias e histórias com a natação e com as travessias realizadas nessa baía, seja como nadadoras, seja nas funções de técnica ou gestoras esportivas.

Em seguida, descreve-se os aspectos geográficos, históricos e culturais da Baía de Todos os Santos, destacando-a como lugar de memória e representatividade para a cultura local e para as mulheres que nadaram travessias nessa baía. Por fim, destacam-se a história do surgimento das travessias a nado realizadas entre a Ilha de Itaparica e Salvador e algumas modificações ocorridas até o momento presente.

2.1 MULHERES QUE NADAM: SUAS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS COM A NATAÇÃO E AS TRAVESSIAS

Para fins meramente didáticos, são apresentadas inicialmente as 5 nadadoras que participaram da 3ª Travessia Itaparica-Salvador realizada em 2022, e em seguida, 2 nadadoras, 1 com experiência em gestão esportiva e 1 com experiência na área técnica e da gestão esportiva.

Assim apresenta-se a nadadora Maria Clara Vilela Lopes de Brito (Figuras 1 2 2):

⁷ Verso retirado do samba enredo de 2023 da Escola de Samba Unidos da Tijuca. Informação obtida em: <https://www.letras.mus.br/samba-concorrente/unidos-da-tijuca-2023-julio-alves-e-cia/>

Maria Clara Vilela Lopes de Brito⁸, eu nasci no dia 26 de março de 1997, em Salvador/Bahia/Brasil, meu gênero é feminino, minha raça é negra. Minha classe social é média, estado civil, solteira, não tenho filhos, eu sou formada em Marketing e trabalho com Gestão de Marca.

Figura 1 - Maria Clara Vilela Lopes de Brito



Fonte: Acervo da colaboradora

Figura 2 - Maria Clara na competição - TIS 2022



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

⁸ Entrevista realizada em 22 de novembro de 2023

Acerca da sua história com a natação, Maria Clara narra:

[...], eu comecei a nadar muito pequena, eu...cresci no Yacht⁹ fazendo aquela natação no Yacht [...], e eu sempre gostei muito da natação [...]. Minha irmã mais velha, é uma ano e meio do que eu. E é aquela coisa né? Irmã mais nova quer ser igual à irmã mais velha, aí minha irmã odiava a natação e aí eu fui na onda dela [...]. Aí a gente foi crescendo, ela odiava natação, eu sempre tive uma relação boa com a natação, mas acabei me afastando porque, enfim, fui fazer outros esportes que eu gostava de fazer com ela, era aquela coisa assim meio que simbiótica [...].

Maria Clara atribui ao padrinho com o qual tem uma relação de amizade e admiração, o seu retorno para a natação e o interesse de nadar travessias. Sobre isto ela rememora:

[...], ele nada, ele faz desde adolescente a travessia [...]. Eu lembro que na pandemia a gente estava em Guarajuba [...], e tava minha mãe e minha avó em Guarajuba, e o Yacht, [...], como era pandemia eles botaram o link ao vivo da travessia. Aí eu vi meu dindo chegando, aquela emoção, minha mãe chorando, minha avó chorando, eu, [...] véi,¹⁰ eu quero isso pra mim [...]. Eu quero ter um objetivo na minha vida. Que eu trace, defina e que eu fale, [...] eu fiz, sou punk! E aí eu falei, sabe de uma, eu vou fazer isso!

O desejo despertado ao ver o padrinho chegando de uma travessia, foi fortalecido ao ver fotos no grupo de whatsapp de natação do Yacht o qual nunca deixou de pertencer mesmo quando se afastou da natação, revela Maria Clara: “Aí eu me lembro que virou o ano, [...] eu procurei Ricardo, que era treinador do Yacht, aí falei: Ric, [...] quero fazer a travessia, quero nadar, vou nadar com você, aí ele tá, então venha amanhã 6h que eu tô aqui [...]”.

Maria Clara acreditava que antes de treinar com Ricardo deveria primeiro passar um tempo nadando na escolinha de adulto para depois ingressar na equipe, e, para sua surpresa ele lhe disse: “– Com esse pensamento você nunca vai fazer a travessia [...] porque você nunca vai se achar boa, você nunca vai vir”. Então, Maria Clara respondeu: “– Então tá, amanhã eu tô aqui. [...] Aí foi o início [...]. No outro dia eu fui 6h da manhã e não parei mais.”

9 Clube social e desportivo, fundado em 23 de maio de 1935, com conquistas nacionais, continentais e mundiais em esportes como natação, vela, remo e pesca, localizado na Av. Sete de Setembro, 3252, Ladeira da Barra, Barra, Salvador – BA (YACHT CLUBE DA BAHIA, s.d.).

¹⁰ A gíria véi é utilizada num contexto informal para se referir a alguém por quem se tem algum apreço, amizade, a exemplo de mano, brother (DICIO, s.d.)

A nadadora reflete que foi o desejo de fazer a travessia que a motivou a voltar a nadar. A respeito da sua motivação para participar da 3ª TIS, comenta: “é mostrar pra mim mesma que eu sou capaz, que [...] quando a gente quer a gente pode e ter essa conexão maior comigo mesma”.

Maria Clara nos conta que a 3ª TIS foi a sua segunda experiência nadando travessias. Em 2021 participou pela primeira vez e considera essa primeira participação um verdadeiro projeto de vida, o qual denominou de Projeto Travessia além Travessia. Segundo ela, foi uma experiência que mudou a sua perspectiva de vida.

Quiara Lovatti Alves (Figuras 3 e 4), também nadadora colaboradora, assim identifica-se:

Sou Quiara Lovatti Alves,¹¹ [...] nasci no dia 02 de julho de 1989, nasci em Salvador/Bahia/Brasil, gênero feminino, raça parda, classe social, classe média, solteira sem filhos, sou formada em Farmácia, e atualmente sou docente da Universidade Federal da Bahia.

Figura 3 - Quiara Lovatti Alves



Fonte: Acervo da colaboradora

¹¹ Entrevista realizada em 22 de novembro de 2023

Figura 4 - Quiara Lovatti Alves - TIS 2022



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

Sobre a sua história com a natação relembra:

Eu aprendi a nadar quando eu estudava no Salesiano, tinha entre onze e doze anos, aprendi a nadar e comecei a competir em piscina, e nadei uns dois, três anos, próximo ao terceiro ano eu saí, e fui estudar pro vestibular. Fiz faculdade e voltei a nadar somente em 2017. Só em 2018 que eu fiz a minha primeira prova de mar. Eu fiz uma prova de 1km, morrendo de medo, porque eu sempre fui de piscina, sempre competi em piscina, e aí de lá pra cá, me apaixonei, só quero nadar no mar agora, nem de piscina eu gosto mais de participar de competição.

A respeito do seu interesse para realizar a 3ª Travessia Itaparica - Salvador recorda que:

Então, meu irmão também era nadador de piscina, fez algumas provas no mar, e a gente tinha alguns colegas na época da adolescência e nossos professores também que já tinham feito essa travessia, e eu achava algo impossível pra mim e achava também algo admirável. Quando eu fiz a minha primeira prova de 1km, eu falei: quero fazer essa travessia Itaparica-Salvador.

E aí, não sei, acho que é um sonho antigo de me desafiar através da prova, que eu vi algumas pessoas fazendo, mas que eu sempre achei que seria muito difícil.

A 3ª TIS foi a primeira travessia Itaparica-Salvador de Quiara. A colaboradora comenta que por ter parado de nadar por 12 anos, e por achar que eram necessários muitos anos de natação para realizá-la, seria muito difícil efetivar esse desejo. Para ela, a travessia lhe ensinou a superar os desafios.

A nadadora Camila de Souza Silva (Figuras 5 e 6), assim se apresentou:

Meu nome é Camila de Sousa Silva¹², nasci em 23 de dezembro de 1978, em Salvador, Bahia, Brasil, sou gênero feminino, raça negra, classe social média, solteira, tenho uma filha de 17 anos, sou formada em Medicina Veterinária pela UFBA, e trabalho em uma distribuidora de produtos veterinários.

Figura 5 - Camila de Souza Silva



Fonte: Acervo da colaboradora

¹² Entrevista realizada em 29 de novembro de 2023.

Figura 6 - Camila de Souza Silva – TIS 2022



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

A respeito da sua história com a natação, Camila lembra:

Bem, eu comecei na natação com 7 anos, por causa de meu irmão, na verdade, meu irmão teve indicação médica, porque ele tinha asma, ele é três anos mais velho do que eu, e na escola que a gente estudava tinha oferta de natação. Como minha mãe precisava unir os dois (risos) no mesmo esporte, eu entrei por conta dele. E aí poucos meses depois, eu já passei pra...pra...equipe mesmo, com 7 anos ainda, fiz a minha primeira viagem pra competir, sozinha. [...] fui pra Recife pra fazer a minha primeira competição, e aí, assim nadei até os 13 lá no Salesiano, no Colégio Salesiano, lá em Nazaré.

Sobre o motivo pelo qual parou de nadar nos conta: “[...] quando eu tava já no ensino médio, segundo grau na época, e por conta de todas as abdicações, eu já tava

na adolescência, eu via minhas colegas todas saírem... [...] ter tempo pra fazer as coisas, eu não podia fazer muita coisa né?”.

Em relação ao seu retorno para a natação ela relembra:

[...] entrei na faculdade em 97, ali na Ondina, na UFBA de Ondina, e tinha alguns colegas da universidade mesmo que faziam natação. Na época era no, no... Espanhol. Tinham começado uma equipe de natação mesmo no Espanhol, e algumas pessoas começaram a me chamar, porque, a gente conversando, sabiam que eu tinha nadado, e aí em 98 eu resolvi voltar. Voltei! Eu estava estudante, [...] aí como era próximo a escola, eu saía da faculdade e ia, e aí, comecei despretensiosamente, eu comecei pra voltar a fazer atividade física mesmo, não tinha a intensão.

Quanto à participação em travessias, Camila recorda que um mês e pouco após ter retornado a nadar, já enturmada, houve uma travessia em Porto Seguro, os 500 anos do descobrimento, e a turma toda ia participar. Sobre esse evento relembra o que o seu técnico lhe disse:

[...] vamos viajar com a gente, mas não era para eu fazer a travessia, eu nunca tinha feito travessia. [...] e aí eu fui para a viagem, eu não fui para fazer a travessia, até porque eu tinha um mês e pouco que eu tinha voltado e aí quando a gente chegou lá, ele falou assim: oh te inscrevi viu? Só pra você fazer um teste. Eu, e aí, eu sempre fui muito chorona, muito chorona, aí eu comecei a chorar, não, não vou, não vou, ainda mais porque lá em Porto Seguro, é mar aberto mesmo [...].

Apesar de relutar, Camila participou da competição e para a sua surpresa foi campeã da sua categoria, e lembra de ter falado: “[...] Gente, tá errado isso! [...] aí pronto eu tomei gosto, e na primeira que eu fiz assim, gostei! Gostei da experiência apesar de ter sido um pouco traumática por que eu fui sem saber que eu ia¹³ [...]”.

Depois desse evento ocorrido em 1999, Camila narra: “[...] aí fiz os circuitos desse ano, [...] aqui de Salvador [...] no ano seguinte, eu fiz a primeira, que na época era Mar Grande-Salvador”. Relata que após essa primeira travessia, fez mais algumas e novamente parou de nadar.

[...] tava perto de formar, eu fiz duas faculdades ao mesmo tempo, aí era atleta, fazia estágio, aí começou a ficar muito cansativo, muito desgastante, aí comecei a fazer estágio supervisionado e aí terminei que parei novamente [...] depois desse período aí parei e fiquei quase 20 anos parada.

13 A entrevistada interrompe a fala, mas se referia à não saber que iria nadar.

Camila informa que tem 4 anos e pouco que voltou a nadar na AAB, por sugestão de uma amiga. A princípio, nadou na escolinha e depois na equipe do Prof. Arapiraca, técnico de natação do mesmo clube, a quem confere boa parte dos seus resultados e superação. Informa que neste retorno participou de pequenas travessias. Em 2021 realiza o circuito de águas abertas mas comenta: “[...] não senti aquele chamado e aí quando começou 2022, eu já comecei sabendo o que era que eu queria. Eu iniciei o ano já com o meu planejamento todo, que aquele ano eu faria [...]”.

A entrevistada explica que a motivação para participar da 3ª TIS tem uma forte influência de seu técnico. O desejo de lhe retribuir a confiança, incentivo e investimento nela, reforçou mais ainda a vontade de realizar esse projeto, o que lhe conferiu excelentes resultados. Sobre isso, recorda:

[...] 2022 foi o meu melhor ano assim, sem dúvida nenhuma, de... de tudo, de campeonato, de destaque, fui a destaque do ano do campeonato, fui campeã baiana destaque 2022, fui a sereia, tudo que tinha assim, eu sempre tava, porque eu tava com muita vontade, sabe? [...].

As idas e vindas da natação e das travessias refletem as escolhas de Camila, fazem parte da sua história de vida. Apesar dos momentos de afastamento, as águas permaneceram de braços abertos, aguardando sempre um novo retorno. Um exemplo disso, foi a sua participação na 3ª TIS – Projeto que impulsionou mudanças. Para ela, 2022 foi o melhor ano “em tudo”. Quem sabe nadar no mar não foi a sua grande descoberta? Descobrir-se na 3ª TIS foi um evento de, enquanto atravessava as águas, mergulhava em si mesma, se reconhecendo para além dos desafios, como mulher protagonista da própria vida.

Claudia Mattedi Dias (Figuras 7 e 8), se apresenta, com uma fala intercalada pela expressão “é...”, expressão de quem busca nas próprias memórias, as palavras que a designam e identificam:

Meu nome é Claudia Mattedi Dias¹⁴, nascida em 17 de julho de 1969, é... no Hospital Português à meia noite e trinta minutos, na cidade de Salvador do estado da Bahia, no Brasil. Sou do sexo feminino, mulher, sou branca, sou classe social média, é... sou divorciada, sem filhos, sou formada em Ciências Sociais e Política e também em Direito. E sou policial penal.

¹⁴Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2024

Figura 7 - Claudia Mattedi Dias



Fonte: Acervo da colaboradora

Figura 8 - Claudia Mattedi Dias - TIS 2022



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

A respeito da sua história com a natação, rememora:

Eu comecei a nadar na Associação Atlética Banco do Brasil, a AABB, quando era ali no Porto da Barra, onde hoje tem o mercado, com três anos de idade. Então com três anos eu fui para aprender a nadar, e com cinco anos eu participei da minha primeira competição de natação.

Dentre as suas memórias, recorda com carinho e alegria da sua primeira competição:

[...] ainda como mirim, em 1974, e se eu não me engano essa competição foi na Vila Olímpica da Bahia e no meu primeiro revezamento, esqueceram de me explicar que eu só deveria cair na hora que a pessoa da minha raia chegasse, quando eu vi peixinho¹⁵ caindo, eu pulei junto aí fui desclassificada, mas aprendi e nunca mais fiz mais nada errado.

Claudia tem uma longa história com na natação, já que continuou a nadar até os 18, 19 anos. Teve um interregno entre 1990 a 1999 período em que fez triathlon, só retornando à natação alguns anos depois. Sobre isso nos conta:

[...] da AABB, eu fui para a Associação Atlética, quando petiz, quando a AABB fechou a natação fiquei do infantil até o início de juvenil A [...] na Associação Atlética [...] e de lá eu fui pro Yacht Clube. Aí nadei do juvenil A, até adulto no Yacht, 18 anos, quando eu comecei a fazer triathlon [...] Fiquei sem nadar de 1999 até... 2022, quando eu voltei a nadar na Arena Aquática¹⁶, hoje com o técnico Leonardo, que a gente chama de Leo.

Acerca da participação em travessias e em particular na TIS 2022, relembra:

[...] a TIS de 2022, que foi no ano retrasado, foi a minha segunda TIS, minha segunda travessia na realidade. Quando eu voltei a nadar, a gente tinha ou piscina, provas curtas, ou provas de travessias que são provas longas. Como eu gosto mais de esportes de longa distância e as provas de piscina só tinham provas de 50 m: 50 crawl, 50 costas, 50 peito, 50 golfinho, vez ou outra tinha um 200 medley, um 400 medley, eu falei assim: vou cair pra provas de travessia que tem pelo menos umas distâncias maiores, aí fiz o circuito o ano inteiro de travessia, quando chegou no final do ano eu estava classificada pra travessia, aí falei assim: ah! Já que eu gosto de coisa longa, eu vou pra esse desafio de fazer a travessia!

15 Peixinho era o apelido da nadadora Sulamita Araújo, que pertencia ao mesmo clube de Claudia, porém Peixinho era do revezamento A e Claudia do revezamento B. Ambas eram as 3^{as} nadadoras dos seus respectivos revezamentos. Informação obtida na entrevista.

¹⁶ A Arena Aquática Salvador é um espaço aquático público cuja gestão administrativa e técnica está a cargo da Secretaria Municipal de Trabalho, Esporte e Lazer (ARENA AQUÁTICA DE SALVADOR, s.d.)

Claudia iniciou muito cedo a participação em competições de piscina, e por mais de 20 anos ficou afastada da natação. Ao retornar, optou fazer travessias por gostar de provas longas. Ela conta que redescobriu a natação e que não pretende parar de nadar. Diz gostar de se desafiar, de se superar. Daí sua motivação para fazer travessias.

Exemplo de resiliência e força, Maria de Fátima Python das Virgens se apresenta:

Meu nome, Maria de Fátima Python das Virgens¹⁷, data de nascimento, 01 do 06 de 1959, local de nascimento, Salvador/Bahia/Brasil, gênero feminino, raça parda, classe social média, estado civil viúva, tenho dois filhos, minha formação é formação nível superior e hoje sou uma pessoa aposentada.

Figura 9 - Maria de Fátima Python das Virgens



Fonte: Acervo da colaboradora

¹⁷ Entrevista realizada em 01 de dezembro de 2023

Figura 10 - Maria de Fátima Pithon das Virgens – TIS 2022



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

Sobre a sua história com a natação, recorda:

A minha história com a natação é assim eu sempre fui louca pelo nado. Eu tenho a lembrança do meu tio indo, a gente indo veraneiar na ilha e meu tio, ele, ele era remador, ele era atleta de remo e ele quando viu aquele mar na frente da casa disse assim: eu não posso deixar essas crianças aqui se saberem nadar. E me botou lá no fundo e me largou, e eu dizia meu tio eu não sei nadar, eu me lembro tanto! E ele venha bata a perna, bata a perna, foi aí que eu comecei a dar os meus primeiros nados.

Quanto à sua permanência na natação, Maria de Fátima relembra:

[...] Quando era adolescente, que eu estudei no ICEIA, que tinha uma piscina, é... o técnico de lá convocou eu e minha irmã, mas meu pai não deixava nem a gente fazer treino no mar, não deixava a gente viajar, ele aí disse que não ia deixar, não ia, ia tirar a gente da equipe por que não ia ficar é... treinando, a gente sem ter como ter uma resposta né? Por que a gente não ia poder nadar, viajar, fazer competição. Aí, pronto fui viver minha vida [...].

No relato dessa história, conta que o seu retorno para a natação, está relacionado   uma lesão ocupacional. A esse respeito, revela:

[...] eu tive um problema na cervical, e pela minha profissão como dentista, meu médico, olhou pra mim e fez assim ou você vai fazer nata o ou você vai ficar eternamente fazendo fisioterapia. Por que isso vai estar recorrente você sentindo dores [...] eu tinha 28 anos de idade. Aí eu voltei a nadar, mas nadar em escola¹⁸.

Maria de Fátima relembra que após o fracasso da tentativa de nadar   noite, resolveu nadar no horário que pegava os dois filhos no Colégio Salesiano, para que coincidissem o término da sua aula de nata o, com a saída dos filhos da escola. Além disso, declara que o seu amor pela nata o foi despertado novamente a partir da participa o dos filhos na equipe de nata o do Colégio Salesiano: “[...] aí eu fui me apaixonar de volta pela nata o n ? E viajando com os meninos aí eu dizia: um dia ainda vou ser atleta na terceira idade (risos). Na terceira idade eu vou ser atleta (risos). S  dizia isso!”

Com rela o ao seu desejo em realizar travessias, diz:

[...] E aí pronto fui seguindo vida, nadando, a vida passou, quando eu fiz meus 55 anos [...] já tava viúva, [...] eu nadava, [...] eu nadei em várias piscinas n , nesse tempo todo. E aí eu tava na...Sacramentinas¹⁹, e o professor de l , e eu disse a ele que eu tinha um sonho em fazer Mar Grande-Salvador n ?

Ela nos conta que foi Lucas, seu filho caçula, que a orientou a procurar Lais Caf ²⁰ porquê ao assistir a aula da mãe na Sacramentinas observou que não era apropriada para quem desejava realizar a travessia. Então procurou Lais, e passou a treinar com ela. Lembra que após treinar o primeiro semestre, fez a sua primeira prova no mar e recorda demonstrando prazer e alegria: “Me lembro tanto! Dia 14 de agosto [...] foi 1000m, eu acho”.

No ano seguinte, seu filho Lucas se preparava para fazer a travessia e ela continuava treinando, “fazendo uma bagagem”, como ela mesma disse. Ao acompanhar de barco o filho na prova disse: [...] quando eu vi aquele mar, meu filho

¹⁸ Nadar em escola, significa fazer nata o sem propósito de competi o.

¹⁹ Maria de Fátima se refere ao Colégio Sacramentinas. Ela reside no mesmo bairro desta escola.

²⁰ Lais Café, professora de Educa o Física e técnica de nata o.

nadando...a gente ver o mar, pra baixo, pra cima, mas quando vi meu filho nadando...eu fiz: gente! Para o ano eu vou fazer isso! Quem vai fazer isso sou eu!

Em 2017 ela faz a sua primeira travessia que na época chamava-se Baía de Todos os Santos. Após essa travessia, Maria de Fátima ficou sem piscina, nadou um período no mar e depois permaneceu nadando com professores em outras piscinas. Após essa fase, resolveu dar um tempo das provas longas e passou a nadar distâncias mais curtas.

Veio a pandemia, fechou o consultório, mas continuou no hospital, haviam protocolos rígidos no trabalho, enfim, vários motivos que fizeram-na pensar em se aposentar. Porém, a ociosidade da aposentadoria à preocupava. Ao compartilhar essa preocupação com Luciano, seu filho mais velho, ele sugeriu fazer outra travessia. Em 2022, procurou Lais Café para fazer a 3ª TIS. Essa segunda travessia foi especial, emocionante, porque seu filho foi o guia. Apesar de ter feito um tempo menor, nessa segunda experiência não havia preocupação em fazer um tempo. Para ela, estar ali no mar é só prazer.

Maria de Fátima tem uma história peculiar. Apesar de gostar muito de nadar, foi cerceada na adolescência, só retornando quando já era mãe. Esse retorno que a princípio era para cuidar da sua saúde, despertou o antigo amor pela natação, o que a fez escrever uma nova história. As lembranças afetivas do tio ensinando-a a nadar nas águas da Baía de Todos os Santos, a fez buscar novos percursos, a fazer travessias, o que ela declara ser apaixonante.

A nadadora Renata Lomanto Carneiro Müller (Figuras 10 e 11), ao apresentar-se, revela seu interesse em proporcionar às mulheres, discussões sobre equidade de gênero no ambiente profissional.

Meu nome é Renata Lomanto Carneiro Müller²¹, nascida em 02 de novembro de 1978, nasci em Salvador, Bahia, Brasil, mulher, sexo feminino, é raça branca, classe social...eu acho que eu nasci numa classe média privilegiada, sou casada, tenho dois filhos, sou advogada, de formação, hoje eu sou gestora de uma mineradora de pedra britada, trabalho em indústria, e faço parte também de sindicato, sou diretora sindical, que me levou à federação das indústrias, onde também eu desenvolvo um trabalho para mulheres na indústria.

²¹ Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2023

Figura 11 - Renata Lomanto Carneiro Müller



Fonte: Arcervo da colaboradora

Figura 12 - Renata Lomanto Carneiro Müller – TIS 2023



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

No tocante a sua história com a natação, rememora:

[...] eu cheguei na natação com dois anos. Na época eu tive o diagnóstico de asma, eu era uma criança asmática, e naquela época os pediatras orientavam as famílias de levarem os filhos pra água, pra natação, pra abrir o peito. Era assim: ah...esse pulmão tem que expandir! [...] eu tenho 45 anos, não existia natação voltada pra bebê, na época, minha mãe encontrou uma piscina, onde hoje é o Horto²², na época era em Brotas²³, mas assim, ali, Waldemar Falcão, que hoje é o bairro do Horto Florestal, tinha uma casa que eu não sei porque ali tinha natação para bebês. Era um grupo bem pequeno [...] ela me conta que eu comecei lá com dois anos e nunca parei.

Sobre a participação em travessias lembra que foi uma consequência do seu interesse em nadar maratonas aquáticas, que surgiu no ano 2000, ano em que também se formou. Renata que em 2008 foi para o Yacht Clube da Bahia.

[...] Em 2008 Ricardo Santana²⁴ promoveu um projeto que era do máster, e...foi quando meu filho nasceu em julho, o obstetra me liberou pra voltar a nadar em outubro, então outubro de 2008 eu volto a nadar no Yacht, na equipe máster e sigo até os dias de hoje [...] eu já nadava maratona aquática, mas foi no Yacht que eu fiz a primeira travessia Mar Grande-Salvador²⁵.

Além de ter participado de várias travessias, possui o mérito de ser a primeira mulher a assumir o cargo de diretora no Yacht Clube da Bahia, clube fundado no ano de 1935. Em 2011, 76 anos após a fundação do clube, uma mulher torna-se a diretora de natação do clube. Sobre isso reporta:

Eu fiquei seis anos [...] eu fiz parte de 3 gestões [...] eu fui porque o Yacht é um clube social, a diretoria é composta por sócios. [...] Eu sou sócia desde que eu nasci [...] nadava já desde 2008 e a gente estava querendo dar um incentivo né? Criar um projeto de formação no esporte e dar um incentivo na natação do clube. Porque o nosso receio, o clube tem no estatuto o fomento dos esportes aquáticos, e natação é um deles, mas nessa época a natação estava de fato ficando pra trás por falta de um projeto específico pra ela. O clube tinha estrutura, tinha escolinha, tinha a equipe de competição mas não tinha uma meta [...]. As pessoas iam e treinavam e voltavam pra casa. Entendeu? Então era muito mais a prática da atividade física do que o esporte em si e aí...a gente, os sócios se reuniram [...] era um anseio do grupo de nadadores.

²² O Horto Florestal, foi oficializado bairro de Salvador em 2017. Na época referida pela colaboradora era uma localidade do Bairro de Brotas (Duarte, 2020).

²³ Bairro de Salvador

²⁴ Técnico de natação

²⁵ A entrevistada nadou a Travessia Baía de Todos os Santos, porém é comum as pessoas se referirem à travessia entre a Ilha de Itaparica e Salvador como sendo Mar Grande – Salvador, nome que a popularizou.

Acerca da sua indicação, explica:

[...] eu como sou sócia desde o meu nascimento, eu sempre tive, eu tinha uma intimidade com o Yacht, eu tinha intimidade com a diretoria do Yacht. O vice-comodoro na época, Armando, Armando Tavares era o vice-comodoro de esporte, é padrinho de minha irmã entendeu? Uma pessoa que me viu nascer, e aí meu nome foi cogitado.

Afora a sua relação com a natação e com o clube, o seu aceite para o cargo tem relação com a sua capacidade de liderança. A esse respeito, esta confessa: “[...] meu nascimento, a história da minha vida, começa com muita independência, então eu tive de ser líder. Por uma questão até de sobrevivência, entendeu?” Para ela a liderança foi uma coisa muito natural, como afirma: “[...] eu sempre dentro do grupo me destaquei como líder, e aí topei! [...]”.

Após os seis anos de gestão, Renata passou o cargo para Mauricio Mattos, que também possui uma história de nadador no clube. Ela tem uma história longa e peculiar com a natação. Iniciou muito cedo nesse esporte, participou de várias travessias e ocupou o cargo de gestora esportiva, sendo este último um fato pouco comum no campo do esporte. É a única mulher, diretora de natação de um clube federado na FBDA.

O protagonismo feminino dessas mulheres fortes e tão representativas no contexto dos esportes, se estende também na profissão e no cotidiano, como espelho no cenário educacional, nos espaços culturais, de trabalho e acadêmicos. O Ser mulher para essas colaboradoras ganha a dimensão das águas, a imensidão das ondas e a alegria das conquistas.

Finaliza-se a apresentação das nadadoras colaboradoras da pesquisa, com a apresentação de Lais Café Alves (Figuras 12 e 13), cuja relação com a natação atravessa a existência desde a infância:

Lais Café Alves²⁶, nasci no dia 16 de maio de 89, na cidade de Salvador, Bahia, Brasil, sou do gênero feminino, raça parda, classe social, classe média baixa, solteira, sem filhos, sou formada em bacharelado em Educação Física e hoje sou treinadora de natação e possuo assessoria de corrida e aquathlon²⁷.

26 Entrevista realizada em 22 de dezembro de 2023

27 Um aquathlon é uma corrida multiesportiva que consiste em elementos contínuos de corrida e natação. Informação obtida na entrevista.

Figura 13 – Lais Café Alves



Fonte: Acervo da colaboradora

Figura 14 - Lais Café Alves - TIS 2023



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

Em relação à sua história com a natação e com as travessias, relata:

Aprendi a nadar com uns 9, 9 pra 10 anos justamente porque eu tinha muitos problemas de peso, sobrepeso, engordava, emagrecia e aí meus pais me colocaram pra eu aprender a nadar, gostei, e a competir com o professor lá do clube Medley de Pernambués²⁸ [...] aí me convidam pra fazer a primeira travessia que foi Ribeira-Bonfim, de 2km. Uma travessia que era realizada por Pinho, ainda na época, e aí eu fiz, gostei, meu pai sempre gostou do mar, eu também tinha uma boa relação com o mar, e aí acabei pegando gosto, fui indo, aí aos 16, 17 anos eu fiz a minha primeira travessia, que foi a Mar Grande-Salvador, [...] agora depois de adulta eu fiz a Itaparica-Salvador.

Além de nadadora Lais também é técnica de natação e gestora esportiva. Sobre o interesse em assumir outros papéis no âmbito da natação, discorre:

[...] a natação veio me moldando como ser humano [...] me dando uma personalidade forte, ensinando a batalhar pelos objetivos e a relação com o mar, é uma relação de desafio [...]. O fato de a gente conseguir sempre estar vencendo aquelas adversidades vai fortalecendo a nossa personalidade [...] Pra escolher trabalhar com isso, eu queria que as outras pessoas pudessem participar disso [...] Então eu queria ensinar também trazendo as pessoas para esse universo. [...] A gestora iniciei há pouco tempo [...], em 2021, quando eu resolvi sair da assessoria de Triathlon e abrir a minha própria assessoria.

Quanto à escolha de abrir a própria empresa, esclarece que trabalhava numa assessoria como professora. Sempre deu treino de natação em academias, clubes, inclusive pra equipes de másters²⁹, cujo objetivo era nadar travessias. Portanto, já tinha experiência. Atualmente trabalha “[...] com travessias, corridas e Aquatlon, que é corrida e natação no mar, em águas abertas”.

Laís nos conta que após abrir a assessoria, “[...] vieram muitos alunos, inclusive com dificuldades de nadar no mar que me procuram pra fazer assessoria, pra poder perder o medo, pra poder melhorar a natação”. Portanto além das pessoas que querem nadar travessias, há os que a procuram para nadar pequenas distâncias, sem competição, e compete quem quiser.

Diz ela: “Eu faço aquela ligação pra perder o medo do mar”. Exemplo disso, é uma aluna que recentemente fez a prova de Inema³⁰, e já quer fazer a travessia da

²⁸ Bairro de Salvador.

²⁹ Categoria de atletas com 25 anos ou mais (FBDA, 2022).

³⁰ Prova de Águas Abertas que ocorre na Praia de Inema em Salvador/BA. Informação obtida na entrevista.

Ilha de Itaparica –Salvador, para festejar o aniversário de 40 anos. “Era uma aluna que não podia ver um peixinho na água, que saia correndo”, lembra Lais.

Lais começou a nadar ainda criança e possui uma extensa história com a natação. Além da experiência como atleta, inclusive de travessias, optou em agregar outras experiências advindas dos papéis de técnica e gestora esportiva. Papéis, ainda pouco comuns de serem desempenhados por mulheres, nesse esporte.

As memórias trazidas por estas sete mulheres mostram parte de suas histórias com a natação, o “percurso” que nadaram para realizarem o projeto, o sonho de atravessar a nado a Baía de Todos os Santos, assim como o da conquista de outros espaços no âmbito esportivo, como labor técnico e a gestão. Nem sempre as águas estiveram calmas, porém o desejo de realizarem os seus projetos foram mais fortes. Essas mulheres mostram que os caminhos escolhidos não foram lineares. Encontros, separações, recomeços, desbravamentos marcaram essas histórias de desejo, prazer, adversidades, superação e realização.

2.2 NA MINHA CASA, NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

Figura 15 - Vista aérea da Baía de Todos os Santos, em Salvador, Bahia, Brasil



Fonte: Freepik (2024)

O título dessa subseção “na minha casa, na Baía de Todos os Santos”, foi extraído de uma das falas da entrevistada Quiara Lovatti Alves, ao demonstrar o quanto essa baía era o seu lugar de pertencimento.

As travessias à nado, que destacamos nesse estudo ocorrem na Baía de Todos os Santos. Esta enorme baía, com área de 1.233 km², localizada nas bordas da cidade de Salvador, capital da Bahia, é o resultado de uma longa herança geológica que se inicia com a separação entre a América do Sul e a África, há 145 milhões de anos (Dominguez; Bittencourt, 2009, p. 62). A condição geográfica privilegiada por ser larga, segura, navegável e rica em recursos naturais favoreceu a escolha da baía para acolher, a partir de 1549 a cidade de São Salvador, sede do poder político, militar e religioso da colonização portuguesa na América (Adan, 2016).

Considerada Patrimônio Cultural da Humanidade, a Baía de Todos os Santos, abriga um ecossistema rico em biodiversidade. As águas doces provenientes dos rios que desaguam na baía, movimentadas pelos ventos e marés, ajudam para a manutenção da vida dos manguezais, estuários e recifes de corais. Estes ricos ambientes são muito produtivos, e usados para o alimento e sustento (Ribeiro; Andrade; Hatje, 2011).

A palavra Kirimurê que significa “o grande mar interior”, era a denominação utilizada pelos indígenas Tupinambá, para se referirem à Baía de Todos os Santos (Oiticica; Oswaldo-Cruz, 2010). Considerados descendentes dos grupos Tupi arqueológicos, os Tupinambá, ainda que não fossem os únicos grupos, dominavam a região do Recôncavo³¹ no século XVI, período da chegada dos portugueses na região (Etchevarne; Fernandes, 2011). Em 1501 a baía é batizada pelos portugueses com o nome de Baía de Todos os Santos.

A Baía de Todos os Santos possui mais de 50 ilhas e ilhotas, cobertas com Mata Atlântica, planícies de maré e mangues. A Ilha de Itaparica é a maior e mais habitada ilha da baía. Nela se localizam dois municípios, Itaparica e Vera Cruz (Ribeiro; Andrade; Hatje, 2011). No século XVI, a maior ilha marítima do Brasil, abrigava as diversos grupos do povo Tupinambá, que utilizaram a imensa costa da baía para desenvolverem inúmeros artefatos de pesca, o que os tornaram especialistas na garantia do abastecimento de proteínas na alimentação dos seus povos (Gordilho *et al.*, 2011).

³¹ O Recôncavo Baiano é o nome dado a uma área que abrange 20 municípios na região da Baía de Todos os Santos (COSIS/IPAC, s.d.).

Para Gordilho *et al.* (2011, p.14), a circulação entre Salvador e a Ilha de Itaparica se deve “a curta distância que separa Salvador [...] da ilha de Itaparica – cerca de 14 km em linha reta por entre as águas da Baía de Todos os Santos”; o que “facilitou, ao longo da história, o intercâmbio cultural entre o ilhéu e o habitante da capital” (Gordilho *et al.*, 2011, p. 14).

A partir da colonização, houveram muitas transformações na região do Recôncavo Baiano. Ribeiro, Andrade e Hatje (2011) afirmam que no período entre 1501 a 1590 ocorre a primeira grande transformação na região do recôncavo. As densas florestas e bosques de manguezais que adornavam o Recôncavo, sofrem acelerada destruição provocada pela implantação da cana-de-açúcar e instalação dos engenhos. Uma segunda mudança ocorre em meados do século XIX, quando surge um cenário mais diversificado, com produção de produtos alimentícios e fumo, usinas de açúcar, coleta de peixes e mariscos, para servir ao abastecimento local. Os autores, apontam que desse período, tem como herança um caldo cultural importante na formação da identidade e citam as festas e rituais, como a Boa Morte em Cachoeira, os Caboclos em Itaparica e o artesanato do barro em Maragogipinho.

Ao longo de mais de 500 anos, a Baía de Todos os Santos e o seu entorno tem sido palco de intensas transformações políticas, culturais, sociais e econômicas. Guarda na memória silenciosa das águas e territórios milhares de cenas protagonizadas por indivíduos e sociedades, que atravessam tempo e espaço. E como afirma Santos (2004, p. 14), “o passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais”.

São histórias de lutas, conquistas, progresso, decadência, alegrias, tristezas, devastação e esplendor, que a despeito de ventos e correntezas insistem em permanecer vivas na memória histórica e cultural, que conjugam passado e presente. Transcender as suas margens e concebê-la para além de um espaço físico, é reconhecê-la fonte de referências para a memória coletiva.

Memória que entrelaça povos e culturas num emaranhado de costumes, ritos, religiões, hábitos, formas de ser, de fazer, de existir, de usufruir dessas águas, a exemplo do sincretismo religioso que transborda em festas e celebrações de santos e orixás nas suas águas salgadas onde curas, desejos, agradecimentos, reverência, motivam milhares de pessoas a se banharem por “saberem que elas propiciam as “lavagens”, marca característica de muitas festas religiosas que acontecem não

apenas em Salvador, mas em muitas localidades dessa região” (Tavares *et al.*, 2019, p. 24).

O reconhecimento das águas como fonte de renovação e vida está presente no imaginário, lendas, tradições e culturas há milhares de anos. O Candomblé, religião afro-brasileira, exemplifica essa relação. Nessa religião, a água representa “a força das Grandes Mães, a força da mulher, a origem da vida [...] fonte de energia imprescindível, sem a qual não haveria vida” e por tanto “mares, rios, lagos, cachoeiras, chuvas são fontes infinitas de axé, de força vital” (Reis, 2000, p. 44).

Assim, essas águas que inundam a paisagem da Baía de Todos os Santos, secularmente acompanham a dinâmica de povos e culturas que ali encontram território de múltiplos significados, de vida. Na perspectiva de Santos (2004), a paisagem compreende dois elementos: os objetos naturais, que não são obra do homem nem jamais tocados por ele e os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado, como no presente. Para Santos (2004, p. 58) “o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação”. É nesse sentido que se compreende a Baía de Todos os Santos como um lugar de representatividade e simbolismo, construído historicamente a partir dos sentidos, das memórias e das experiências.

Esse lugar de múltiplos significados afeta a cada uma das mulheres nadadoras que participam e dão sentido a esta tese. No imaginário de algumas delas, atravessar essa baía à nado era um desejo, um sonho a ser realizado. Para elas, participar de uma travessia realizada na Baía de Todos os Santos é especial; envolve proximidade com esse lugar, memória, afeto, beleza, intimidade, desafio, renovação, agradecimento, reverência e amor. Assim elas expressam, os vários sentimentos e sentidos, quando olham e estão nessas águas.

Quiara revela, que nadar na Baía de todos os Santos é muito significativo para ela. A esse respeito, rememora: “É um lugar que a gente vive desde a infância [...] a gente ia pra ilha, então eu ficava imaginando, passeando de ferry, nossa! Um dia eu vou nadar aqui de um lado a outro”.

Lembra que ao atravessar a baía de ferry boat após ter nadado a travessia pensou:

Nem acredito que fiz nadando! [...] Foi muito, muito lindo ter feito essa primeira travessia aqui, na minha casa, na Baía de Todos os Santos, que tem representação afetiva pra gente, acho que pra todos os baianos, né? Principalmente a gente quem é de Salvador.

Para Maria Clara, nadar nas águas dessa baía tem relação com seu amor à cidade de Salvador, com a proximidade da sua casa com essa baía e de ter crescido no Yacht Clube da Bahia.

Primeiro que eu tenho uma conexão com Salvador. Assim, eu amo Salvador! [...] E quando eu olho pro mar... Eu moro na Ladeira da Barra, do meu prédio, do meu quarto, da minha janela [...] O quintal da minha casa! Acho que o fato de ser tão perto assim da minha casa de ter crescido no Yacht, ali, naquele lugar, tem uma relação assim... Diferente!

A narrativa de Camila expressa o seu encantamento pela Baía de Todos os Santos, quando declara:

[...] quem não é encantado pela Baía de Todos os Santos? Quem não conhece né? Porque é encantadora [...] da janela do meu quarto, da varanda do meu quarto eu vejo lá, né? Eu vejo a ilha, e é aquela coisa [...] da relação, é tão, tão... se eu tiver triste e olhar ali já muda meu ânimo todo. É lindo!

Dentre as suas memórias da infância estão as travessias de ferry boat para a Ilha de Itaparica: “[...] a gente atravessa de ferry né? Quando a gente é criança e fica olhando aquilo tudo... [...] é especial”. Camila também ressalta a energia que emana dessas águas ao lembrar a fala da nadadora Viviane Jungblut³² num encontro que tiveram na TIS 2022.

[...] ela fez a TIS no ano passado, é a primeira vez. Ela saiu como elite e ela veio falando: gente! Eu já viajei o mundo inteiro, eu fiz travessia no mundo inteiro, e todo mundo me perguntava: você já fez da ilha pra lá, pra Salvador? E ela ficava, ô meu Deus por quê? [...] eu já fiz o mundo inteiro e as pessoas... Aí ela falou assim: eu entendi agora, eu entendi [...]

Por fim Camila declara: “[...] quem já passou por ela não tem como não se apaixonar”.

Nas memórias de Maria de Fátima a Baía de Todos os Santos ocupa um lugar especial. Ao falar sobre ela, recorda a relação afetiva construída desde a sua infância.

[...] pra mim tem porque a minha vida, a minha infância, foi, não era ilha, mas a gente chamava ilha, que era em Salina das Margaridas, então, desde os meus, eu acho que... com cinco, seis anos, eu atravesso essa Baía de Todos os Santos [...] e pra mim ... é muito encantador a Baía sabe? Eu sempre fui apaixonada por ela!

³² Nadadora gaúcha de provas de longa distância. É medalhista em competições do cenário nacional e internacional. Informação obtida na entrevista.

Lembra que perto de fazer a sua primeira TIS, ela e mais um grupo de nadadores tinham ido fazer uma volta no CIA, e ao voltarem de ferry comentaram se referindo a ela que no próximo mês ela faria a travessia, e que ao ouvir isso pensou: “Gente! Eu vou fazer isso!” Mas, para Maria de Fátima nadar naquelas águas não tem questão de imensidão, ela só nada, não tem medo, só sente prazer.

Claudia assim exprime o significado da TIS ser realizada na Baía de Todos os Santos: “Tem, principalmente por causa do Porto da Barra. Eu cresci e vivi no Porto da Barra toda a minha adolescência, minha juventude, estando ali [...]”. Além do entrelace espaço de memória e vida, ela entende que a Baía de Todos os Santos tem algo de especial, como descreve:

[...] Parece que as águas da Bahia é um... É estranho, eu não sei explicar [...] eu tenho uma sensação quando eu nado aqui. Isso eu falo porque na época que eu fazia triathlon tinha um técnico de Brasília que dizia assim: a baiana quando compete na Bahia parece que ela não compete sozinha. Então eu acho que é isso. Quando eu for pra dentro d'água é mais ou menos a mesma coisa, apesar de eu não ter essa ligação, essa religiosidade toda, não tenho nenhuma. Eu sinto que tem uma coisa, que é muito forte.

Inexplicável é a palavra que Lais expressa ao falar sobre o desejo e significado de atravessar a Baía de Todos os Santos; “Eu não consigo, não consigo nem explicar com palavras o porque desse desejo. Naquele momento da oração mesmo, todo mundo emocionado...teve atletas, as meninas que eu vi chorando com emoção. É inexplicável!”

E continua:

[...] Acho que é uma forma de agradecimento da gente, da vida né? Desse elo que, quando a gente se conecta com o mar é totalmente diferente, e a travessia da Baía de Todos os Santos é como se fosse a “cereja do bolo” [...] é inexplicável! É uma emoção que eu acho que só quem vive aquilo ali, sente e não sabe ter palavras, o que é que significa atravessar a Baía de Todos os Santos (Lais).

Esse sentimento também contagia pessoas que são convidadas para estarem nos barcos que acompanham nadadoras e nadadores. Sobre isso, Lais nos relata:

[...] eu já levei tanta aluna minha pra fazer, pra acompanhar em barco e no ano seguinte... ai meu Deus eu quero fazer! Eu quero fazer! Eu quero viver aquilo ali! Eu quero fazer, e fez, Fafá³³ foi uma delas [...] Marina que era uma

³³ Ela se refere à Maria de Fátima que é uma das entrevistadas da nossa pesquisa.

aluna minha, eu disse: você vai no meu barco, ela foi no meu barco em 2016, no ano seguinte ela atravessou.

Lais destaca o elemento religiosidade e, a esse respeito, reflete:

[...] Ser Baía de Todos os Santos, [...] eu acho que tem uma, tem uma ligação religiosa forte. Tem! [...] é cultural nosso né? Tanto a mistura das religiões, do catolicismo com a própria religião do candomblé que todo mundo de alguma forma, tem um pouquinho, eu acho que essa ligação ali na Baía de Todos os Santos e aqui na Bahia, na forma da cultura [...] é que é diferente e, você sente isso na largada da prova.

E acrescenta:

[...] tem a disputa, tem, mas a gente está ali o tempo todo um apoiando o outro pra atravessar: poxa, vamos lá! Vamos fazer! É a nossa festa para agradecer a todos os santos, a Deus, cada um com sua religião, por esse momento que é nosso, entendeu? Aí fica aquela ... ah! tem a competição! Mas está ali todo mundo no momento que é de festa que é de celebração.

Conclui refletindo: “[...] eu comparo como se fosse uma festa da Lavagem do Bonfim, lavagem de Yemanjá, eu acho que a travessia é isso aí pro esporte da gente. Eu acho que é um momento de fé, é significado como um momento de fé nosso”.

Sobre nadar uma travessia na Baía de Todos os Santos nos conta Renata: “Desde cedo, nadadora, convivi com a ideia da travessia [...] E quando fiz a primeira travessia, tive a certeza do meu lugar na natação na fase adulta”.

Ao expressar que desde cedo conviveu com a ideia da travessia, reitera o quanto atravessar a nado a Baía de Todos os Santos está presente na cultura das mulheres do Recôncavo.

No tocante à experiência, Renata externa:

[...] E largar na Ilha de Itaparica e chegar ao Porto da Barra, nadando, é uma sensação impossível de descrever... Só sentindo pra compreender. Olho sempre pra Ilha quando piso na areia do Porto e sempre me emociono. Celebro a resistência, a disciplina, a resiliência... E celebro a conexão com o mar, com a natureza... Sinto-me mais perto de Deus quando estou “na travessia”. Simbólico, né? Acredito que esse é o maior significado pra mim...[...] Sou eu ali comigo mesmo, numa sintonia com as águas, o vento, a maré, o sol ou chuva... Mais natural? Desconheço. [...]

E finaliza: “E assim mergulho na Baía de Todos os Santos de corpo, mente e coração, para uma natação que é um transe e que sempre, pelo período, permite uma reflexão do ano e uma celebração da vida”.

Essas narrativas explicitam que atravessar a nado a Baía de Todos os Santos, é uma experiência que extrapola o desejo de realizar uma travessia. É revisitar memórias felizes. Memórias que indicam haver uma relação complexa onde se misturam experiências pessoais, cultura, religiosidade, baianidade³⁴. É um momento de conexão consigo mesma, com a natureza, com a espiritualidade. Atravessá-la é sentir nos corpos a mistura das memórias pessoais e das histórias que essas águas carregam, é celebrar a vida.

2.3 DAS MEMÓRIAS DO LUGAR ÀS TRAVESSIAS NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

Figura 16 - Travessia Itaparica X Salvador



Fonte: Pereira (2023)

Ao falar sobre travessias a nado em Salvador/BA, a Baía de Todos os Santos se destaca como espaço de memória e experiência de gerações de nadadoras e nadadores que se desafiaram a nadar da Ilha de Itaparica a Salvador. É um lugar de referência simbólica para esse grupo social, assim como para a cultura esportiva local. Pode-se inferir que o desejo de realizar esse percurso não se localiza na década de 1950, período no qual tem início as primeiras travessias a nado entre a Ilha de Itaparica e Salvador. Acredita-se que em outras épocas, o ensejo de nadar da ilha

³⁴ Expressão que traduz a identidade cultural do baiano, o seu jeito de ser.

para o continente pode ter sido alimentado por diferentes motivos, desde conquistar a liberdade ou ser apenas um desafio.

O desafio de realizar grandes proezas está presente na história da humanidade, e vários são os motivos que têm estimulado pessoas a desafiarem-se para realizar algo inusitado nunca realizado por outras pessoas. Talvez essa tenha sido a motivação de Hylberto Ferreira, aprendiz de eletricista, ao procurar o Jornal A Tarde, em dezembro de 1954, com o objetivo de anunciar o seu desafio de atravessar a nado a Baía de Todos os Santos, sendo o ponto de partida a Ilha de Itaparica e o de chegada a cidade de Salvador. Para tornar o evento mais interessante, desafiava qualquer nadador que tivesse interesse de com ele realizar a proeza, bastasse marcar dia e horário para a realização do intento. É assim que surge a primeira Travessia Mar Grande – Salvador³⁵ (Bahia, 2017).

Esta competição marca o início da cultura esportiva baiana na modalidade hoje denominada, natação em águas abertas. De 1955 a 2016, foram realizadas 52 edições, sendo o jornal A Tarde o detentor da marca Travessia Mar Grande – Salvador (Bahia, 2017). Esta travessia é considerada um grande celeiro de atletas de natação em águas abertas, como a campeã mundial e olímpica Ana Marcela Cunha³⁶.

Em relação à sua participação na Travessia Mar Grande – Salvador, tem o mérito de ter sido campeã feminina em várias edições, em 2006, aos 13 anos, torna-se a mais jovem campeã (Teles, 2013), e em 2012 consagra-se como a única mulher, até o momento, a ser campeã geral da prova (Villar, 2012).

Nos três primeiros anos, 1955, 1956 e 1957, a travessia foi um evento de grande repercussão e mobilização na cidade de Salvador e na Ilha de Itaparica. Em relação à continuidade dessa repercussão, o Prof. José Ney do Nascimento Santos³⁷, coordenador da travessia em 18 edições no período de 1984 a 2001, informou que a Mar Grande – Salvador era “uma festa no mar”, e até o início dos anos 2000

35 O nome original desta travessia é Prova Baía de Todos os Santos, conforme consta no primeiro regulamento da competição divulgado pelo Jornal A Tarde em janeiro de 1955, porém a travessia popularizou-se como Travessia Mar Grande-Salvador e é com este nome que é conhecida (BAHIA, 2017).

36 Campeã da maratona aquática, prova de 10km, nos Jogos Olímpicos de Verão de Tóquio de 2020. Informação obtida em <https://olympics.com/pt/olympic-games/tokyo-2020/results/marathon-swimming>

37 Doutor em Educação pelo PPGE-FACED- UFBA (Programa de Pós-Graduação Educação da UFBA), licenciado em Educação Física pela Universidade Católica do Salvador e professor do Curso de Licenciatura em Educação Física da FACED-UFBA. Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2016.

mobilizava muita gente. Posteriormente ficou mais restrita aos familiares, amigos e pessoas do cenário esportivo.

Na 52ª e última edição da Travessia Mar Grande – Salvador, realizada em 2016, o Prof. Sued Marcos Nogueira Awad, treinador e árbitro internacional de maratonas aquáticas, comenta que a Mar Grande – Salvador é considerada pelos nadadores de maratonas aquáticas, o ponto culminante do Circuito Baiano de Águas Abertas. É responsável pelo circuito mais forte do Brasil, tem grande importância no cenário das maratonas aquáticas e faz parte da cultura de Salvador/Ba (Bahia, 2017).

Em 2013, atendendo à uma solicitação de nadadoras e nadadores que participavam da Mar Grande, foi criada a Travessia Baía de Todos os Santos. Renata Lomanto Carneiro Müller³⁸, que nesse ano era diretora de natação do Yacht Clube Bahia, foi procurada por atletas que buscavam mudar a data da Travessia Mar Grande Salvador de 2014 para o mês de dezembro de 2013. Como a Federação Baiana de Desportos Aquáticos (FDBA) já havia realizado a travessia em janeiro de 2013, não havia recursos para realizar dois eventos do porte da Mar Grande em um mesmo ano. A fim de atender a essa solicitação, técnicos e representantes de clubes, juntamente com a FBDA, decidiram que esta faria a arbitragem a preço de custo, o Yacht Clube da Bahia ajudaria em alguns aspectos referentes à logística da travessia, e em 19 de dezembro de 2013 foi realizada a 1ª Travessia Baía de Todos os Santos.

Sobre a 1ª edição dessa travessia, a reportagem do Globo Esporte (2013) comenta:

Apesar do tempo nublado, mais de 90 competidores caíram nas águas da Baía de Todos os Santos para a disputa da primeira edição da travessia que leva o nome da baía. Os nadadores caíram nas águas de Mar Grande, na Ilha de Itaparica, em direção a Salvador. Os nadadores tiveram que enfrentar uma forte correnteza para chegar até o Porto da Barra, em Salvador e concluir a Travessia Baía de Todos os Santos.

Ainda a respeito do surgimento dessa travessia, Uchôa (2013) em matéria publicada no Jornal Correio, destacou que a competição foi criada por nadadores e técnicos para substituir a tradicional Travessia Mar Grande-Salvador, cuja 51ª edição seria realizada em janeiro de 2014 e que teria o mesmo percurso da Mar Grande. Na reportagem, Uchôa cita a seguinte declaração do então presidente da FBDA, Sérgio Silva: “os nadadores já desejavam a travessia em dezembro. Este impasse foi o

³⁸ Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2023, via Google Meet.

estopim para a mudança. Vamos ter uma prova com estrutura menor esse ano, mas vai crescer aos poucos”.

A partir da 2ª Travessia Baía de Todos os Santos, houve mudança no local de partida, que passou a ser na Praia do Búzio em Gameleira; e após cinco edições (2013, 2016, 2017, 2018, 2019) passou a se chamar Travessia Itaparica X Salvador. Segundo a entrevistada Renata Müller, a mudança do nome foi devida à compra dos direitos do nome Baía de Todos os Santos por George Cunha, pai da atleta Ana Marcela.

A respeito das mudanças do nome da travessia, Francisswim (2020) esclarece:

Uma das travessias mais importantes do mundo, a Itaparica-Salvador acontece neste sábado (19). A prova, que já se chamou Mar-Grande Salvador e Travessia Baía de Todos-os-Santos, tem saída da Praia de Gameleira, em Vera Cruz. A largada está prevista para às 7h30 e a chegada acontece, excepcionalmente nesta edição, no Yacht Clube da Bahia, realizador da prova, em parceria com a Federação Baiana de Desportos Aquáticos (FBDA).

A 1ª Travessia Itaparica X Salvador, ocorre num contexto excepcional, o da pandemia de Covid-19. Com o título “Antiga Mar Grande-Salvador, Travessia Itaparica-Salvador acontece neste sábado com rígido protocolo de segurança”, Francisswim (2020) informou: “[...] terá uma série de protocolos de segurança sanitária, visando o bem-estar dos atletas e colaboradores. Para conter a disseminação da Covid-19, e respeitar os decretos determinados pelo poder público, serão apenas 84 nadadores”.

Além disso, Francisswim (2020) explicou que não seria permitida a presença de público, os atletas usarão máscaras fora da água, e a FBDA realizaria rígida anamnese em todos os nadadores, e aqueles que apresentassem sintomas não participariam da competição. Por fim, avisou que o local de chegada que tradicionalmente ocorria na Praia do Porto da Barra, seria no Yacht Clube, para que não houvesse nenhuma aglomeração na praia.

A travessia Itaparica X Salvador preserva o mesmo percurso da Travessia Baía de Todos os Santos, porém a chegada da 1ª e 2ª edição, respectivamente 2020 e 2021, foi no Yacht Clube da Bahia, e em 2022, 3ª edição, ocorreu no Praia do Porto da Barra. Em setembro de 2022 uma reportagem do ALÔALÔ BAHIA (2022) destacou:

Prova de natação em mar aberto mais importante do Brasil, a **Travessia Itaparica** Salvador passou por algumas mudanças e entrou formalmente para o

calendário de eventos da cidade. Estas e outras novidades serão apresentadas nesta sexta-feira (23), pelo prefeito Bruno Reis.

Nesta mesma reportagem, Isaac Edington, presidente da Empresa Salvador Turismo (Saltur), salientou:

O evento entra formalmente no calendário da cidade e deverá contribuir para o fortalecimento do turismo esportivo, bem como para a estratégia de desenvolvimento da Bahia de Todos-os-Santos, além de promover a saúde, qualidade de vida e meio ambiente.

Assim como as águas, as travessias estão em constante movimento. São 67 anos de histórias alimentadas por diferentes atores que alteram, adaptam o cenário, de modo a fazê-las sempre presente na natação de águas abertas, o que revela a sua importância para a cultura esportiva baiana.

3 O NÓ É LÁ ATRÁS

A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar³⁹

Com as palavras “O nó é lá atrás”, a entrevistada Renata Lomanto Carneiro Müller, se referiu à histórica ausência das mulheres em espaços considerados masculinos e inspirou o título dessa seção.

Já nas águas, dá-se continuidade ao nosso percurso, com todo o fôlego, para apresentar alguns aspectos históricos do patriarcado. Inicia-se esse capítulo, com a história da criação do patriarcado, localizando-o no tempo e no espaço, de maneira a conhecer quando, como, onde e porque surgiu. Em seguida é tecida uma contextualização histórica sobre a presença do patriarcado no Brasil, nos espaços privado e público, destacando deste último, o acesso feminino à educação.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A CRIAÇÃO DO PATRIARCADO

Figura 17 - Estátua de Adoradora Feminina, Mesopotâmia Osama Shukir Muhammed Amin
(Copyright)



Fonte: Mark (2022)

³⁹ Versos retirados da música *Triste, Louca ou Má* composta por: Mateo Piraces Ugarte (Francisco El Hombre), Rafael Gomes da Silva (Gomes), Andrei Martinez Kozyreff (Francisco El Hombre), Sebastian Piraces Ugarte (Francisco El Hombre), Juliana Strassacapa (Francisco El Hombre). Informação obtida em: <https://www.letras.mus.br/francisco-el-hombre/triste-louca-ou-ma/>

A História é a área do conhecimento que registra e interpreta as ações humanas ao longo do tempo. Segundo Lerner (2019, p. 28):

O fazer história [...] remonta à época da invenção da escrita na Antiga Mesopotâmia. Da época dos reis da Suméria em diante, historiadores [...] passaram a selecionar os eventos que seriam registrados e a interpretá-los para que tivessem significado e significância.

A importância da história decorre não apenas pelo registro e interpretação das ações humanas, mas dos ensinamentos que os eventos do passado e do presente podem revelar sobre as experiências humanas e com isso, evitarmos repetir no futuro aqueles que foram danosos. Porém compartilhamos com Lerner (2019) sobre a importância de se escrever uma história verdadeiramente “universal”, na qual mulheres e homens estejam igualmente representados, uma vez que as mulheres foram e são partícipes da história das sociedades. Segundo a autora, essa ausência das mulheres na história ocorre, porque até pouco tempo a história era registrada por homens e sobre os homens. Sobre isto denuncia: “O que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada” (Lerner, 2019, p. 28).

Quanto à história e importância da participação feminina, afirma Perrot (2015, p. 16):

A história é o que acontece, a sequência de fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o *relato* que se faz de tudo isso. [...]. As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal.

E continua, é claro que as mulheres não estão sozinhas nesse profundo silêncio. Há uma quantidade imensa de vidas imersas “no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade. Mas é sobre elas que o silêncio pesa mais” (Perrot, 2015, p. 16).

Até pouco tempo atrás, as mulheres eram consideradas “irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos” (Lerner, 2019, p. 28), o que significa que a história registrada e interpretada é parcial, distorcida, não representa a realidade dos fatos já que omite o passado de metade dos seres humanos. A respeito do argumento de alguns homens terem sido apagados da história, alega: “A questão é que homens e mulheres sofreram

exclusão e discriminação por razões de classe. Mas nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa de seu sexo, embora todas as mulheres o tenham sido” (Lerner, 2019, p. 29).

Apesar da ausência nos registros históricos as mulheres são e sempre foram essenciais para a criação da sociedade humana. Têm sido sujeitas e agentes da História, mesmo sendo impedidas de conhecer a própria história e de interpretar a delas e a dos homens, declara a autora. Acredita que “a tensão entre a experiência histórica real das mulheres e sua exclusão da interpretação dessa experiência [...] impulsionou as mulheres para o processo histórico” (Lerner, 2019, p. 29), processo que chamou de Dialética da história das mulheres. Essa contradição criou uma força dinâmica fazendo com que lutassem contra a própria condição, ou seja, a conscientização de iniciar “um novo relacionamento com a sociedade dominada pelos homens” (Lerner, 2019, p. 30). Esse processo, tem se materializado nos últimos séculos, com o surgimento dos movimentos feministas.

A respeito de vozes que se insurgem, Alves e Pintanguy (2003, p. 29) apontam que Ann Hutchinson, é “uma das primeiras vozes de insurreição feminina que a História Americana registra”. Em 1637 foi condenada por afirmar em seus discursos, que mulheres e homens foram criados iguais por Deus, o que contrariava os dogmas calvinistas da superioridade masculina, acrescenta a autora. Acerca das inúmeras argumentações utilizadas ao longo da história para justificar porque o mundo pertence aos homens, Beauvoir (1970) denuncia que nenhum motivo foi suficiente para explicar a hierarquia estabelecida secularmente entre mulheres e homens, que concede privilégio, autoridade e dominação masculina sobre as mulheres.

Para Lerner (2019) a ausência da participação das mulheres na história da humanidade se deve ao pensamento patriarcal. Considera o patriarcado um sistema histórico, ou seja, tem início na história. As suas reflexões relativas ao longo “favorecimento” masculino, a fez pensar sobre o porquê do extenso processo de subordinação feminina. Sobre isso, questiona: “O que poderia explicar a ‘cumplicidade’ histórica das mulheres em preservar o sistema patriarcal que as subjugava e em transmitir tal sistema, ao longo das gerações, a seus filhos, de ambos os sexos?” (Lerner, 2019, p. 30).

Outra questão que a instiga é o período do surgimento da subordinação. Assim, conjectura:

Se fosse o caso de a subordinação das mulheres anteceder a civilização ocidental, supondo-se que tal civilização tenha começado com o registro histórico escrito, minha investigação deveria ter início no quarto milênio a.C. (Lerner, 2019, p. 31).

Esta convicção à fez mergulhar, durante oito anos, na história da Antiga Mesopotâmia, com o propósito de responder às perguntas que considerava cruciais para criar uma teoria feminista da história. A subordinação feminina é um ponto relevante na sua discussão.

Convém destacar algumas teorias citadas por Lerner (2019), que objetivam responder o porquê da subordinação das mulheres. Conhecê-las ajuda a compreender como o patriarcado se constituiu e atravessou os séculos até o momento presente. Segundo a autora, para os Tradicionalistas a dominação masculina é natural e universal. A argumentação se apoia em termos religiosos e neste caso a submissão da mulher ao homem é justificada pelo argumento de que foi criada por Deus. Eles justificam as diferenças de papéis e tarefas de mulheres e homens, com base nas diferenças biológicas, determinadas por Deus ou na natureza; e que ninguém pode ser culpado pela desigualdade sexual e pela dominação masculina. Essa visão compreende a maternidade como a maior finalidade na vida das mulheres.

Lerner (2019) aponta que a explicação da assimetria sexual, trazida pela visão tradicionalista, atribui as causas da submissão feminina aos aspectos biológicos próprios dos homens, tais como: maior força física, maior velocidade na corrida, maior agressividade. Esses aspectos os tornaram o “homem-caçador”⁴⁰ e consequentemente provedores dos grupos e tribos. Conferindo-lhes maior valor e honra do que às mulheres. Nessa concepção, as mulheres seriam naturalmente protegidas, para realizarem o que estavam destinadas: a maternidade e cuidado com as pessoas. Para a historiadora:

[...] essa explicação determinista do ponto de vista biológico estende-se da Idade da Pedra até o presente pela afirmação de que a divisão sexual do trabalho com base na ‘superioridade’ natural do homem é um fato, e, portanto, continua tão válida hoje quanto era nos primórdios da sociedade humana (Lerner, 2019, p. 43).

⁴⁰ Nessas teorias o homem assume o papel de destaque no impulsionamento da evolução humana por se creditar a ele a função de caçadores em sociedades pré-históricas, o que lhes conferiu valor e superioridade em relação às mulheres.

Para a referida autora, a visão universalista da dominação masculina em quase todas as sociedades conhecidas, tem sido refutada por antropólogas feministas, que argumentam ser uma visão de etnólogos e pesquisadores daquelas culturas. Comenta que ao revisarem os dados ou realizarem suas próprias pesquisas, as antropólogas feministas descobriram que a universalidade da dominação masculina estava longe de ser verdade. As pesquisadoras encontraram sociedades as quais a assimetria sexual não tinha significado de dominação ou submissão. Nessas sociedades, ambos os sexos realizavam tarefas indispensáveis para a sobrevivência do grupo e o status social era considerado igual para ambos os sexos na maioria dos aspectos. Outra objeção, são as “[...] contribuições essenciais e culturalmente inovadoras de mulheres para a criação da civilização, com a invenção da cestaria e olaria, bem como o conhecimento e o desenvolvimento da horticultura” (Lerner, 2019, p. 44).

A defesa tradicionalista em relação à superioridade masculina, baseada no determinismo biológico, modificou-se ao longo do tempo, mostrando-se resiliente e adaptável. Lerner (2019, p. 45) cita a contribuição da psicologia moderna ao forjar “[...] uma mulher psicológica tão determinada pela biologia quanto às antepassadas”. Para a autora, as teorias de Freud fortaleceram ainda mais a argumentação tradicionalista. Aponta também a sociobiologia de Edward Osborne Wilson, como portadora de uma visão tradicionalista sobre gênero em um argumento que utiliza ideias darwinistas de seleção natural ao comportamento humano.

De acordo com Lerner (2019), contrapondo-se às teorias tradicionalistas, surgiram teorias que negaram a universalidade da submissão feminina e propuseram um estágio inicial de dominação feminina (matriarcado) ou de igualdade entre mulheres, sendo que as explicações mais importantes foram de cunho materialista e econômico-marxista. Dentre as teorias destaca-se a obra *A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels, que descreve a derrota histórica do sexo feminino. Nessa obra, Lerner (2019) conta que o autor se baseou em obras de teóricos e etnógrafos do século XIX. Engels propôs que antes da formação da propriedade privada, haviam sociedades comunistas, sem classes sociais. Ele supôs que estas sociedades poderiam ser ou não matriarcais, mas eram igualitárias.

A historiadora pontua que Engels fez contribuições importantes para o entendimento da posição feminina na sociedade e na história e que embora ele não tenha conseguido provar as suas afirmações, estas, definiram as questões teóricas

mais relevantes dos cem anos que sucederam, já que, a maior parte da produção teórica a respeito da subordinação feminina objetivou melhorar, provar ou contestar a obra dele.

Ainda segundo Lerner (2019), o antropólogo estruturalista Lévi-Strauss, também defende uma explicação teórica, segundo a qual, a subordinação das mulheres é fundamental para a formação da cultura humana. Ele enxerga “no tabu do incesto um mecanismo humano universal que está na base de toda a organização social” (Lerner, 2019, p. 51). Com a proibição do casamento com a própria mãe, irmã ou filha, as mulheres tornam-se mercadorias, são “coisificadas”, o que de acordo com Strauss, marca o início da subordinação das mulheres, o que reforça a divisão do trabalho entre os sexos e consequentemente institui a dominação dos homens. Comenta que a teoria de Strauss impactou teorias feministas, no sentido da mudança de foco em relação à subordinação das mulheres, ou seja, “da procura por origens econômicas para o estudo dos sistemas de símbolos e significados das sociedades” (Lerner, 2019, p. 52).

Outra posição teórica trazida por Gerda Lerner (2019), é a Teoria Maternalista, que é estruturada na aceitação das diferenças biológicas entre homens e mulheres, e que a maioria das feministas-maternalistas consideram inevitável a divisão sexual do trabalho baseada nas diferenças biológicas, embora alguns pensadores tenham revisado essa posição. As maternalistas defendem a igualdade e até a superioridade das mulheres.

Lerner (2019) aponta que a primeira teoria elaborada com princípios maternalistas foi desenvolvida por Johann Jakob Bachofen, obra essa que influenciou Engels e outros teóricos. Esclarece também que um grande número de feministas do século XX aceitou os dados etnográficos e as análises de teorias de Bachofen, para a elaboração de suas teorias. Destaca que a estrutura fundamental de Bachofen era baseada no evolucionismo e darwinismo; ele descreveu vários estágios da evolução da sociedade, do barbarismo ao patriarcado moderno. Ressalta que a maior contribuição do autor foi afirmar que as mulheres em sociedade primitivas criaram cultura e houve um estágio de “matriarcado”, que retirou a sociedade do barbarismo. Comenta que as maternalistas do século XX consideravam importante encontrar a existência de um modelo alternativo, que antecedeu ao patriarcado conforme proposto na obra de Bachofen.

Ao refletir sobre a existência de uma sociedade matriarcal que antecedeu a patriarcal proposta na hipótese de Baschoffen, Beauvoir (1970, p. 91) expressa que “em verdade, essa idade de ouro da mulher não passa de um mito”. Sobre isto Lerner (2019) comenta que até um tempo atrás, as evidências encontradas “consistiam de uma combinação de arqueologia, mito, religião e artefatos de significados dúbios, unidas por especulação” (Lerner, 2019, p. 56).

As evidências etnográficas que embasaram os argumentos de Bachofen e Engels foram bastante refutadas por antropólogos modernos – evidências que, da forma como foram unidas, mostraram-se não de “matriarcado”, mas de matrilocalidade e matrilinearidade (Lerner, 2019, p. 57).

Elucida que a partir de dados disponíveis, parece que sociedades mais igualitárias são encontradas em tribos de caçadores-coletores caracterizadas pela interdependência econômica, e que essas tribos tendem a viver de forma pacífica com outras tribos. A competição não é estimulada na vida cotidiana e sim em torneios de campo e atletismo. Apesar da discordância entre acadêmicos, “uma avaliação mais completa das evidências permite a generalização de que, nessas sociedades, o *status* relativo de homens e mulheres é “separado, porém similar” (Lerner, 2019, p. 57). Sobre a superioridade masculina em relação à feminina nesse período da humanidade, Beauvoir (1970), diz que alguns historiadores a considera menos acentuada. A autora, aponta que o aumento da superioridade dos homens ocorre na medida em que os povos nômades se fixam e as instituições, propriedades, religião surgem.

A respeito dos papéis de mulheres e homens em sociedades de caçadores-coletores, Alves e Pintanguy (2003) comentam que cronistas europeus do século XVI, ao chegarem na América, ficaram perplexos com a importância da posição da mulher nos povos Iroqueses e Hurons.

[...] não havia uma divisão estrita entre economia doméstica e economia social. Inexistia o controle de um sexo sobre o outro na realização de tarefas ou nas tomadas de decisões. As mulheres participavam ativamente das discussões em que estavam em jogo os interesses da comunidade (Alves; Pintanguy, 2003, p. 15).

Há uma divergência entre antropólogos a respeito sobre como categorizar qualquer tipo de sociedade, esclarece Lerner. Explica que várias autoras feministas e antropólogas, interpretam complementariedade e até mesmo a ausência clara de

dominância masculina como uma validação de igualitarismo ou mesmo de dominância feminina. A respeito do que se têm encontrado sobre dominância feminina, resume:

(1) A maioria das evidências de igualdade entre os sexos nas sociedades deriva de sociedades matrilineares e matrilocais, que são historicamente temporárias e estão desaparecendo. (2) Embora a matrilinearidade e a matrilocidade confirmem certos direitos e privilégios às mulheres, o poder de decisão dentro das relações de parentesco é dos homens mais velhos. (3) Origem patrilinear não implica subjugação de mulheres, tampouco origem matrilinear indica matriarcado. (4) Observadas ao longo do tempo, as sociedades matrilineares não conseguiram se adaptar a sistemas competitivos, exploradores e técnico-econômicos, sendo substituídas por sociedades patrilineares (Lerner, 2019, p. 58).

Ainda em relação ao matriarcado, comenta que evidências antropológicas contrariam a universalidade do matriarcado pré-histórico e que a discussão sobre matriarcado continua, principalmente devido à sua definição imprecisa, o que resulta na inclusão do termo em várias categorias, a saber: os que definem o matriarcado como um patriarcado às avessas, não sustentam essa afirmação com provas antropológicas, etnológicas ou históricas, e sim baseadas em mito ou religião; outros nomeiam de matriarcado qualquer sistema social no qual mulheres tenham controle em qualquer aspecto da vida pública; há ainda aqueles que denominam de matriarcado toda sociedade em que as mulheres desfrutam de *status* relativamente alto. Matriarcado é “quando as mulheres têm poder *sobre* os homens, não ao lado deles; [...] defino matriarcado como a imagem refletida do patriarcado” (Lerner, 2019, p. 59), por isso ela conclui que nunca existiu uma sociedade matriarcal.

Acredita que buscar um passado empoderador, ou seja, o matriarcado, não emancipará as mulheres nem no presente, nem no futuro e que é a partir de uma análise precisa do processo pelo qual as mulheres têm passado que ajudará a criar uma teoria empoderadora. Nesse sentido, conhecer a história do sistema patriarcal, e romper com o que tradicionalmente nos foi passado. Por tanto, identificar as mudanças ocorridas nessa estrutura ao longo do tempo, desconstruindo a ideia de que o patriarcado é “a-histórico, eterno, invisível e imutável” (Lerner, 2019, p. 66).

Na busca do processo histórico da criação do patriarcado, afirma que não há uma causa única e que mudanças complexas como “uma alteração básica nas estruturas de parentesco ocorreram como resultado de uma variedade de forças em interação” (Lerner, 2019, p. 67). Nesse sentido reflete que mesmo na restrita região do Antigo Oriente Próximo, deve ter havido vários fatores de interação no processo

de transição para o patriarcado. Como é impossível saber com exatidão como aconteceu, especulações são feitas a respeito do que pode ter acontecido, e essas projeções sobre o passado tem como objetivo criar teorias. Assim como Lerner, Beauvoir (1970), expressa a importância de se mergulhar no passado para refletir sobre a origem da dominação masculina. A respeito disso declara: “É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu” (Beauvoir, 1970, p.81).

A respeito das transições ocorridas para a mudança de cenário, Lerner (2019) faz algumas projeções do passado, com início na Pré-História. Partindo de uma reflexão sobre a relação mãe/filho, no período de transição, quando hominídeos evoluíram de primatas, há cerca de 3 milhões de anos, até o período Neolítico, Lerner (2019, p. 71) considera que “[...] a primeira divisão sexual do trabalho, pela qual homens caçavam grandes animais e mulheres e crianças pequenos animais e coletavam alimentos, parece ter se originado de diferenças biológicas entre os sexos”. Esclarece que essa divisão não se refere às diferenças de resistência ou força, mas exclusivamente reprodutivas, em particular, a amamentação de bebês. Em acordo com Lerner, Beauvoir (1970, p.82) ressalta:

[...] por robustas que fossem as mulheres, na luta contra o mundo hostil as servidões da reprodução representavam para elas um terrível handicap [...] a gravidez, o parto, a menstruação, diminuam sua capacidade de trabalho e condenavam-nas a longos períodos de impotência.

Porém Lerner (2019) enfatiza que a sua aceitação com base na biologia só se aplica, “aos primeiros estágios do desenvolvimento humano e não significa que a divisão sexual do trabalho ocorrida depois, com base na maternidade, seja “natural” [...] mas sim “[...] que a dominância masculina é um fenômeno histórico porque surgiu de um fato biologicamente determinado e tornou-se uma estrutura criada e reforçada em termos culturais ao longo do tempo” (Lerner, 2019, p. 71).

Ressalta, que a sua síntese não tem o propósito de sugerir que todas as sociedades primitivas se organizaram dessa forma, ou seja, com o objetivo de não permitir que as mães desenvolvessem atividades econômicas. Segundo a autora, os estudos sobre sociedades primitivas do passado e do presente, mostram “que os grupos encontraram várias formas de estruturar a divisão do trabalho para mães que cuidam de seus filhos e também para mães livres para uma grande variedade

atividades econômicas” (Lerner, 2019, p. 71), de modo que “fica claro que, para as mulheres, a ligação entre ter e criar filhos é determinada culturalmente e sujeita à manipulação social” (Lerner, 2019, p. 72).

Beauvoir (1970) destaca que a superioridade dos homens nas sociedades primitivas, é vivida e não ainda desejada e imposta. Esta reflexão se baseia nas desvantagens biológicas das mulheres nos grupamentos humanos primitivos. Posteriormente, quando os nômades se fixam ao solo, e as instituições e os direitos surgem,

O homem não se restringe mais a debater-se contra as forças hostis; começa a exprimir-se concretamente através da forma que impõe ao mundo, a pensar esse mundo e a se pensar; nesse momento, a diferenciação sexual reflete-se na estrutura da coletividade (Beauvoir, 1970, p.86)

Ambas autoras, destacam como a biologia feminina foi manipulada culturalmente de modo a privilegiar a dominância masculina sobre a feminina, que resultou as sociedades patriarcais.

Ao dar continuidade à reflexão sobre as relações entre institucionalização do patriarcado, divisão sexual do trabalho, dominância e ascensão masculina, Lerner (2019) conjectura que a ocorrência de conflitos intertribais durante períodos de escassez econômica, pode ter resultado na ascensão ao poder de homens, que realizaram grandes feitos militares. O prestígio e a reputação que desfrutavam, podem ter aumentado a inclinação de exercerem autoridade sobre as mulheres e posteriormente sobre os homens da mesma tribo. Porém, “apenas esses fatores não são suficientes para explicar a vasta mudança ocorrida na sociedade com o advento do sedentarismo e da agricultura” (Lerner, 2019, p. 76).

Para entender esse cenário em toda a sua complexidade, o modelo teórico que propõe deve considerar a prática do comércio de mulheres. Esse comércio realizado em sociedades tribais em várias localidades do mundo foi identificado por Lévi-Strauss como o principal motivo da subordinação feminina. Esse comércio podia ocorrer de várias formas:

[...] remoção forçada de mulheres de suas tribos (roubo de noivas); defloramento ritual ou estupro; casamentos arranjados. É sempre precedido

de tabus sobre endogamia⁴¹ e pela doutrinação de mulheres, da mais tenra infância em diante, para a aceitação de sua obrigação para com seus parentes no sentido de consentir com casamentos impostos (Lerner, 2019, p. 77).

Expõe que várias antropólogas feministas concordam com Lévi-Strauss quando este diz que naquelas sociedades, na relação de comércio que constitui o casamento, as mulheres foram coisificadas, já que não é estabelecida entre uma mulher e um homem, mas entre dois grupos de homens e a mulher se constitui em um dos objetos da transação. Também, a observação sobre matrilocidade⁴² e patrilocidade⁴³ fizeram-nas supor de que a mudança no parentesco, de laços matrilineares para patrilineares, seria um ponto cabal na relação entre mulheres e homens, coincidindo com a subordinação das mulheres.

Segundo a historiadora, admite-se também que o comércio das mulheres tenha sido iniciado a partir do comércio de crianças de ambos os sexos, com o objetivo de assegurar a paz entre as tribos, que ao crescerem casavam-se na tribo que as comprou. Essa prática foi utilizada no período histórico pelas elites dominantes. Lerner comenta que uma tribo com maior quantidade de meninas aumentaria a população mais rapidamente do que se aceitassem mais meninos. Ela considera que:

O desenvolvimento da agricultura no Período Neolítico fomentou a “troca de mulheres” intertribal não apenas como um meio de evitar os incessantes conflitos travados pelas alianças de consolidação do casamento, mas também porque sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais filhos (Lerner, 2019, p. 261).

É necessário esclarecer que é aproximadamente no Período Neolítico, quando a caça/coleta ou a horticultura dá lugar à agricultura, que “o sistema de parentesco tende a mudar de matrilinear para patrilinear, e a propriedade privada se desenvolve” (Lerner, 2019, p. 79). De maneira oposta às necessidades econômicas de sociedades

⁴¹ Condição de endógamo; estado da pessoa que só se casa com outra porque ambas pertencem a mesma classe e/ou tribo, visando preservar suas nobrezas, raças etc. Informação obtida em: <https://www.dicio.com.br/endogamia/>

⁴² Costume, regra ou padrão de casamento que determina a morada de um novo casal em casa da mulher ou junto da sua comunidade de origem. Informação obtida em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/matrilocidade>

⁴³ Costume, regra ou padrão de casamento que determina a morada de um novo casal em casa do marido ou junto da sua comunidade de origem. Informação obtida em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patrilocidade>

de caçadores-coletores, agricultores, poderiam utilizar o trabalho de crianças para o aumento da produção bem como acumular o excedente. Portanto:

Em algum momento durante a revolução da agricultura, sociedades relativamente igualitárias, com divisão sexual do trabalho baseada em necessidade biológica deram espaço a sociedades mais estruturadas, nas quais eram comuns a propriedade privada e o comércio de mulheres com base no tabu do incesto e na exogamia (Lerner, 2019, p. 84).

Essas sociedades mais complexas, que majoritariamente eram patrilineares e patrilocais, realizavam a divisão do trabalho não apenas baseadas nas diferenças biológicas, “mas também em hierarquia e no poder de alguns homens sobre outros e todas as mulheres” (Lerner, 2019, p. 84). A autora acrescenta que vários acadêmicos concluíram que essa mudança coincide com a formação dos estados arcaicos.

Os estados arcaicos são resultantes do processo intitulado revolução urbana ou ascensão da civilização, pelo qual aldeias neolíticas dispersas tornaram-se comunidades agrícolas, em seguida centros urbanos e por fim estados. Esse processo ocorreu em épocas e locais diferentes. Inicialmente “nos grandes vales de rios e costas da China, da Mesopotâmia, do Egito, da Índia, e da Mesoamérica; depois na África, no norte da Europa e na Malásia” (Lerner, 2019, p. 85).

Em todos lugares, os estados arcaicos apresentam as seguintes características:

surgimento de classes e hierarquias relacionadas à propriedade; produção de bens consumíveis com alto grau de especialização e comércio organizado entre regiões distantes; urbanismo, aparecimento e consolidação de elites militares; realeza; institucionalização da escravidão; transição de dominância por parentesco a famílias patriarcais como principal forma de distribuição de posses e poder (Lerner, 2019, p. 85).

Na Mesopotâmia, houveram modificações importantes na posição das mulheres, a saber:

a subordinação feminina dentro da família passa a ser institucionalizada e codificada pela lei; a prostituição se estabelece e se regula; com crescente especialização de trabalho, as mulheres são excluídas aos poucos de determinadas ocupações e profissões (Lerner, 2019, p. 85).

Além disso, após a invenção da escrita e o estabelecimento do ensino formal, as mulheres são excluídas do acesso à educação e as cosmogonias⁴⁴ que sustentam a base para o estado arcaico. Sendo assim, submetem divindades femininas a deuses masculinos superiores e apresentam mitos de origem que legitimam a superioridade absoluta dos homens, complementa Lerner (2019).

A respeito de algumas evidências sobre a condição de mulheres mesopotâmicas em diferentes culturas por um período de 1.400 anos, a autora nos informa que várias apontam que as mulheres da elite tinham participação ativa na vida, religiosa, econômica e política. Porém, tinham dependência e obrigações para com os maridos e/ou parentes homens. Ressalta que na estrutura social mesopotâmica, as famílias de elite, utilizavam as mulheres da família, sejam como esposas, concubinas ou filhas, na ocupação de importantes posições subordinadas de poder. Porém, o poder delas, advém do homem do qual dependem. Acrescenta:

A influência e o verdadeiro papel em moldar os eventos são reais, assim como o poder sobre homens e mulheres de classes mais baixas que elas possuem ou controlam. Mas, em relação à sexualidade são completamente subordinadas aos homens. [...] diversas esposas reais, o poder delas na vida econômica e política depende do quanto é satisfatória a servidão sexual e seus homens (Lerner, 2019, p. 108).

Dessa forma, para Lerner (2019), as mulheres acabaram se percebendo de maneira bem realista, mesmo as mais seguras, nascidas em famílias de elite, como pessoas dependentes dos homens. Nesse interim, se estabelece, um conjunto de relações no qual os homens adquirem poder sobre outros, assim como riqueza em bens e em servidão sexual, seja a aquisição de escravas e concubinas para um harém. A respeito das mulheres escravas, evidências históricas apontam que o processo da escravidão “foi desenvolvido e aperfeiçoado a princípio com mulheres prisioneiras de guerra; que foi reforçado por já conhecidas práticas de comércio de mulheres para casamento e concubinato” (Lerner, 2019, p. 113).

Esse cenário mostra que a “matriz das relações patriarcais entre os sexos já tinha um lugar fixo antes dos desenvolvimentos econômico e político institucionalizarem por completo o Estado e muito antes de a ideologia do patriarcado ser desenvolvida” (Lerner, 2019, p. 109). “Assim como a subordinação das mulheres

⁴⁴ Conjunto das teorias, doutrinas, princípios ou conhecimentos que se dedicam à explicação sobre origem do universo; cosmogênese. Informação obtida em <https://www.dicio.com.br/cosmogonia/>

pelos homens forneceu o modelo conceitual para a criação da escravidão como instituição, a família patriarcal forneceu o modelo estrutural” (Lerner, 2019, p. 126). E complementa que não apenas na Mesopotâmia, mas em qualquer lugar, o domínio patriarcal assumia várias formas, a saber: autoridade absoluta de um homem sobre seus filhos, sobre sua esposa, limitada por obrigações recíprocas com parentes da mesma e o concubinato.

Em relação ao domínio do patriarcado, Beauvoir (1970), consideram que o êxito deste sistema organizacional não resulta de uma revolução violenta nem foi um acaso. Considera, que desde os primórdios da humanidade, a biologia masculina oportunizou que os homens pudessem se afirmar sozinhos como sujeitos portadores de poder, e nunca abriram mão do privilégio. Quanto às mulheres denuncia: “[...] O lugar da mulher na sociedade é sempre eles que estabelecem. Em nenhuma época ela impôs sua própria lei” (Beauvoir, 1970, p. 98).

Para Lerner (2019) as condições sociais refletidas nas leis do Código de Hamurabi, conjunto de leis provavelmente publicadas em sua forma atual em 1752 a.C. no reinado de Hamurabi, são, de forma geral, uma representação da sociedade mesopotâmica. Esse código definiu o tratamento de dívida por penhora e impôs limites para possíveis abusos e exemplifica: “Um homem incapaz de pagar uma dívida poderia penhorar sua esposa e filhos, suas concubinas e filhos e seus escravos” (Lerner, 2019, p. 127).

A historiadora ressalta, que desde a sua formação, o Estado arcaico, no Antigo Oriente Próximo,

[...] foi organizado de modo que a dependência de homens chefes de famílias do rei ou da burocracia do Estado fosse compensada por sua dominância sobre a própria família. Os chefes de família distribuíam os recursos da sociedade a suas famílias da maneira como o Estado distribuía os recursos da sociedade a eles. O controle dos chefes de família sobre os familiares e filhos menores de idade era tão importante para a existência do Estado quanto o controle do rei sobre seus soldados (Lerner, 2019, p. 265-266).

Isto se repercute nas inúmeras compilações de Leis Mesopotâmias, em particular, na quantidade de leis relacionadas à regulamentação da sexualidade feminina. A partir do segundo milênio a.C., a principal forma de controle social em todas as sociedades de Estado é feita por meio do controle permanente do comportamento sexual dos cidadãos.

Da mesma maneira, a hierarquia de classe é sempre reconstituída na família por meio da dominação sexual. Não importa o sistema político ou econômico; o tipo de personalidade que pode funcionar em um sistema hierárquico é criado e nutrido dentro da família patriarcal (Lerner, 2019, p. 266).

Afirma que a família patriarcal é muito resiliente, e que varia em épocas e locais diferentes. Sobre isso, resume:

O patriarcado oriental abrangia a poligamia e a prisão de mulheres nos haréns. O patriarcado na Antiguidade clássica e em seu desenvolvimento europeu baseava-se na monogamia, porém, em todas as suas formas, um duplo padrão sexual – que colocava a mulher em desvantagem – era parte do sistema. Nos estados industriais modernos, tais como os Estados Unidos, as relações de propriedade dentro da família desenvolvem-se ao longo de linhas mais igualitárias do que aquelas em que o pai detém poder absoluto. Ainda assim, as relações de poder econômico e sexual dentro da família não se alteram necessariamente (Lerner, 2019, p. 266).

Alves e Pintanguy (2003) e Perrot (2019) apresentam exemplos do “lugar das mulheres” na sociedade nos diferentes períodos históricos, que de uma forma geral denunciam a resiliência patriarcal destacada por Lerner (2019).

Na Grécia Antiga “a mulher ocupava posição equivalente à do escravo no sentido de que tão-somente estes executavam trabalhos manuais, extremamente desvalorizados pelo homem livre” (Alves; Pintanguy, 2003, p. 11). Em Atenas, para uma pessoa ser considerada livre, primeiro teria que ser homem e não mulher, segundo ser ateniense e não estrangeiro e ser livre e não escravo. As mulheres tinham como função principal a reprodução, e todo o processo de amamentar e criar os filhos. Além disso era sua tarefa prover o homem de tudo que tivesse relação com a sua subsistência, e cita: fição, tecelagem alimentação. Também realizavam trabalhos pesados tais como extração mineral e trabalho agrícola. As autoras ressaltam que mulheres da elite continuavam a ter privilégios, dando continuidade ao que Lerner nos conta sobre as mulheres da elite na antiga Mesopotâmia.

Ainda sobre a Antiguidade Clássica, o código legal da civilização romana “legítima, com a instituição jurídica do *paterfamilias*, a quem era atribuído todo o poder sobre a mulher, filhos, servos, escravos” (Alves; Pintanguy, 2003, p. 14). Porém, apesar dos discursos a respeito da sujeição feminina, encontra-se resistência por parte das mulheres. A respeito disso as autoras informam que no ano de 195 a.C. mulheres se deslocavam para o senado romano com o objetivo de protestarem sobre a exclusão delas do uso do transporte público; já que era privilégio dos homens, e por

isso eram obrigadas a se deslocarem a pé. Frente aos protestos o senador Marco Pórcio Catão se manifesta:

Lembrem-se do grande trabalho que temos tido para manter nossas mulheres tranquilas e para refrear-lhes a licenciosidade, o que foi possível enquanto as leis nos ajudaram. Imaginem o que sucederá, daqui por diante, se tais leis forem revogadas e se as mulheres se puserem, legalmente considerando, em pé de igualdade com os homens! Os senhores sabem como são as mulheres: façam-nas suas iguais, e imediatamente elas quererão subir às suas costas para governá-los (Alves; Pintanguy, 2003, p. 14-15)

Essa manifestação do senador exemplifica a dominação à qual as mulheres estavam sujeitas, porém evidencia que à despeito da subjugação houve resistência. E que esta deve ter acompanhado toda a história de luta das mulheres pela equidade de gênero. Porém, devido à ausência de registros históricos que valorize a participação feminina na história da humanidade tendemos a pensar que raras eram as insurgências.

Caminhando na esteira do tempo, Alves e Pintanguy (2003) expressam que nos primeiros anos da Idade Média, quando ainda não tinham sido reintroduzidos os princípios da legislação romana, ocorrido a partir do século XIII em diante, as mulheres tinham alguns direitos garantidos pela lei e pelos costumes. Tinham acesso a quase todas as profissões assim como o direito de propriedade e de sucessão. Em relação à atuação política, existem exemplos de mulheres da burguesia participando de assembleias com direito a voto. As mulheres também participaram

[...] das corporações de ofícios, atuando como aprendiz e, excepcionalmente, por morte do marido, como mestre. [...] A ascensão da mulher ao cargo de mestre sofria, no entanto, restrições. Assim, ela só poderia ocupá-lo, quando viúva, pelo período de um ano, em alguns burgos, ou, em outros, enquanto não mantivesse relações sexuais com outro homem (Alves; Pintanguy, 2003, p. 17).

Identificamos nesta restrição, um dos pontos fulcrais utilizados no processo de dominação feminina apontados por Lerner (2019): o controle da sexualidade feminina, que se atualiza e permanece até o presente século.

Ainda sobre a Idade Média, Alves e Pintanguy (2003) informam a existência de registros sobre a participação de mulheres exercendo atividades consideradas masculinas, tais como a serralheria e a carpintaria, porém é nas profissões de tecelagem, costura e bordados que se concentram o maior número de mulheres.

Ressaltam também a participação feminina na produção de alimentos e no comércio. Chamam a atenção para uma questão contemporânea: remuneração inferior à dos homens. Inclusive informa que essa desvalorização foi motivo de hostilidade por parte dos trabalhadores contra o trabalho das mulheres por rebaixar o nível do salário, provocando em alguns momentos restrições à participação no mercado de trabalho. Exemplifica que em Londres, no ano de 1344, a corporação de alfaiates proibiu os seus integrantes de contratarem mulheres exceto suas esposas e filhas.

Segundo as autoras supracitadas, no período Renascentista, momento de transição entre a Idade Média e a Moderna, há um retrocesso em relação às mulheres quando comparado à Idade Média. Informam, que “A formação dos Estados Nacionais e o processo de centralização do poder vai de par com o afastamento da mulher da esfera pública” [...] além disso, “a reintrodução da legislação romana implicou numa redução dos direitos civis da mulher” (Alves; Pintanguy, 2003, p. 26). É nesse período, em que o trabalho é valorizado como um instrumento de transformação do homem e do mundo, que o trabalho das mulheres passa a ser desvalorizado, e “tece-se também toda uma ideologia de desvalorização da mulher que trabalha” (Alves; Pintanguy, 2003, p. 26).

Nesse período, a educação de mulheres ainda era concebida com muitas restrições. A esse respeito, Perrot (2015, p. 92) comenta que para os filósofos das Luzes, denominação dada por ela para se referir aos filósofos iluministas, “é preciso ministrar às meninas ‘luzes amortecidas’, filtrada pela noção de seus deveres” e cita alguns trechos de Rousseau que revelam o pensamento de que a educação de mulheres é uma doutrinação, iniciada na infância, cuja prioridade é agradar, ser útil, honrar, criar, cuidar e tornar a vida dos homens agradável. Estes são os verdadeiros deveres da educação feminina.

Perrot (2015, p. 93) comenta que durante o século XIX,

[...] a instrução é contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza: feminilidade e saber se excluem. A leitura abre as portas perigosas do imaginário. Uma mulher culta não é uma mulher [...] É preciso, pois educar as meninas, e não exatamente instruí-las.

Estes exemplos evidenciam alguns aspectos da trajetória histórica das mulheres em setores da vida em sociedade, principalmente no que se refere ao trabalho e a educação ao tempo em que revelam a presença da ideologia patriarcal

nos diversos períodos históricos da humanidade. Os maiores avanços e conquistas ocorreram a partir da Revolução Industrial ocorrida no século XVIII, e principalmente nos séculos XX e XXI, porém todos eles foram o resultado das lutas de movimentos organizados e de algumas insurgências individuais. Assim, partindo da afirmativa de que,

O período do 'estabelecimento do patriarcado' não foi 'um evento', mas um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3.100 a 600 anos a.C. Aconteceu, mesmo no Antigo Oriente Próximo, em ritmo e momento diferentes, em sociedades distintas (Lerner 2019, p. 32-33),

Constata-se quão longo é o processo de subordinação vivenciado pelas mulheres. Desde a sua origem, o patriarcado foi estruturado para manter a dominação masculina e para isto tem se apoiado em instituições como o estado, a família, a religião, dentre outras. É uma estrutura que resiste às mudanças na dinâmica social, cultural, econômica, educacional, legal, havidas nos países de vários continentes.

3.2 DO PRIVADO AO PÚBLICO: O PATRIARCADO NO BRASIL

Figura 18 - Família Brasileira



Legenda: Clark, John Heaviside. A Brazilian Family. London [Londres, Inglaterra]: Howlett and Brimmer, 1822.

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

O sistema patriarcal brasileiro, herança da cultura portuguesa, foi instituído no século XVI, início do período colonial. É considerado “a base inicial da organização social brasileira” por autores que discutem o pensamento social brasileiro (Aguiar, 1997, p. 179). Essa base organizacional, era centrada majoritariamente na família patriarcal, constituída pelo pai (senhor do engenho), cujo poder se estendia sobre sua mulher, filhos e escravos. A família patriarcal se organizou mediante a exploração e controle dos corpos de mulheres brancas, negras, mestiças e indígenas, bem como, do trabalho escravo, à princípio dos povos originários e, posteriormente, com o sequestro dos povos da diáspora africana (Santos; Silva, 2018).

Nesse sistema a família patriarcal se destaca, “tendo o homem como a figura que detinha a autoridade, o poder político e econômico” (Andrade, 2021, p. 27).

Na ordem patriarcal [...] o domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana (Scott, 2013, p. 16).

A autoridade do patriarca também se estendia ao judiciário. Conforme Aguiar (1997), historicamente a justiça não arbitrava questões relacionadas à comunidade sob a tutela do senhor. Essa situação exemplifica o imbricamento entre o público e o privado na estrutura patriarcal. Para ela uma peculiaridade desse sistema “é o direito de propriedade sobre os bens da família. Pelo poder patriarcal (*Patria potestas*) o único a ter esse direito é o pai” (Aguiar, 1997, p. 168).

Em relação às famílias, Samara (2002) revela que nas uniões legítimas de famílias de elite, donas de engenhos de cana-de-açúcar do nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII, “o papel dos sexos estava bem definido, por costumes e tradições apoiados nas leis” (Samara, 2002, p. 32). Nesse sentido, complementa a autora, cabia ao homem proteger e prover mulher e filhos, e à esposa governar a casa e dar a assistência moral à família. O pátrio poder era a base da família e provinha do casamento.

Scott (2013) ressalta que sob a proteção do patriarcado, o amor conjugal não era considerado um fim, nem um ideal. O sexo tinha um fim no matrimônio; a procriação. Prazer e desejos eram vetados às esposas, porém aos maridos era dado o direito de exercerem a sua sexualidade, inclusive fora do casamento. Porém a partir da virada para o século XX, esses valores começam a ser questionados, “muito

embora a subalternidade e a dependência das mulheres em relação ao “sexo forte” na família se mantivessem ainda por um longo tempo, mesmo que disfarçadas sob um verniz de modernidade” (Scott, 2013, p. 16).

Para a autora, a abolição oficial da escravidão, o advento da república, a grande imigração, o processo urbanização e industrialização no país, provocam mudanças na sociedade brasileira, sugerindo o surgimento de uma sociedade mais moderna.

Parecia que o Brasil, enfim, começava a deixar para trás o seu caráter agrário e “atrasado”, conforme a visão dos grupos dominantes citadinos que tinham a preocupação de construir, a partir de então, uma sociedade “moderna e higiênica” (Scott, 2013, p. 16).

Nesse processo, um novo modelo de família começa a surgir, no qual os desejos pessoais ganham espaço, e por tanto ficam menos subordinados aos interesses da família e do patriarca. Apesar das mudanças no modelo familiar, a mulher permaneceu subalterna e dependente dos homens.

Dentre as diversas mudanças no modelo familiar ocorridas a partir da virada do século XIX para o XX, esclarece Scott (2013): o desejo dos indivíduos passa a estar menos subordinado aos interesses da família comandada pelo patriarca; o amor romântico, dentro no casamento reconhecido pelo estado e igreja, fica, pelo menos em termos ideais, a ser mais relevante; o discurso higienista criticava a separação entre sexo e amor, e conseqüente integração de ambos no casamento, como forma mais saudável e recomendável de relacionamento; o núcleo familiar, pai, mãe e filhos, passou a ser mais evidenciado, se desvencilhando do modelo patriarcal; a mulher passa a se dedicar mais aos cuidados, educação e formação moral dos filhos, a submissão ao marido permanece mas com maior direito a voz; desobrigada de trabalho remunerado, a mulher estaria disponível para os afazeres do lar, já que o homem era o único provedor.

Esse modelo familiar consagrou a mulher como a “rainha do lar”. Nele os papéis femininos e masculinos revelavam a permanência da hierarquia entre mulheres e homens, “[...] com o homem à cabeça da casa e da família e a mulher como subalterna e dependente” (Scott, 2013, p. 17) A autora ressalta que estes valores não representavam toda a sociedade brasileira e suas famílias, dada a diversidade e desigualdade desta sociedade.

Em uma sociedade [...] hierarquizada a partir de elementos socioeconômicos e étnicos (com base, sobretudo, na “cor da pele”- herança do escravismo), não é de espantar que, ao se comparar famílias de áreas mais urbanizadas com as de áreas predominantemente rurais, as compostas por negros, brancos ou mestiços, as imigrantes e as locais, as ricas e as pobres, houvesse grandes diferenças. Entretanto, embora não tenha sido abraçada (pelo menos com a mesma intensidade) por toda a população, o ideal de família que as novas classes dominantes, com seus modos burgueses, estimulavam tornou-se o novo parâmetro (Scott, 2013, p. 18).

Se por um lado era desejado que as famílias da classe dominante seguissem esse modelo, considerado “civilizado”, por outro, esperava-se que “as classes populares fornecessem mão de obra adequada e disciplinada para a indústria que se disseminava, o que incluía o trabalho produtivo de mulheres e crianças” (Scott, 2013, p. 18). Portanto, no início da industrialização brasileira, mulheres e crianças integram-se às atividades industriais. Porém afirma que paulatinamente esse cenário foi se modificando. Exemplo disso são os dados do recenseamento. Em 1872, as mulheres eram 76% da força de trabalho, porém em 1950, eram um pouco mais de 20%. Essa redução do contingente de mulheres está relacionada ao aumento da oferta de trabalhadores masculinos, ocorrido nas primeiras décadas do século XX (Scott, 2013). Sobre essa mudança reflete a autora:

Isso provocou uma queda da participação feminina no mercado de trabalho, por conta da concorrência com a mão de obra masculina – e é aqui então que entra o peso dos valores familiares ditos “modernos”, “civilizados”, em que a mulher (de qualquer classe social) deveria restringir-se ao lar. O estímulo para a permanência da mulher operária no lar ia ao encontro da aspiração dos dirigentes que procuravam enquadrar grupos considerados potencialmente “perigosos e de valores morais e familiares fracos” (Scott, 2013, p. 18).

Caberia às mulheres das classes populares o papel de formar o “trabalhador ideal” além dos cuidados na formação e comportamento dos filhos. Desse período até a atualidade, mudanças sociais, políticas, econômicas, constitucionais, têm contribuído para mudanças no modelo familiar no que concerne aos papéis da mãe e do pai. Apesar de avanços permanecem desigualdades, a exemplo da responsabilidade das mulheres no que concerne ao trabalho de cuidar dos filhos e marido, além da responsabilidade pela execução das tarefas domésticas, mesmo quando são mulheres com trabalho produtivo. A respeito do trabalho doméstico, Perrot (2015, p. 115) denuncia:

O trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias. Praticamente, nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. Ele é invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constantes. É um trabalho que parece continuar o mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais.

Na reflexão sobre as origens da subalternização feminina, a filósofa e escritora Simone de Beauvoir, destaca e denuncia o trabalho doméstico exercido pelas mulheres.

[...] às fadigas de uma reprodução incessante e desregrada acrescentavam-se as duras tarefas domésticas. Entretanto, certos historiadores pretendem que é nesse estágio que a superioridade do homem é menos acentuada. O que se deveria dizer é que essa superioridade é, então, imediatamente vivida e não ainda colocada e desejada.[...] (Beauvoir, 1970, p.86).

O acúmulo de tarefas indica que o estereótipo feminino do período colonial brasileiro, perdura para a maioria da população feminina. Revela que a prescrição normativa patriarcal no estabelecendo de papéis familiares permanece no tempo presente, assim como a responsabilidade das tarefas domésticas. “O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona de casa” (Perrot, 2015, p. 114). A respeito da demarcação dos papéis sociais, Silva (2020, p. 28-29) acrescenta:

Tarefas que foram consideradas femininas em determinado período histórico resultam por serem definidas como “naturais” às mulheres, como as domésticas, o que ocasiona, em última instância, duplas ou triplas jornadas às mulheres trabalhadoras.

Inicialmente centrado na esfera privada, o patriarcado estendeu, ao longo dos séculos, o domínio e controle dos corpos femininos também para a esfera pública. Ao discorrer sobre a divisão público e privado em países que saíram do sistema absolutista de governo para o sistema liberal, Aguiar (1997, p. 166) afirma: “A revolução liberal, em comparação com o sistema absolutista de governo, emancipou os filhos adultos do jugo doméstico, mas não modificou a condição de subordinação das mulheres”.

Essa afirmativa indica que a mudança de sistema não contemplou mudanças estruturais no âmbito do público e privado que garantam às mulheres o pleno gozo de seus direitos; direitos do corpo, direito ao saber, direito ao trabalho remunerado, direito

civis, direitos políticos. Significa que o patriarcado “moderno” se atualiza, se articula com o sistema capitalista, e juntos produzem e reproduzem relações de opressão e dominação sobre os corpos das mulheres. A respeito da adequação do patriarcado às novas realidades, Saffioti (2015, p. 48) comenta: “De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação”.

Nesse sentido, a presença feminina no espaço público tem sido marcada por objeções, proibições legais, discursos preconceituosos de inadequação às atividades que sejam fora do espaço familiar, se constituindo em um espaço de luta permanente, a partir do momento em que as mulheres, manifestam o desejo de se inserirem no mercado de trabalho, de acessarem uma educação irrestrita, de conquistarem direito civil, de participarem do espaço político, dentre outros. Desses, trazemos em seguida, o da educação.

Conforme Soihet (2013, p. 218), “as aspirações das mulheres brasileiras mudaram significativamente a partir de fins do século XIX, com o advento da República”. De acordo a autora, começa a haver por parte de mulheres das classes média e alta, o desejo de se inserirem no mercado de trabalho, setor desde sempre ocupado pelas mulheres da classe pobre. Aponta como um dos motivos, a necessidade das mulheres, de contribuírem financeiramente para a família, dado o aumento de consumo de produtos, disponibilizados no mercado face à crescente industrialização do país. Isto provocou reivindicações para que houvesse aumento de capacitação profissional, assim como, e eliminação das barreiras ao trabalho feminino remunerado. Para Soihet (2013, p. 218), o acesso “à educação de qualidade, direito de voto e de elegibilidade” foram fundamentais para as mulheres alcançarem esses objetivos.

Quanto ao acesso à educação, é notório que a restrição das mulheres ao saber é milenar. “Desde a noite dos tempos pesa sobre a mulher um interdito do saber” (Perrot, 2015, p. 91). Ao falar sobre a proibição do conhecimento às mulheres, a autora reflete: por ser considerado sagrado, o saber é privilégio de Deus e do homem, seu representante na terra. Por isso que Eva, uma mulher, cometeu o pecado; por querer saber; e por isso foi punida. Nesse sentido, explana como o judaísmo, o islamismo, o cristianismo, confiam a escritura e sua interpretação aos homens. Diferentemente, a Reforma Protestante, faz da leitura da Bíblia um ato de obrigação para mulheres e homens, o que contribui para o desenvolvimento da instrução das mulheres. A respeito disso comenta:

A instrução protestante das meninas teria consequências de longa duração sobre a condição das mulheres, seu acesso ao trabalho e à profissão, as relações entre os sexos e até sobre as formas do feminismo contemporâneo. O feminismo anglo-saxão é um feminismo do saber, muito diferente do feminismo da maternidade da Europa do Sul (Perrot, 2015, p. 91).

Este comentário sobre a relação entre religião e educação de mulheres remete à realidade brasileira.

A educação e a religião no Brasil sempre estiveram intrinsecamente vinculadas, tanto por meio da Igreja Católica quanto das igrejas protestantes. A Igreja Católica desempenhou um papel predominante desde o período colonial até o início do século XX, sendo a igreja oficial do Estado até a Proclamação da República em 1889 (Costa; Souza; Sadoyama, 2024, p. 71).

Sobre a influência das Igrejas no Brasil, Costa, Souza e Sadoyama (2024, p. 70-71) afirmam que “a religião desempenhou um papel central, moldando os corpos e comportamentos femininos ao longo da história”, e que “ao moldar crenças e valores dentro de um sistema educacional a religião não só influencia comportamentos, mas também consolida estruturas de poder”. Para eles, a educação feminina oferecida nas instituições religiosas no período colonial além de oferecerem instrução religiosa e habilidades domésticas, também funcionavam como “ferramentas de controle e repressão social refletindo as normas patriarcais da época” (Costa; Souza; Sadoyama, 2024, p. 75). Para Saffioti (2015) as religiões estão totalmente atravessadas pela estrutura do poder patriarcal. Essa realidade teve uma forte influência na formação das mulheres brasileiras, no sentido de ratificar papéis de gênero nos moldes patriarcais.

Antecede à educação com bases no pensamento patriarcal, a privação e posteriormente, a morosidade do sistema educacional brasileiro para que as mulheres brasileiras tivessem permissão legal e irrestrita à educação escolar. Em 5 de outubro de 1827, a Lei Geral do Ensino permitiu apenas as escolas femininas de primeiras letras. Foi somente em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que a educação de mulheres rompeu as últimas barreiras, momento em que atribuiu equivalência entre os cursos secundários. Este, bastante frequentado desde o final do século XIX, deixa de ser discriminado por ser um curso apenas profissionalizante e passa a dar acesso ao ensino superior (Rosemberg, 2013).

A respeito de alguns empecilhos surgidos ao longo do tempo, destaca:

Várias amarras à educação formal e pública das mulheres foram sendo rompidas no transcorrer desse acidentado percurso: a segregação sexual das escolas, interditando a educação mista; o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita de que a de meninos e rapazes em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua “missão” de mãe; o impedimento à continuidade dos estudos secundário e superior para as jovens brasileiras (Rosemberg, 2013, p. 334).

Para Arend (2013), foi a partir do início do século XX que a escolarização feminina se intensificou. Meninas proveniente de famílias das elites e classe média,

[...] passaram a frequentar o curso primário, o ginásio e, eventualmente, o secundário nas escolas confessionais católicas femininas e de outras congregações religiosas presentes nas capitais dos estados da federação. [...] as meninas cujos pais não podiam arcar com os custos de uma escola privada dividiam com seus irmãos os bancos das escolas públicas, que, geralmente, eram mistas e se multiplicavam pelo país (Arend, 2013, p. 72).

Porém, enquanto vários meninos continuavam a estudar até conseguirem o diploma no ensino superior, um número relevante de mulheres até os anos de 1950, mal conseguiam concluir o curso secundário; e as que conseguiam o diploma universitário optavam pelo magistério e enfermagem por serem consideradas carreiras femininas (Arend, 2013).

Em relação ao processo de escolarização das meninas das classes pobres, Arend (2013) explica que mesmo com os esforços de alguns governos para possibilitar o conhecimento escolar para as filhas e filhos de trabalhadores citadinos, as meninas dificilmente conseguiam frequentar de forma assídua a escola, dada a longa jornada de trabalho nas residências domésticas. As que conseguiam, se empenhavam para completar o curso primário, pois o fato de serem alfabetizadas lhe abririam outras possibilidades no mercado de trabalho, na indústria ou no setor comercial quando estivessem adultas.

Somam-se a isso, o pensamento que havia em muitas famílias pobres, de que suas filhas não precisavam de educação formal por entenderem que desde cedo, tinham conhecimento suficiente para ajudarem aos pais na manutenção dos gastos da família e posteriormente a se sustentarem na vida adulta. Este pensamento era ainda mais forte na área rural, já que além das tarefas domésticas as meninas eram obrigadas a realizarem os trabalhos agrícolas (Arend, 2013).

A transformação de grande parte das escolas públicas e privadas em mistas foi um dos importantes resultados do processo de modernização que se iniciou a partir de 1960, permitindo que meninas e meninos tivessem trajetórias semelhante nos estudos. As mulheres de classe média dessa década, desejavam ingressar no mercado de trabalho, e isso fez com que o ensino secundário e posteriormente o superior, passassem a ser o objetivo de uma grande parcela de meninas. Além disso almejaram realizar cursos considerados masculinos tais como, Economia, Engenharia, Informática, Administração, dentre outros (Arend, 2013).

Nas décadas seguintes, houveram resistências, desafios, mas também avanços no que tange a uma educação democrática que garanta equidade de gênero. Rosemberg (2013) explicita que a partir de 1975 surgem os primeiros textos que objetivaram expor a situação feminina e masculina, que dentre outros assuntos mostravam o interesse em identificar: o sexismo nas práticas educacionais; fazer uma análise sobre a contribuição das Ciências Humanas para o entendimento da condição feminina; relacionar a educação das mulheres e sua participação na vida econômica; e observar o acesso de mulheres ao ensino superior. Nesses trabalhos, conclui a autora, estavam desenhados quase todas as temáticas referentes a agenda acadêmica e política no que se refere à educação da brasileira nas décadas que se sucederam.

Nos anos de 1970, já se observava que as mulheres eram maioria entre estudantes matriculados e concluintes do ensino médio. Nos anos de 1990, tal situação foi observada no ensino superior de graduação. Na passagem para os anos 2000, foi a vez de a Pós-graduação ostentar maior proporção de mulheres que de homens no corpo discente (Rosemberg, 2013, p. 350).

Em 2024, o Observatório de Equidade Educacional da NEES-UFAL, publicou uma matéria que trata sobre os dados do relatório *Education at a Glance* 2024, da OCDE⁴⁵. Para o Observatório, os dados do relatório evidenciam a incongruência entre o nível de escolaridade versus inserção no mercado de trabalho entre mulheres e homens brasileiros. Sobre isso, a publicação traz algumas reflexões do pesquisador Gabriel Fortes líder de pesquisa do Observatório de Equidade Educacional, do Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais (NEES), ligado à Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

⁴⁵ Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Informação obtida em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20746&Itemid=1319

O pesquisador avalia que o desequilíbrio entre sucesso educacional e inserção profissional indica que apesar dos avanços, a educação brasileira, não têm respeitado totalmente o seu papel como um instrumento de equalização das injustiças sociais diz o Observatório de Equidade Educacional (2024).

O relatório mostra que no Brasil, 28% das mulheres entre 25 e 34 anos possuem um diploma de ensino superior, enquanto entre os homens esse percentual é de apenas 20%. No entanto, quando o foco se volta para o mercado de trabalho, o cenário se inverte (Gabriel Fortes *apud* Observatório de Equidade Educacional, 2024).

Outro dado importante é que: “Segundo o relatório da OCDE, menos da metade das jovens mulheres com escolaridade inferior ao ensino médio (44%) conseguem emprego, em contraste com 80% dos homens na mesma situação” (Gabriel Fortes *apud* Observatório de Equidade Educacional, 2024).

Esse quadro é particularmente preocupante, pois expõe uma contradição fundamental: a educação, que deveria ser uma ferramenta de promoção da equidade, está falhando em seu papel de transformar resultados acadêmicos em oportunidades concretas para as mulheres (Gabriel Fortes *apud* Observatório de Equidade Educacional, 2024).

E complementa:

[...] o sistema educacional brasileiro, apesar de conseguir bons resultados no ensino básico e médio, não está preparado para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e romper com as desigualdades de gênero. O resultado é um mercado onde a qualificação das mulheres não é recompensada na mesma medida que a dos homens, perpetuando um ciclo de exclusão e subvalorização (Gabriel Fortes *apud* Observatório de Equidade Educacional, 2024).

Por fim assevera:

O desafio da equidade de gênero na educação brasileira não é uma questão isolada de desempenho escolar. Trata-se de uma questão estrutural [...]. Se a educação é, como acreditamos, o caminho para uma sociedade mais justa, não podemos mais ignorar as barreiras que impedem que as mulheres colham os frutos de seu esforço acadêmico (Gabriel Fortes *apud* Observatório de Equidade Educacional, 2024).

Sobre a relação entre escolaridade e empregabilidade, Matos e Borelli (2013), afirmam que o aumento da escolaridade feminina havido nas últimas décadas do século XX provocou o crescimento de mulheres no mercado de trabalho, tornando-se

“economicamente mais competitivas e capazes de enfrentar resistências e preconceitos e aumentar sua presença em setores até então impermeáveis ao feminino” (Matos; Borelli, 2013, p. 145). Mas, apesar dos avanços ocorridos, a maior parte das mulheres permaneceu concentrada em ocupações de menor remuneração, com empregos mais precários, mais desprotegidos, e mais suscetíveis ao desemprego do que os homens. Esse cenário sugere que a falta de equivalência entre escolaridade e mercado de trabalho, resulta da secular estrutura patriarcal que contamina o tecido social, com seus valores, pensamentos, desqualificando as diferenças, fortalecendo assim a desigualdade de gênero.

O patriarcado colonial brasileiro atravessa o tempo, e se faz presente na contemporaneidade. É uma estrutura organizacional que ao longo dos séculos determina desigualdades entre mulheres e homens, instituindo um sistema relacional perverso que hierarquiza as relações de gênero. Esse cenário retrata a subordinação compulsória à qual as mulheres foram submetidas, impedindo-as de serem donas de si, dos seus corpos, das suas vidas.

Este sistema organizacional, deixou marcas profundas na história das mulheres brasileiras. Com uma ideologia baseada no domínio dos homens sobre as mulheres, cerceou a sua liberdade nos setores público e privado, impedindo-as de gozarem o pleno exercício da cidadania. Ao confinarem as mulheres no ambiente doméstico, privou a sociedade de viver uma história diferente, quiçá, mais justa e igualitária.

4 DESATAR OS NÓS

E eis que de repente ela
resolve então mudar
Vira a mesa
Assume o jogo⁴⁶

Passamos do meio da travessia, e mesmo, sob os impactos das ondas e correntezas, estamos com fôlego e ritmo, para fazermos uma boa chegada. Para isso, destacamos os movimentos feministas e sua relevância para a formulação do conceito de gênero. Em seguida conceituamos gênero, os diferentes tipos de educação e sua importância para equidade de gênero. Por fim, trazemos aspectos históricos da participação feminina no esporte, e os avanços e permanências da participação feminina nas travessias.

4.1 EDUCAÇÃO PARA A EQUIDADE DE GÊNERO

Figura 19 - Travessia Itaparica X Salvador 2024



Fonte: Ilha Notícias Bahia (2024)

⁴⁶ Verso retirado da música Desconstruindo Amélia composta pela cantora Pitty. Informação obtida em: <https://www.letras.mus.br/pitty/1524312/>

Na apresentação do livro *Minha História da Mulheres* de Michelle Perrot, Carla Pisky, revela que ainda no século XIX, se discutia a racionalidade das mulheres, ou seja, se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Esse pensamento abjeto, evidencia o quão resiliente tem sido o patriarcado, sistema que opera via relações de poder e domínio dos homens sobre os corpos das mulheres. Porém, em resistência a esse sistema surgem entre o final do século XIX e início do – XX, movimentos organizados de mulheres que exigiam igualdade de gênero; os movimentos feministas.

Conforme Perrot (2015), a origem do termo feminista é incerta. Há o registro do seu uso em 1880 pela sufragista francesa, Hubertine Auclert, que se declarou orgulhosamente feminista, e que “ao final do século, esses vocábulos, substantivos ou adjetivos, difundem-se, entram na moda, sem, no entanto, substituir expressões como “causa das mulheres” (Perrot, 2015, p. 154).

A respeito do termo feminismo, Alves e Pintanguy (2003) consideram difícil conceituar por este traduzir um processo com raízes no passado, que é construído no cotidiano, e que não tem um ponto de chegada predeterminado. Defende que o feminismo surgiu num momento histórico, em que outros movimentos se insurgem contra outras formas de opressão e,

Ao afirmar que o sexo é político, pois contém também ele relações de poder, o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem neutralidade ao espaço individual e que definem como *política* unicamente a esfera pública, “objetiva”. Desta forma, o discurso feminista, ao apontar para o caráter também subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública (Alves; Pintanguy, 2003, p. 8).

Sobre a natureza do movimento feminista assim descreve Perrot (2015, p. 155): “O feminismo age em movimentos súbitos, em ondas. É intermitente, sincopado, mas ressurgente, porque não se baseia em organizações estáveis capazes de capitalizá-los”. Essas ondas são movidas por pautas. Luta pela igualdade dos sexos, direito ao saber, ao trabalho, ao salário, obtenção de direitos civis, políticos, os direitos do corpo, penalização do estupro, assédio sexual, do incesto, são algumas das reivindicações citadas por Perrot (2015).

É importante ressaltar que essas ondas são descritas baseadas nas experiências e pensamentos do eixo europeu-estadunidense, e por isso podem não representar totalmente os movimentos feministas localizados fora desse eixo. No

entanto, isso não apaga a sua importância como “[...] rica fonte de literatura, arcabouço documental e de história sobre pensamentos, rupturas e marcadores importantes construídos contra a dominação masculina e em busca da equidade de gênero” (Ribeiro; Nogueira; Magalhães, 2021, p. 59).

Alguns autores, consideram que estamos na quarta onda do movimento feminista. Louro (1997) cometa que o movimento sufragista ocorrido no século XIX, cuja bandeira era estender o direito do voto às mulheres é considerado a primeira onda do feminismo. Para ela a segunda onda tem início no final dos anos de 1960, momento em que:

[...] o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, **será engendrado e problematizado o conceito de gênero** (Louro, 1997, p. 15).

No Brasil, a segunda onda do movimento feminista, surge a partir dos anos de 1960, com objetivos um pouco diferentes dos que tinham mobilizado as militantes no passado. Além do “combate às depreciações que tinham como alvos ativistas e simpatizantes, o novo feminismo apresentou reivindicações para além das relativas aos direitos políticos, econômicos e educacionais” (Pedro, 2013, p. 240).

Em relação à terceira onda, Ribeiro, Nogueira e Magalhães (2021, p. 66) afirmam que “as feministas da terceira onda, período que se iniciou nos anos 80, trazem consigo um caráter pós-modernista e pós-estruturalista, ou seja, têm na essência da luta uma resistência à categorização, ao essencialismo”. Perez e Martinez Ricoldi (2023, p. 2) defendem que “os feminismos contemporâneos fazem parte de uma quarta onda porque têm adotado, dentre outras características, a mobilização via meios de comunicação digitais, a interseccionalidade e a organização na forma de coletivos”.

O termo “gênero” foi inicialmente utilizado pelas feministas como uma forma para se “referir à organização social das relações entre os sexos” (Scott, 2017, p. 72), e que parece ter sido utilizado inicialmente por feministas americanas, com o objetivo de rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos sexos e diferenças sexuais. Como vimos é na segunda onda em que surge o conceito de gênero que para Louro (1997, p. 14), “está ligado diretamente à história do movimento feminista

contemporâneo” e que como “constituente desse movimento, ele está implicado lingüística e politicamente em suas lutas”.

Para Louro (1997) os gêneros constroem-se no âmbito das relações sociais, ou seja, não são as características sexuais em si, mas o que se pensa sobre elas é que vai constituir o que é feminino ou masculino, numa dada sociedade, num determinado momento histórico. A autora coloca o debate no campo social por compreender que é nele “que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos [...] pois é nele “que se constroem os gêneros” (Louro, 1997, p. 22). Explicita que mesmo considerando que a característica fundamental do conceito seja social e relacional, não deve ser pensado como se referindo à construção de papéis femininos ou masculinos, por considerar essa concepção simplista ou reducionista. Isso porque as desigualdades parecem ficar apenas no âmbito das interações face a face, o que deixaria sem análise,

[...] as várias formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros. A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. [...] compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Assim, o sentido de pertencimento a diferentes grupos — étnicos, sexuais, de classe, de gênero, etc. — constitui o sujeito e pode levá-lo a se perceber como se fosse “empurrado em diferentes direções” (Louro, 1997, p. 24).

A autora comenta que devido ao fato dos debates sobre gênero incluírem questões sobre a sexualidade, é importante distinguir o que são identidades sexuais e de gênero.

Suas identidades sexuais se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero (Louro, 1997, p. 26).

E complementa dizendo que ambas estão profundamente relacionadas, porém não são a mesma coisa. O importante é acatar que ambas são construídas, “elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (Louro, 1997, p. 26). No que concerne às identidades de gênero, explica:

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe (Louro, 1997, p. 28).

Como parte das suas reflexões, destaca que “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder” (Louro, 1997, p.41) e que são nas redes de poder que as diferenças e desigualdades são instituídas. Baseada no conceito de biopoder de Foucault, reflete que este conceito parece ter utilidade ao se pensar nas inúmeras práticas que historicamente foram criadas e empregadas para controlar mulheres e homens. Essa visão foucaultiana poderia provocar,

[...] outros olhares sobre as relações de poder entre os gêneros: a normalização da conduta dos meninos e meninas, a produção dos saberes sobre a sexualidade e os corpos, as táticas e as tecnologias que garantem o "governo" e o "auto-governo" dos sujeitos (Louro, 1997, p. 42).

Contrariando a forma homogênea de entender o gênero e os modelos de conduta exclusivos advindos das crenças arcaicas sobre a natureza de cada um dos sexos, a historiadora Joan Scott, estrutura o conceito de gênero em duas partes (proposições), e vários subconjuntos que se inter-relacionam, mas que devem ser analiticamente diferenciados. A primeira proposição é que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e a segunda, que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 2017, p. 86).

Com relação à primeira proposição o gênero implica quatro elementos inter-relacionados: os símbolos (culturalmente construídos e que evocam representações simbólicas, frequentemente contraditórias); conceitos normativos (interpretam os significados dos símbolos); a dimensão política (inclusão e ampliação da discussão de gênero na educação, mercado de trabalho, sistema político dentre outros), e a identidade subjetiva (diz respeito à uma teoria da psicanálise sobre a reprodução do gênero). Scott (2017) reitera que o objetivo desses quatro elementos é esclarecer e especificar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais.

A autora explica que a sua teorização de gênero é desenvolvida na segunda proposição na qual “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente” (Scott, 2017, p. 88). Isto significa que a ratificação do gênero atua de várias formas, nos diferentes segmentos da vida em sociedade.

Apesar das especificidades nas suas propostas, Louro (1997) e Scott (2017), destacam o caráter relacional e as relações de poder na construção do gênero. As contribuições conceituais de Louro e Scott nos ajudam a compreender como o gênero opera na dinâmica das relações sociais nos diferentes espaços onde a vida acontece, seja na família, na escola, no trabalho, ou no esporte.

Portanto ao pensarmos em educação para equidade de gênero, destaca-se o conceito de educação de Brandão (2013), por não hierarquizar os diferentes tipos de educação. Para Brandão (2013, p.7) “ninguém escapa da educação”, já que não há uma educação, e sim “educações”. Compreende-se que a educação acontece em vários espaços de aprendizagem, sejam os formais, não-formais ou informais.

Assim, não há um único modelo de educação e nem o profissional professor, é o único educador (Brandão, 2013). Em consonância com este conceito de educação, o Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, doutrina:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).

Sendo assim,

Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (Brandão, 2013, p. 7).

Contemplam essa perspectiva, as aprendizagens advindas da educação formal, a não-formal e informal. A educação formal é desenvolvida principalmente nas escolas e instituições de ensino superior, e se caracteriza por ter objetivos e conteúdos previamente determinados. Para Delorenzi (2019, p. 636), “Ela é formulada a partir de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, estruturas hierárquicas e

burocráticas, determinadas em âmbito nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação”.

Louro (1997) afirma que historicamente a escola é um espaço de desigualdades, divisão. Dentre estas aponta à construção das diferenças no que concerne ao que é próprio de mulheres e de homens. Por isso, considera um lugar/instituição importante para a implementação de políticas educacionais que desconstruam práticas sexistas. Sobre as relações de gênero na escola, Vieira (2020) denuncia que a apesar dos avanços ocorridos nos últimos anos, permanece a assimetria nas relações de gênero entre mulheres e homens, e esta assimetria está presente na escola. Além disso, ao chegarem na escola os sujeitos já trazem representações sobre o feminino e o masculino, incorporadas culturalmente no ambiente social no qual se constituíram, e na maioria das vezes são “velhas concepções preconceituosas, construídas com base na diferença de sexo biológico, já estão impregnadas” (Vieira, 2020, p.2).

Ao discutirem sobre questões de gênero na educação infantil, Cavalcanti e Gurgel (2020), apontam a partir da produção acadêmica no Brasil, a importância das instituições escolares, particularmente da educação infantil, para a aprendizagem dos papéis femininos e masculinos. Dentre a aprendizagem desses papéis exemplificam:

[...] meninos são fortes e meninas sensíveis, que meninas brincam com meninas e gostam da cor rosa, meninos brincam com meninos e gostam da cor azul, além de crescerem assimilando a falsa ideia de que tarefas domésticas são atributos essencialmente femininos (Cavalcante e Gurgel, 2020, p.282)

No que se refere a educação não-formal, Gohn (2006), manifesta que é a que se aprende ao interagirmos com o outro, via processos de compartilhamento de experiências, nos diversos ambientes construídos coletivamente. Semelhante a Gohn (2006), Delorenzi (2019, p. 636), entende que “A educação não formal acontece, devido ao relacionamento do indivíduo com o ambiente em que vive”. Caracteriza-se por ser uma aprendizagem que ocorre fora da escola, em diferentes espaços, institucionalizados ou não. São exemplos de educação não-formal: práticas esportivas, atividades culturais, oficinas de costura, pintura, dentre outros.

Ao refletir sobre a proposta que deve perpassar projetos sociais no campo esportivo que atendam crianças e adolescentes, Viola et al. (2011, p. 1) recomendam que para ser realmente educativa, deve estar assentada,

[...] na promoção de valores, princípios, regras, convívio social, busca de superação de limites individuais, superação de desafios, vivências práticas, debate em grupo, etc., para que estes alunos possam ser críticos, reflexivos, com condutas norteadas pelos valores e virtudes humanas, buscando de fato uma educação para o convívio social através do esporte.

Concebemos que dentro desta proposta estão inclusas a pauta das questões de gênero, já que enquanto espaço de aprendizagem, o esporte se constitui importante veículo de práticas educativas para a equidade de gênero.

Quanto a isto a ONU Mulheres Brasil (2023) salienta que nos últimos anos o esporte se revelou uma ferramenta valorosa para o empoderamento de meninas e mulheres. Destaca que as organizações esportivas têm implementado estratégias que possibilitem: prevenção e proteção da violência de gênero, maiores recursos para o esporte feminino, aumento da cobertura de mídia e da participação feminina em cargos de liderança, desenvolvimento do esporte de base, dentre outras ações.

Na Cartilha de Equidade, Impulsionando o Esporte no Brasil, o Comitê Olímpico do Brasil (2025, p.2), declara:

O esporte é um direito humano, e o Movimento Olímpico trabalha para que cada vez mais pessoas se beneficiem das transformações sociais que ele proporciona. A promoção da equidade de gênero no meio esportivo é uma etapa central dessa estratégia. Por isso, atletas, gestoras/es, treinadoras/es, equipes e todos nós possuímos um papel importante a desempenhar na promoção da igualdade de gênero dentro e fora do esporte.

Para isso, aponta que as políticas para equidade de gênero no esporte devem ser implementadas desde os primeiros contatos das meninas e mulheres com o esporte, de maneira a garantir a permanência delas no ambiente esportivo. Além disto assevera a importância da inclusão das mulheres “em cargos de liderança, nas comissões e em cargos de gestão das entidades esportivas, com maior participação e representatividade feminina nas mídias e maiores investimentos e incentivos ao esporte feminino” (COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL, 2025, p.2).

Já a educação informal se refere à que aprendemos durante o processo de socialização do indivíduo “na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados” (Gohn, 2006, p. 28). Tem como objetivo “socializar o indivíduo, determinar o comportamento e desenvolver

hábitos e atitudes de acordo com o grupo social que pertence desde o nascimento” (Delorenzi, 2019, p. 637).

Ao compreender que a cultura patriarcal gera desigualdade de gênero, e que esta, “[...] não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência” (Saffioti, 2015, p. 75), considera-se importante desconstruí-la em todos os lugares onde ela se manifesta, dentre eles, a família, primeira instituição social na qual tem início a formação do indivíduo, onde se aprende dentre outras coisas, a ser mulher e homem. Colling (2009), considera a família, um dos dois lugares fundamentais para mudar a cultura no que diz respeito aos papéis sociais das mulheres e dos homens.

Apesar de não ser possível determinar o momento exato, seja o nascimento, adolescência ou maturidade em que a identidade de gênero é estabelecida (Louro, 1997), considera-se a família, a primeira instituição social onde a construção da identidade de gênero se inicia. É na relação com instituições e espaços sociais que iremos nos identificar como mulheres e como homens e assim construir nossa identidade de gênero, construção que é fluída e prosseguirá em constante processo de transformação ao longo da vida do sujeito.

Para Le Breton (2020, p. 19), “a família é o primeiro mediador dos elementos culturais e sociais que formam a trama da vida coletiva”. Sobre a importância do grupo familiar para a formação da criança, afirma: “Na sua comunidade familiar, a criança adquire conhecimentos, modelos, valores, símbolos – em síntese, as ‘maneiras de fazer, de pensar, e de sentir’ – próprios do grupo a um dado momento de sua história” (Le Breton, 2020, p. 19).

Portanto, a família é o lugar onde são gestadas, desde a concepção, as primeiras construções sobre o que é ser uma mulher ou um homem. Em acordo com este entendimento, Colling (2015, p. 37), afirma que a família é um lugar [...] “no qual as crianças recebem as primeiras noções do que é ser homem e o que é ser mulher e o papel que cabe a cada um (a) na sociedade [...] onde as desigualdades de gênero são plantadas ou reafirmadas”.

Para Silva (2009), a educação inscreve no corpo normas, valores, comportamentos, hierarquias, poder, que se expressam por uma linguagem própria. “O corpo aprende, e é cada sociedade específica, em diferentes momentos históricos e com sua experiência acumulada, que o ensina” (Silva, 2009, p. 37). Sendo assim, os processos educativos que atravessam nossos corpos, advindos da cultura familiar,

podem manter ou superar as desigualdades entre mulheres e homens nos diversos espaços da vida em sociedade.

Adichie (2017), ao discutir sobre a educação de crianças feministas, sugere várias condutas no ambiente familiar que fortalecem a equidade de gênero à uma amiga interessada em saber como criar sua filha como uma feminista. Uma das primeiras sugestões da autora é:

Ensine a ela que “papéis de gênero” são totalmente absurdos. Nunca lhe diga para fazer ou deixar de fazer alguma coisa “porque você é menina. “Porque você é menina” nunca é razão para nada. Jamais (Adichie, 2017, p. 10).

Para Adichie (2017, p. 11): “Se não empregarmos a camisa de força do gênero nas crianças pequenas, daremos a elas espaço para alcançar todo o seu potencial”. E afirma:

Os estereótipos de gênero são tão profundamente incutidos em nós que é comum os seguirmos mesmo quando vão contra nossos verdadeiros desejos, nossas necessidades, nossa felicidade. É muito difícil desaprendê-los [...] Em vez de deixá-la internalizar essas ideias, ensine-lhe autonomia (Adichie, 2017, p. 12).

Segundo a ela, ao dar autonomia às crianças, fortalecemos, a capacidade de decisão sobre o que julgam ser o melhor para si mesmas. Com essa conduta, meninas e meninos poderão escolher com mais liberdade os caminhos a seguir sem o peso das amarras sociais e culturais. Corroboramos com Adichie (2017) que uma educação familiar para equidade de gênero deve perpassar pela desconstrução dos papéis de gênero, quando educamos meninas, mas também quando educamos meninos, já que em sua maioria, são eles, os homens, que detêm o poder e a autoridade nas diversas instituições e estruturas sociais.

Dentre as sugestões da autora para se educar meninas feministas, está o incentivo à prática de esportes. Em relação a isso Adichie (2017, p. 21), diz: “Ensine-lhe a ser ativa. Façam caminhadas juntas. Nadem. Corram. Joguem tênis. Futebol. Pingue-pongue. Todos os tipos de esportes. Qualquer tipo de esporte”. Como justificativa a autora destaca alguns benefícios. Um deles é a contribuição do esporte para tornar as meninas seguras em relação à imagem do próprio corpo, de modo a desconstruir as imagens que o mundo lança sobre elas.

Ao reconhecermos que historicamente, é sobre os corpos das mulheres, que incidem as justificativas das desigualdades, compreendemos porque a autora destaca esses benefícios. As diferenças biológicas têm sido utilizadas como pretexto para inferiorizar as mulheres, e conseqüentemente impedir que os corpos femininos sejam protagonistas das suas vidas. Portanto, a construção de uma imagem estereotipada do feminino, impede que as mulheres alcem outros voos, que conquistem outros espaços, como por exemplo o esportivo.

Assim, uma educação que incentive a prática do esporte, contribui para o empoderamento feminino, e conseqüente superação dos papéis normativos de gênero, porque “o corpo é também espaço de transgressão, de rebeldia ao estabelecido” Silva (2009, p. 44).

Exemplo disso, é o relato da entrevistada Renata, ao falar sobre a ausência de mulheres nos cargos de gestão esportiva. Revela a importância da sua educação para a assunção de espaços majoritariamente liderados por homens. Para ela,

O nó é lá atrás! É da nossa existência! A mulher...ela, não foi educada para ser líder. Ela não foi educada para a disputa [...] Meu pai não educou a mim e as minhas irmãs para a gente recuar nos ambientes liderados por homens [...] Minha avó, era retada! Foi tabeliã na época que só tinha tabelião homem, então ela estava lá, sentada no 8º ofício, na Calçada, tabeliã mulher. [...] Eu acho que é falta de formação, sabe? De educação doméstica, familiar [...].

Ao se referir ao ambiente esportivo diz: “Pra você chegar lá, você não tem que temer a competição com o homem. Não porque é um homem, entendeu? A competição é entre pessoas”.

Já a entrevistada Lais, ao falar sobre a sua experiência como técnica de atletas mulheres e atletas homens, destaca alguns comportamentos que evidenciam diferenças na educação das mulheres e na dos homens.

[...] a mulher é mais comprometida, mas... as meninas têm mais receio de fazer as coisas do que os homens. Então isso é uma coisa que eu trabalho nelas, que elas podem fazer, né? Que elas conseguem, que elas têm capacidade, então o homem, ele acredita mais no desafio do que a mulher. Ele se joga mais, então ele tem mais alta confiança do que a mulher, até porque a gente veio moldada para ser a sombra, e não para ser a protagonista, né?

E continua:

[...] então tem essa diferença [...]. Aham que não tem força, que não conseguem, que é algo mais perigoso para elas do que para eles, porque são homens [...], que vai acontecer alguma coisa porque ela é mulher, mais frágil, não podem nadar sozinha no mar porque é mulher [...], afora a exposição do corpo, a questão realmente do abuso sexual, do assédio.

Por fim, Lais comenta que para as nadadoras superarem esses comportamentos, procura incentivá-las, e externa: “além de trabalhar a parte física, precisa trabalhar a parte psicológica das alunas, para que elas comecem a acreditar que conseguem”.

A narrativa de Lais sobre o comportamento de atletas femininos e masculinos, denota como a educação imprimi nos corpos princípios sociais (Silva, 2009). Revela como a coragem, a autoconfiança, a força, dentre outros atributos, considerados masculinos, não são priorizados na educação de mulheres. Nesse sentido, para haver uma educação para equidade de gênero, se faz necessário “desconstruir uma lógica de determinação biológica que prescreve os atributos ou competências, os quais homens e mulheres devem adquirir” (Vieira, 2018, p. 98).

E, ao afirmar que a mulher “veio moldada para ser a sombra, e não para ser a protagonista”, Lais denuncia o boicote historicamente impingido às mulheres, impedindo-as de serem donas das suas vidas, de construírem a sua história, e consequentemente de decidirem o caminho a seguir.

Ambas, Renata e Lais, são mulheres que profissionalmente exemplificam a superação de papéis normativos de gênero ao atuarem em setores predominantemente masculinos. Renata revela que a sua educação foi determinante na assunção do cargo de gestora esportiva, e por nunca ter se sentido intimidada pela presença masculina no setor. Lais, na sua prática profissional cotidiana, empenha-se em desconstruir representações do feminino, que limitam os avanços das suas atletas. Ambas contribuem para a superação das desigualdades entre mulheres e homens.

Representações históricas do feminino têm marginalizado as mulheres, produzindo desigualdades de gênero. Para combatê-las, resistências organizadas surgiram a pouco mais de um século, com o objetivo modificar a condição das mulheres na sociedade, face à dominação masculina, instituída pelo sistema patriarcal. Os valores, normas, princípios que sustentam este sistema devem ser desconstruídos nos diferentes espaços onde a educação acontece. Dentre esses, a família se constitui um potente espaço de aprendizagem para se combater discursos e práticas que inferiorizam as mulheres. As narrativas de Renata e Lais, exemplificam

como a educação pode contribuir positivamente ou negativamente para a equidade de gênero.

4.2 EDUCAÇÃO, PATRIARCADO E EQUIDADE DE GÊNERO NAS TRAVESSIAS

Figura 20 - Quiara na TIS em 2022



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

Representações simbólicas atribuídas ao elemento água e a sua relação com a experiência humana estão expressos na pintura, lendas, ritos, religiões, poesia, literatura, o que indica importância para as sociedades em diferentes períodos históricos da humanidade.

Uma das representações simbólicas atribuídas a água é considerá-la um elemento feminino. Sobre esse aspecto, Reis (2000), ao falar sobre a importância da água na perspectiva do candomblé afirma ser ela “a energia feminina que comanda o mundo”. Segundo o autor, na história da criação, a água antecede a forma e sustenta a criação, é a mãe geradora e neste sentido falar da água é falar da energia feminina.

A água já dominava o mundo antes de a Terra ser criada, a mulher já se anunciava como um ser que nasceu para comandar, para brilhar, para ser exaltada e reverenciada, e não para ser submissa ao homem [...] o mundo, portanto, pertence à mulher (Reis, 2000, p. 42).

Esta concepção estabelece a relação água/feminino como sinônimo de força, poder, renovação, anuncia que o protagonismo das mulheres está na sua essência e afirma: o mundo pertence a elas. Porém, no plano da materialidade a estrutura social

de diferentes culturas, assentadas no sistema patriarcal têm apontado para o caminho oposto; o de serem subalternizadas, alijadas de direitos e de poder decisório sobre seus corpos. De uma forma geral, a permanência compulsória na vida doméstica a excluiu da participação na vida pública, negando-a da plena participação nos diferentes setores da vida em sociedade, como por exemplo, o esportivo.

A luta para a obtenção de direitos sociais, políticos, educacionais, dentre outros, se organiza e se intensifica a partir dos movimentos feministas do final do século XIX, atravessam o século XX e chegam ao século XXI. Esses movimentos, têm possibilitado avanços, porém aquém de representar equidade nas estruturas sociais cuja organização tradicional hierarquiza mulheres e homens. O esporte exemplifica estas estruturas, visto que historicamente se organizou na perspectiva androcêntrica, patriarcal, o que resultou na proibição e ausência das mulheres durante séculos.

No Brasil, a prática esportiva feminina é uma conquista recente. Resulta do Movimento Higienista, instalado no país, nas primeiras décadas do século XX. Segundo (Góis Junior; Simões, 2011), esse movimento fez parte da agenda de governo do presidente Getúlio Vargas, principalmente no seu primeiro governo, e tinha o propósito de valorizar o exercício físico na educação brasileira. Apesar da participação de mulheres no esporte ter avançado a partir do século XX, ainda guarda desproporções quando comparada à masculina. Exemplo dessa realidade, é o resultado desta pesquisa ao averiguar a participação de mulheres e homens em 11 travessias.

Essa desproporção também é reveladora para um país cujas mulheres são maioria populacional há décadas. A Agência IBGE Notícias (2010) informa que os resultados do Censo 2010 mostram que naquele ano, existiam 95,9 homens para cada 100 mulheres, ou seja, 3,9 milhões de mulheres a mais que homens no Brasil e que no ano 2000 havia 96,9 homens para cada 100 mulheres. Em 2022 a Agência IBGE Notícias publicou.

Em 2021, as mulheres representavam 51,1% da população do país, totalizando 108,7 milhões, enquanto os homens correspondiam a 48,9% (103,9 milhões). Em dez anos, não houve diferença significativa nessas participações. A razão de sexo, quociente entre o número de pessoas do sexo masculino e do feminino, indicou a existência de 95,6 homens para cada 100 mulheres residentes no país. Esse número é similar ao verificado em 2012.

Na Bahia, o Censo 2022, informou que a proporção da população residente por sexo, é de 51,7% mulheres e 48,3% são homens. Os dados populacionais apresentados e a constatação da natação como um dos primeiros esportes praticados por mulheres indicam o longo caminho a percorrer quando refletimos sobre a participação feminina nas travessias a nado referidas nesse estudo.

Os estudos de Mourão (2000) apontam que a participação feminina nas atividades físico-desportivas, no final do século XX para o XXI, assim como a sua continuidade até os anos 50, foram motivados pelo contorno e superação de alguns obstáculos, tais como “[...] preconceitos, discriminações e interdições, e marcada pelas ideologias patriarcal, higiênica e eugênica [...]” e que a ocupação do espaço esportivo foi “[...] ‘relativamente’ voluntária e individual” (Mourão, 2000, p. 7).

E, diferentemente da conquista de outros espaços, em que foi mais tenso em relação a questão de gênero, o esportivo foi sendo concedido. Não houve a “intenção de mudar a condição feminina, a ordem social que se impunha, ou mesmo a hierarquia de gênero que se estabelecia na sociedade brasileira” (Mourão, 2000, p. 7).

Para a autora, a inserção das mulheres no esporte,

[...] se consolida na prática e no exercício da interação, frequentemente com apoio velado ou aberto dos homens mais esclarecidos da sociedade, mas com um controle normativo que insere a mulher nesta prática sem possibilitar-lhe uma emancipação para a prática de atividades físico-desportivas [...] num contexto em que é o homem, em sua maioria absoluta, que comanda as federações, confederações, clubes e ligas como dirigente, técnico e árbitro (Mourão, 2000, p. 8).

Goellner (2006), ao discutir sobre a participação das mulheres no esporte no Brasil, comenta que até a metade do século XIX, a estrutura conservadora da sociedade brasileira não permitia que as mulheres tivessem uma maior participação em atividades na esfera pública, como por exemplo, a esportiva. A partir das primeiras décadas do século XX, “o esporte feminino vai aparecer como uma das possibilidades de participação social feminina” (Goellner, 2006, p. 91). Foi a partir da participação de Maria Lenk na Olimpíada de 1930, que o esporte feminino começa a gerar entusiasmo e atenção (Goellner, 2006).

Apesar da adesão, a falta de reconhecimento, a invisibilidade e os poucos registros dessa história, aliados ao longo tempo das proibições, causaram danos na inserção, permanência e legitimação das mulheres no esporte no Brasil (Goellner, 2012). Para a autora, as consequências desse cenário repercutem no momento

presente, alimentando discursos e representações sobre a mulher no esporte, que concorrem para o pouco ou ausente investimento e incentivo para prática e assunção de outros papéis no campo esportivo. Essa situação mostra o quanto as mulheres são marginalizadas nesse contexto, pois ao anular simbolicamente as suas realizações, os seus feitos, terminam por serem pouco reconhecidas.

As reflexões de Mourão (2000) e Goellner (2006; 2012), sobre parte da história da participação feminina nas atividades físico-desportivas, nos ajudam a compreender o extenso percurso das mulheres para conquistarem espaço no cenário esportivo.

Sobre o esporte feminino, Collins e Bilge (2020), ao discutirem o uso da interseccionalidade para analisar a Copa do Mundo da Fifa, mostram como as relações de poder de raça, classe, gênero, dentre outras se organizam no futebol, bem como nos esportes em geral. Para as autoras, diferenças de gênero e de outras, formatam padrões de oportunidades e desvantagens no esporte. Ressaltam que em se tratando de gênero, os esportes de uma forma geral costumam oferecer menos oportunidades para as mulheres e mais para os homens, sendo assim, independente do esporte praticado, as mulheres enfrentam uma luta difícil para praticá-lo.

O esporte, semelhante a família e outras instituições sociais, espelha e reforça o sistema patriarcal, cujo princípio se baseia no domínio masculino. O patriarcado “educa” há séculos como as relações de poder entre mulheres e homens devem operar nos diferentes setores da sociedade. Portanto, pensarmos numa história das mulheres no esporte, e em particular nas travessias, é compreender como esta estrutura se articula para manter o controle sobre os corpos femininos.

Assim para melhor compreendermos as relações entre educação, patriarcado, relações de gênero no esporte e a participação feminina em travessias trazemos as narrativas das sete colaboradoras desta pesquisa, de maneira a estabelecer um diálogo entre elas, a pesquisadora, autores e outras fontes. Para isso, trazemos inicialmente as narrativas das cinco mulheres que fazem parte do grupo 1 e posteriormente das duas mulheres que fazem parte do grupo 2.

Iniciamos com a opinião das cinco entrevistadas sobre a participação feminina nas travessias. A maioria das respostas convergiram para a seguinte opinião: têm poucas mulheres em comparação aos homens, mas o número de participantes está crescendo. Observa-se que é uma percepção baseada apenas no número de mulheres participantes. Não consideram a proporção entre a participação feminina e a masculina o que implica numa visão parcial do cenário.

Em relação aos motivos da menor participação feminina, consideram:

“Talvez, pelo fato de que tem que ter uma dedicação maior [...] então eu acho que as mulheres acabam priorizando outras coisas [...] de achar que não tem força, por medo do mar” (Maria Clara). Ela também atribui à educação familiar, e a uma questão estrutural.

A sobrecarga de trabalho, os cuidados com o cabelo e a higiene de algumas piscinas, reflete a nadadora Quiara:

[...] é a questão do casamento e maternidade, que acaba cansando muito, com o processo de gestação, a gente não pode treinar no mesmo ritmo, e no pós-parto também. Acaba sendo extenuante para a mulher e, nem todas têm rede de apoio, e mesmo tendo rede de apoio, exige um tempo para que a gente volte a nadar, a treinar e a competir no mesmo ritmo. Então eu acho que esse é um fator que acaba sendo bastante desafiador para as mulheres em geral.

Que é uma fase em que as mulheres estão se organizando em termos de trabalho comenta Claudia. Aponta também, que muitas atletas másters da faixa etária, 35 anos a 45 anos, foram nadadoras quando mais jovens e pararam de nadar para serem mães. E afirma:

A mulher, ou ela abdica, e não vai ser mãe, e vai continuar competindo, ou ela vai dar essa pausa, vai cuidar da vida e depois vai voltar [...] e o homem, mesmo ele sendo pai, não atrapalha porque ele não fica grávido durante 9 meses, ele não amamenta, ele não faz nada disso, então eu acho, que essa fase pra mulher, é uma fase onde ela perde muito pra retornar. Então talvez por isso tenha um quantitativo menor de mulheres.

A educação, “apesar de achar que a prática esportiva é uma escolha pessoal”, afirma Maria de Fátima. Atribui também, à rotina decorrente das demandas com a maternidade, criação de filhos, e o trabalho.

Dos motivos apontados, a educação familiar, e conciliar a maternidade, os cuidados com os filhos, e o trabalho, foram os mais recorrentes. Entendemos que os motivos citados pelas entrevistadas, decorrem de uma questão estrutural, conforme se referiu Maria Clara. Como discutimos, a família patriarcal, base do sistema patriarcal brasileiro, se caracterizou por instituir um discurso normativo de papéis de gênero, e estes foram introjetados na educação.

Apesar das atualizações que possamos fazer, a educação familiar permanece replicando esse discurso nas práticas educativas de mulheres e de homens. Portanto,

a assunção absoluta da maternidade e cuidados com os filhos, na maioria das vezes recai sobre “os ombros das mulheres”, o que em muitos casos reverbera negativamente no seu trabalho, a ponto de reduzir a sua jornada ou até mesmo abdicar por um tempo.

Em relação aos cuidados com os cabelos, nos reportamos Perrot (2015, p. 49-50) quando diz: “A mulher é feita de aparências. [...] Primeiro mandamento das mulheres: a beleza. [...] Os cabelos são a mulher, a carne, a feminilidade, a tentação, a sedução, o pecado”. Portanto culturalmente os cabelos fazem parte da identidade feminina, e por isso, cuidá-los, faz parte da educação feminina.

No curso do nosso diálogo sobre a participação feminina, a importância da representatividade esteve presente nas narrativas de algumas entrevistadas. De acordo com o Dicionário online de português, representatividade significa “Característica de uma pessoa, de um partido ou de outras organizações sociais, que, pela proximidade com a população, pode falar ou representar com propriedade as necessidades do grupo do qual faz parte” (DICIO, s.d.).

Aplicada à equidade entre mulheres e homens, representatividade, significa uma maior presença das mulheres nos diversos espaços da vida em sociedade. Ao se verem representadas, em espaços majoritariamente masculinos, são motivadas a também participarem desses espaços. Exemplo disso, são as narrativas de algumas entrevistadas.

Maria Clara, expressa admiração, alegria, e reitera o desejo de participar da travessia, ao ver as fotos da nadadora Sinara abraçada com o filho, na chegada, de uma das etapas da travessia. Renata, uma das nossas colaboradoras, foi a segunda inspiração de Maria Clara. A respeito disso comenta:

Ao começar a nadar para travessia, [...] eu olhava pra ela e pra uma amiga dela que nada também. Eu disse: nossa! Que mulheres! Elas são adultas, com filho, se permitindo até estar aqui. Quando eu crescer eu quero ser assim!

Ainda a respeito de Renata declara: “ela foi importante para mim. Ser um mulher também, é diferente [...]”. Consideramos dois elementos importantes nas duas falas de Maria Clara. Ser mulher e ter filho. Para nós, evidencia, como a representatividade, contribui para a desconstrução dos papéis de gênero, ao mesmo tempo em que revela uma educação que delimita os papéis sociais das mulheres.

Neste caso, nos parece haver uma certa surpresa à constatação de que mulheres com filhos também podem ser nadadoras de travessias.

Sobre a representatividade, reflete Quiara: “Eu acho que, por ver poucas mulheres, para mim foi inspirador ter colegas que participaram e que me inspiraram, então pra mim também como mulher foi muito bom, porque a gente sempre vê referências masculinas”.

Camila, considera incentivador ver outras mulheres participando das travessias e destaca a importância de atualmente ter uma maior presença de nadadoras mais jovens. “Quando eu fiz lá atrás as primeiras, não tinham tantas, já tinha as meninas destaque na época e tal, mas não tinham tantas”. Ela acredita que o aumento de meninas mais jovens está relacionado ao maior número de referências no cenário da participação feminina em travessias, como também à profissionalização de nadadoras.

Em entrevista concedida para o Papo de Mina em 2022, Ana Marcela Cunha inicia sua participação comentando sobre a importância da sua conquista, o ouro olímpico na maratona aquática, nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. Para ela, “é uma conquista muito importante para o esporte, para o Brasil, para a sua carreira, mas tem uma forma de inspirar novos talentos, novas meninas [...]”.

E afirma que o Brasil é um polo de natação. Porém, destaca:

[...] mas a gente perde mais meninas do que meninos, ali quando a gente chega ali nos dezoito, ali quando você vai estudar ou seguir a carreira como atleta e o feminino sempre tem mais cobrança da família, pra estudar ou pra outras coisas, e o masculino não, o masculino, a família em si deixa um pouco mais, então por mais que a gente seja um polo, nós somos muito carentes de ter mulheres que conseguem permanecer no esporte.

A reflexão de Ana Marcela sobre barreiras familiares em relação à permanência no esporte enfrentadas pelas mulheres no tempo presente, contribuem, para as nossas reflexões sobre a participação feminina em travessias em mar aberto. A respeito da educação recebida pelos pais enfatiza que houve um equilíbrio entre o estudo e a natação.

Em acordo com Ana Marcela, Adichie (2017, p. 21) afirma: “Os estudos mostram que as meninas geralmente param de praticar esportes ao chegar à puberdade”. A respeito do abandono precoce de meninas e mulheres no esporte, uma publicação do Comitê Olímpico do Brasil, apresenta os seguintes dados fornecidos

pelo Ministério das Mulheres: em 2023 enquanto 45,8% dos homens adultos praticaram o nível recomendado de atividade física no tempo livre, entre as mulheres essa proporção foi de 36,2%. A publicação comenta que a adolescência é o período onde há mais abandono do esporte, porém é maior nas meninas do que nos meninos. Dentre os motivos estão “falta de perspectiva de carreira profissional, o relacionamento com treinadores/as, questões de autoestima e um ambiente seguro e livre de abusos (COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL, 2024).

Para finalizar o nosso diálogo com esse grupo de nadadoras, trazemos o olhar das nadadoras enquanto participantes das travessias. Como resposta tivemos apenas a mudança do tempo entre a largada feminina e a masculina. Para Camila a mudança de 5 minutos para 10 minutos foi pior para as mulheres porque “[...] depois dos homens [...] a gente pega uma maré um pouco mais difícil”.

Mas também para eles é realmente melhor porque normalmente as mulheres nadam um pouco mais fraco, e se eles saíssem depois da gente, iam terminar atropelando muitas mulheres no meio do caminho [...] Então eu creio que botaram os homens na frente porque a gente não teria tanto conflito.

As reflexões de Camila sobre a largada, nos incita a fazer algumas provocações. Por que o consenso sobre a largada privilegia os homens? Por que nós mulheres cedemos para beneficiá-los? Será que não poderia haver uma alternância em relação à largada? Ou seja, ano sim, ano não, as mulheres largam na frente. Por fim, independente de qual grupo largue na frente, o “atropelo” deveria ser combatido com uma política educacional nas entidades esportivas. São questões e reflexões que podem ser amadurecidas e discutidas com todos os envolvidos no processo.

Claudia tem uma opinião diferente de Camila. Relembra: “Antigamente a largada era única. Eu fiz em 1996, largada única. Eu particularmente prefiro a largada única. Todo mundo junto e misturado”. Sobre o porquê dessa preferência, explica: “É o meu desafio e acho que o de toda mulher, é querer se superar. Então quando você larga ali, junto com todos os homens, a minha superação vai querer chegar na frente dos homens”. Comenta que em 2023 fez duas travessias.

A primeira foi todo mundo junto. Foi a Mar Grande. A segunda foi a TIS, que foram duas largadas. [...] A largada única foi muito melhor do que a largada separada, por que você sente o homem preocupado em não chegar na frente da mulher. Quando a gente larga depois, afora as primeiras que são muito mais fortes, dificilmente você vai chegar disputando, apesar de que eu cheguei na frente de alguns homens.

Conclui dizendo que atualmente a travessia faz a mesma premiação, a mesma festividade para homens e mulheres, “a diferença é que ainda se tem muito mais homens do que mulheres”. Percebe-se na fala de Claudia os atributos competitividade e coragem. São atributos ainda considerados socialmente como inerentes aos homens. Cogitamos a possibilidade de ser um traço da sua personalidade ou um reflexo da sua educação familiar ou talvez a interação de ambos.

Nesse momento trocamos de protagonistas ao trazermos para diálogo as colaboradoras do grupo 2. Iniciamos ouvindo-as sobre o cenário da participação de mulheres na área técnica e da gestão esportiva.

Para Renata, as mulheres que estão na gestão esportiva, são mulheres com histórico no esporte, e que vão para gestão com o objetivo de organizar melhor aquela estrutura. Além disso, acrescenta:

Eu acho que na hora que você está na gestão, você também, além de ser referência, você cria um ambiente mais favorável para a prática do esporte por mulheres”, e ao criar um ambiente mais favorável, “atrai mais mulheres e aí talvez essa seja a forma de ampliar essa base.

Outro fator importante apontado por Renata, é que a mulher “olha mais para aquela atleta, por saber que ela tem necessidades diferentes do menino”. Também comenta: “a gestão no clube, me trouxe para o universo mais feminino ainda enquanto gestora”. Por fim sugere a necessidade de mulheres na FBDA.

Semelhante à Renata, Lais acredita que por ser mulher, atrai muitas alunas mulheres. “Eu acho que é pela representatividade”, afirma Lais. A partir da sua experiência, considera difícil atuar nas funções de técnica e gestora esportiva, por que existem barreiras que ainda não foram transpostas, mesmo sendo graduada em Educação Física e com experiência como atleta e como profissional de natação competitiva.

Atribui também ao machismo, a falta de confiança de algumas pessoas, inclusive mulheres, em serem treinadas por mulheres. “Eu já sofri muito dando treino em algumas equipes de natação”, cuja maioria era de homens. Comenta que muitas vezes precisou ser reativa para poder se impor. Essa falta de confiança também se estende à colegas de trabalho, complementa Lais. Quanto a presença de técnicas de natação em Salvador e fora da Bahia, não conhece nenhuma à frente de equipe.

As narrativas de Renata e Lais apontam a importância da ocupação desses espaços, para haver uma maior presença de mulheres no esporte e em particular nas travessias. Sobre a carência de mulheres nesses espaços, Goellner (2012, p. 73), denuncia: “a participação de mulheres em órgãos dirigentes e de gestão do esporte é ínfima; a inserção em funções técnicas, como treinadoras e árbitras, ainda é diminuta”. Outro ponto relevante destacado por Lais, são os preconceitos provenientes de uma cultura machista, patriarcal, que dificulta a ocupação de mulheres em profissões majoritariamente ocupada pelos homens.

Lais, ao fazer uma avaliação sobre a relação entre a gestora e a técnica com os demais agentes que compõem o ambiente esportivo, declara: “as vezes, eu me sinto como se não tivesse voz”. Em relação à FBDA, participa apenas do conselho técnico, porque é técnica de natação. Diz que já teve a experiência de falar, de opinar no conselho, mas não teve êxito. Ressalta que a diretoria é formada só por homens.

Já Renata, confessa que a sua relação com os agentes que compõem o ambiente esportivo “foi uma experiência maravilhosa”. Complementa dizendo:

Eu tive as portas abertas, eu tive diálogo, eu tive o respeito, porque o mundo masculino, o Yacht é um mundo masculino, a federação é um mundo masculino, a natação é um mundo masculino, todo mundo que está na organização desses mundos, todos, na sua maioria esmagadora, homens.

Observa-se que as experiências Renata e Lais foram bem diferentes. Supõe-se que o motivo dessas diferenças seja a cultura dos ambientes em que exercem suas atividades e o nível de exposição a que estão sujeitas nesses ambientes.

Em relação às iniciativas de apoio e incentivo para a natação feminina, em particular, para a participação nas travessias, Lais responde: “iniciativas da federação, assim de forma específica, eu não vejo, mas os clubes têm batalhado por mais mulheres, mais provas, mais travessias”. Segundo ela, a estratégia dos clubes é ficar mais atento às mulheres que nadam nas escolinhas de natação. Havendo alguma que nade bem eles a convidam para participar da equipe.

Sobre apoio e incentivo, Renata afirma que nunca houve nenhum no período da sua gestão. Ao falar sobre equidade de gênero no esporte Goellner (2012, p. 73) salienta que “para as mulheres, ainda são desiguais várias situações quando comparadas aos homens”, como por exemplo menores recursos para patrocínio e pouca visibilidade nos meios midiáticos.

Por fim, Lais e Renata apresentam algumas sugestões para o fomento de uma política de apoio e incentivo à participação de mulheres nas travessias. Lais sugere: investir em eventos esportivos cuja publicidade utilizem mais imagens de atletas mulheres; realizar eventos só para mulheres, como por exemplo, uma travessia só de mulheres; publicizar datas comemorativas, tais como, dia das mães, dia internacional das mulheres, identificando-os com o esporte feminino. Também propõe alguma iniciativa “de educação para o público em geral, não só para os homens, porque tem mulheres que também tem um machismo incrustado da sociedade [...] para que melhore a visão de que a mulher é capaz”.

Renata, sugere competições específicas para mulheres. Acredita que além de valorizar o esporte feminino, e atrair mais mulheres, contribui para o exercício da sororidade entre as mulheres esportistas “porque a gente sabe a necessidade da outra e a gente leve em bloco, é o coletivo falando”. Principalmente por considerar que a mulher máster tem demandas pessoais e familiares diferentes das mulheres de outras categorias. Para ela termina sendo excludente. Por isso, defende que a FBDA, juntamente com outras lideranças da nataação olhem para as necessidades dessas mulheres.

Todas as sugestões apontadas por Renata e Lais são importantes, porém, destacamos duas, que consideramos relevantes e pouco ventiladas quando falamos de estratégias para garantir a equidade de gênero. Ao sugerir uma proposta educacional que incluía as mulheres, Lais, toca num ponto essencial; a convivência das mulheres para com o sistema patriarcal. Sobre isso, Lerner (2019, p. 267) afirma que “O sistema do patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres” e aponta várias ações utilizadas para assegurar essa cooperação. Renata por sua vez, traz a “sororidade” como uma possibilidade para desconstruir uma dessas cooperações, o machismo feminino apontado por Lais.

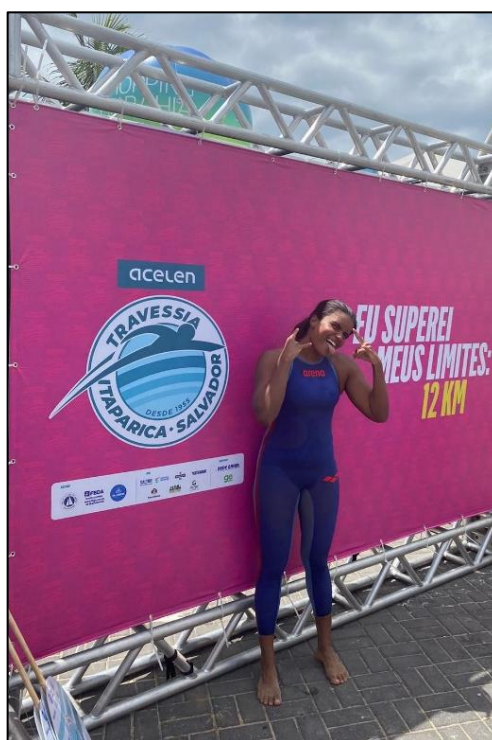
O direito à plena participação feminina no esporte é recente. Apesar dos avanços obtidos, a luta pela equidade de gênero no esporte permanece. Semelhante à educação, é uma estrutura marcada pelos valores patriarcais, o que têm impedido, ou pelo menos dificultado a plena participação feminina. A partir das narrativas das colaboradoras identificamos alguns cenários que nos dão pistas sobre a relação entre educação, patriarcado e relações de gênero nas travessias.

5 NÃO É SÓ ATRAVESSAR

Ó imensidão azul
Ó vasto mar sem fim
Vim pra mergulhar em ti
Para encontrar a mim⁴⁷

Neste capítulo, cujo título foi retirado da fala da entrevistada Maria Clara Vilela Lopes de Brito, as mulheres que dão corpo e sentido a esta pesquisa, compartilham as contribuições das suas experiências, sejam como nadadoras, técnicas e/ou gestoras esportivas. É um mergulho em si. É trazer para a superfície os acontecimentos passados e os seus significados. Abraçar o projeto de participar de uma travessia ou de conquistar espaços de trabalho majoritariamente ocupados por homens, requer determinação, resiliência, disciplina, dedicação, amor. É uma experiência individual, educativa e potencialmente transformadora.

Figura 21 - Maria Clara na TIS 2022



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

⁴⁷ Verso retirado da música Eu sou do mar, do músico, cantor e compositor baiano, Armandinho. Informação obtida em <https://www.letras.mus.br/armandinho/eu-sou-do-mar/>

“Não é só atravessar”; definiu Maria Clara sobre a sua experiência. Para ela: “[...] a travessia no dia é festa [...]. O que eu gosto de falar, é que é todo o processo que você atravessa [...]”.

“Esse processo tem início no momento em se decide fazer. Após isto há um longo percurso, não é só nadar [...] quando você começa a treinar, você tem uma visão, e depois você tem... acaba tendo outra porque é muita água pra se meditar!”, reflete Maria Clara.

Nesse “bater água” ocorrem muitas transformações ...

o maior resultado que a travessia teve na minha vida, primeiro, como eu falei, me enxergar como mulher, entender que eu sou capaz. No, no meu profissional, foi assim...muito bom, porque eu tinha uma questão muito forte, eu já falei também, com, de eu nunca ter me permitido correr atrás de alguma coisa.

E prossegue,

Fiz novos amigos, fiz novos amigos, e comecei a olhar pra mim, porque aí eu passei a viver a minha vida! De entender mesmo o que era o que eu queria, quando eu quisesse uma coisa eu, uma coisa que fizesse sentido a gente pode, por mais difícil, por mais desafiador, é só querer! [...]. Aí foi quando eu fui entendendo isso, entrando mais no autoconhecimento.

Para ela, “[...] participar da travessia, me ensinou a ressignificar muita coisa, ressignificar e aceitar mais as coisas”.

Comenta também, que antes de realizar travessias tinha uma relação “simbiótica” com os pais. Porém no seu projeto ela queria ser mais protagonista da sua vida. Sobre isso, recorda:

[...] no projeto eu queria que fosse uma coisa minha, sabe? Eu não queria interferência de pai, de mãe, aquela coisa, eu queria...[...] foi quando eu cortei o cordão com meus pais [...]. Então eu queria deixar eles mais...é...mais distantes mesmos.

A narrativa de Maria Clara é rica em contribuições advindas da sua experiência. Destacam o amadurecimento da mulher e consequente mudança na relação com as pessoas e com o mundo que a cerca.

Figura 22 - Quiara na TIS 2022



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

Ao visitar suas memórias da 3ª TIS, Quiara confessa: “[...] Pra mim enquanto mulher, foi um desafio, que hoje eu me lembro como um dos dias mais felizes da minha vida”.

Ao se transportar para o momento, expressa o que sentiu quando finalizou a prova: “por causa de... hoje eu consegui! Hoje eu me superei, eu me dediquei e obtive êxito numa proposta que eu fiz para mim mesma. Eu decidi! Vou fazer! E consegui. Foi muito bom!”

Os sentimentos de mérito próprio, de valorização do esforço, de superação, de autoestima ficam evidenciados na sua fala. Ainda sobre a experiência, externa a alegria de ver a felicidade do irmão ao vê-la finalizar a prova.

[...] pra mim foi realmente algo muito especial, por vim de uma família de pessoas que gostam de natação. Meu avô nadava, meu irmão nadava, é... eu vi o quanto ele ficou feliz. Ele nunca fez essa prova, mas eu vi também o quanto que ele ficou assim: poxa que bom que minha irmã conseguiu! Querendo ou não ele também foi uma inspiração para mim de dedicação, de disciplina, de ir pra treino, porque as vezes dá preguiça, tá frio, a piscina fria, eu falava não! Eu tenho uma prova pra fazer! E eu quero fazer bem. Eu não queria só completar, eu queria chegar, e chegar inteira!

As palavras de Quiara mostram a importância do apoio familiar na prática esportiva, como também as referências que a inspiram. No caso dela, parte dessas referências também se localizam na família.

Figura 23 - Camila na TIS 2022



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

Sobre as contribuições advindas da sua participação na travessia, expressa Camila:

[...] pra minha vida, me trouxe muita, muita, muita coisa. Essa questão de autoestima, essa questão de poxa se eu treinar eu posso também, se ela conseguiu eu posso conseguir também, se ela se esforça eu também posso me esforçar, e sabe... referências!

Nessa narrativa, fica evidente o quanto a experiência contribuiu para a sua autoestima, mas também revela a importância das referências que a motivou a seguir determinada no projeto de realizar a travessia. Dentre essas referências, destaca o desempenho e a determinação de jovens nadadoras, que mostram uma postura bem diferente da que ela tinha. Sobre isso reflete:

Talvez se eu tivesse essa mentalidade, [...] há uns anos atrás, quando eu comecei, que foi justamente na época que eu parei, com treze anos, se eu tivesse naquela época essa mentalidade eu não tivesse tido tanta baixa

estima durante a minha vida toda, achando que ah! Não sei quem é melhor, eu não vou conseguir, eu não tivesse desistido de algumas coisas durante o caminho.

A disciplina é um outro componente que Camila traz, quando se refere à desistência de “coisas na minha vida”, como diz ela. Comenta como a disciplina é importante para não desistir. Relata que ao ser convidada pelo técnico Rogério Arapiraca para integrar a equipe de másters, passou a nadar com atletas que sempre foram destaque na natação, diferente dela, que ficou sem nadar durante muitos anos e pensava que nunca alcançaria o nível dessas nadadoras.

Eu ficava olhando pras meninas e dizia gente nunca vou, nunca vou chegar perto dessas meninas! Vai ser muito difícil! Porque na cabeça da gente é assim. [...] Hoje a gente nada no mesmo nível [...] a maior parte das mulheres que são fortes hoje no máster treinam comigo.

Para ela disciplina e desafio caminham juntos, porque o desafio de nadar uma travessia, requer escolhas, “[...]   abdicar de muita coisa, é deixar de viver algumas coisas sabe?”   também saber lidar com os questionamentos de familiares e amigos, e fazê-los entender as suas escolhas.

Figura 24 - Claudia na TIS 2022



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

Claudia, se considera uma pessoa bem disciplinada e atribui a ser um traço da sua personalidade, a ter iniciado muito cedo na natação e por isso ter uma rotina desde criança, e, aos pais que t b m eram pessoas disciplinadas”, porém confessa:

[...] eu treinar todo dia e mirar a travessia l  na frente, me fez ser mais disciplinada [...] eu tenho horror a acordar cedo, mas pra eu treinar pra travessia, eu tenho que todo o dia acordar 4h45 da manhã, me arrumar. Ah, precisa ser tão cedo se o treino s    6h? Precisa, porque você tem que acordar, tomar café, ir pro local de treino e depois [...] aguentar o pique do trabalho todos os dias, pra poder chegar no final do dia pensar: amanhã tem de novo. Então  ... me deixou mais disciplinada do que normalmente eu sou.

E explica:

[...] pra mim é...tudo o que eu faço tenho que botar um objetivo. Então  , descer e nadar por nadar, pra mim não tem a mínima graça. Pra mim eu tenho que ter um foco [...] a minha motivação é a superação, a minha superação pessoal.

Porém além da travessia, ter contribuído para torná-la mais disciplinada, confessa que tem contribuído para superar o medo de nadar no mar. “[...] eu morro de medo de nadar no mar, é aquela coisa do respeito, ir ali na beirinha, cair na água... então pra mim ... não   só o desafio de nadar a distância”.

Além da travessia, considera que os trajetos das etapas que selecionam para a participação nas travessias são tão ou até piores que a travessia, já que não há um barco acompanhando os nadadores. Portanto são vários desafios para superar o medo de nadar no mar.

Conta que várias pessoas ao saberem do seu medo falam que ela não transmite que tem medo. Sobre isso responde: “  que você não está na minha pessoa para saber o tanto de medo que eu tenho”.

Lidar com o medo do mar requer uma estratégia, revela Claudia.

Quanto mais forte, mais rápido você nada, mais rápido você termina, então pra quem tem medo... pra mim, [...] eu falo assim eu vou ali, vou nadar o mais forte que eu puder, porque quanto mais rápido eu for, quanto mais rápido eu sair melhor, então isso deve ajudar.

Ter medo de nadar no mar e fazer travessias reflete a coragem de Claudia.   ao nosso ver um enfrentamento consigo própria para atingir seu objetivo, já que a superação é o que a mobiliza.

Figura 25 - Maria de Fátima na TIS 2022



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

Para Maria de Fátima a participação na TIS 2022 atendeu por completo o seu objetivo: atravessar o momento da aposentadoria sem sentir os impactos emocionais decorrentes do encerramento da sua carreira profissional. Esta foi a grande contribuição da travessia. Com relação a isto nos conta: “[...] eu gosto de nadar, eu não quero parar de nadar. Vou continuar nadando no mar. [...] a travessia...[...] eu fiz ela pensando na questão da aposentadoria”.

Se aposentar, não estava nos planos de Maria de Fátima, porém por contingências da vida a adiantou. Essa decisão a preocupava, mas a sua escolha foi acertada.

Porque pra mim me fortaleceu. Só em dizer assim você fez a melhor coisa do mundo foi pedir a sua aposentadoria que não era uma coisa que eu iria fazer, entendeu? Então essa minha convicção que foi a melhor coisa que eu fiz foi ter pedido a aposentadoria, e o processo todo do treino sem pensar em nada, só no foco, entendeu? No final me mostrou que, você pode se aposentar e ser calma.

E continua: “[...] Eu tinha um medo de me aposentar e ficar... [...] Não senti as emoções, as tristezas, as angústias, de vazio, isso porque o foco no treino, eu estava lá treinando... chegou sem doer, a aposentadoria chegou sem doer, de uma forma bem legal!”

Maria de Fátima traz um aspecto muito peculiar para a sua faixa de idade, a aposentadoria. Nesse sentido, traz uma contribuição preciosa, para refletirmos sobre este momento da vida.

Figura 26 - Renata no Yacht Clube da Bahia



Fonte: Arquivo pessoal da colaboradora

Renata é uma mulher experiente, seja como nadadora, seja como gestora esportiva. Sobre essas vivências, expressa:

Então... Eu costumo dizer que “a vida é travessia”! Nada mais simbólico realizar, né? Sentir na pele os resultados positivos do “endurance”, do treino até a prova, e que destaco: paciência, resiliência, compromisso, disciplina, dedicação, responsabilidade, cuidado, respeito... Silêncio! E é esse “combo” que trago do esporte pra vida, da prova de “resistência” pra vida. Certeza... sou uma mulher melhor, enquanto SER, após a prática.

A experiência Diretora de Natação foi especial e essencial para a minha vida enquanto “mulher líder”, empresária e gestora. Um verdadeiro laboratório de gestão, onde pude estar no lugar de decisão no pessoal, financeiro, logística, comunicação, comercial... Social. Seis anos inesquecíveis e imprescindíveis para eu ser quem hoje eu sou.

Renata fala de dois lugares; o da atleta e o da gestora, e isto lhe concede uma experiência mais rica em relação à participação de mulheres no campo esportivo. Em ambos destaca a importância dessas vivências para a pessoa Renata, para a mulher que é.

Desafio, coragem, transformação, mérito próprio, valorização do esforço, superação, autoestima, referência, paciência, respeito, disciplina, decisão, medo de nadar no mar e da aposentadoria, foram algumas palavras e pequenas frases que emergiram das narrativas das entrevistadas. Algumas são recorrentes nas falas de todas, outras não. Há aquelas que são esperadas, face à natureza do projeto e as que

são inusitadas. Todas são memórias advindas da experiência. São memórias corporificadas, que se traduzem em amadurecimento e ressignificação da vida.

6 DA ILHA AO CONTINENTE: O MAR

Chegamos! Já em terra firme, olhamos para o mar, e de longe, avistamos a ilha, lugar da nossa partida, e pensamos: fizemos mais uma travessia! Na ilha, antes de nos lançarmos ao mar, relembávamos as motivações e todo o planejamento para conseguirmos atravessá-lo e chegar no continente. Mas o mar é um espaço de imprevisibilidades, e conseqüentemente de ajustes no percurso, mas também de muitos aprendizados.

Essa pequena metáfora exemplifica a nossa jornada para chegarmos até aqui. Movidos por inquietações que surgiram na primeira travessia, a dissertação de mestrado, interessava saber: considerando as memórias e histórias de mulheres sobre suas participações em travessias, como nadadoras e/ou técnicas-gestoras esportivas, que relações podemos estabelecer entre essas histórias, educação, patriarcado, relações de gênero no esporte e a permanência da baixa participação feminina em relação à masculina nas travessias a nado realizadas na Baía de Todos os Santos no tempo presente?

A partir dessa pergunta-síntese elaboramos os seguintes objetivos específicos: conhecer as histórias da participação de mulheres na natação e em travessias realizadas na Baía de Todos os Santos, sejam como nadadoras, sejam como nadadoras com experiência na área técnica e/ou gestão esportiva; conhecer aspectos históricos do patriarcado no mundo e no Brasil; analisar as relações entre educação, gênero, patriarcado e a participação de mulheres em travessias; destacar as contribuições da participação nas travessias para as mulheres participantes da pesquisa. Estes objetivos foram traduzidos em cinco capítulos.

O nosso percurso foi guiado pela metodologia da história oral, por privilegiar as narrativas dos sujeitos considerados importantes fontes de informação. Para produção das fontes utilizamos a entrevista temática, que se materializou em dois roteiros de entrevista. Um para o grupo 1 formado por cinco nadadoras e o grupo 2 constituído por duas nadadoras com experiência na área da técnica e da gestão esportiva. Para a análise e interpretação das narrativas escolhemos a teoria da análise do discurso de Véron (1980). A partir das memórias e histórias das entrevistadas, evidenciamos os resultados ao mesmo tempo em que tecemos algumas considerações.

A autoapresentação das entrevistadas, revelou que todas colaboradoras são do gênero feminino, possuem nível de educação superior e pertencem a classe média.

Em relação a ocupação profissional, apenas uma não está no mercado de trabalho porque é aposentada. Cinco se identificam como pardas ou pretas, e duas como brancas. Sobre o estado civil, cinco são solteiras, uma é casada e a outra viúva. Das sete, três tem filhos.

Apesar do quantitativo de mulheres participantes da pesquisa ser pequeno, para podermos afirmar que o nível de escolaridade versus a inserção no mercado de trabalho encontrado na pesquisa, contraria os dados apresentados pelo *Education at a Glance 2024*, da OCDE, podemos ao menos conjecturar que a classe social talvez seja determinante para o resultado. Também em relação à raça, identificamos um panorama que vai de encontro ao que normalmente encontramos na natação feminina; no qual a maioria é constituída por mulheres brancas, o que consideramos um avanço quando se discute igualdade racial no esporte.

As participantes da pesquisa iniciaram na natação na infância ou início da adolescência, fases da vida em que ainda estão sob a autoridade dos pais, o que nos indica uma educação familiar que favoreceu o acesso a esse esporte, mesmo quando consideramos que o motivo do ingresso no esporte tenha sido em prol da saúde como os reportados por Renata e Lais.

Identificamos que a maioria das nadadoras não tem uma trajetória contínua em relação a natação e as travessias. Dentre os motivos “das idas e vindas”, estão o afastamento do esporte no período do ensino médio, reportado por Quiara e Camila, e a dificuldade em gerenciar os cuidados com os filhos, a vida familiar, e o trabalho, mencionado por Maria de Fátima. O primeiro motivo nos remete a dados que apontam o maior abandono no esporte por parte de adolescentes meninas do que de adolescentes meninos. O segundo expressa uma educação feminina a que replica papéis normativos de gênero.

Os principais motivos apontados pelas entrevistadas do grupo 1, para justificar uma menor participação de mulheres quando comparada à participação de homens nas travessias foram: a educação familiar, e conciliar a maternidade, cuidados com os filhos, e o trabalho. Ao apontarem estes motivos revelam criticidade à aspectos sensíveis sobre a participação plena das mulheres nos diferentes setores da vida em sociedade, como por exemplo a participação nas travessias.

As narrativas desse grupo evidenciam, a importância da representatividade no esporte, seja como motivação para fazerem as travessias, seja por agregar mais mulheres. Como mulheres participantes da travessia, a maioria apontou a mudança

da saída única para saída separada como positiva, porque evita o “atropelamento” das mulheres pelos homens no momento da largada. Consideramos que essa maior adesão à saída separada, na qual as mulheres largam após os homens, pode ser o reflexo de uma cultura que privilegia os homens, o que ao nosso ver é uma questão que carece de discussão. Além disso uma das nadadoras, se referiu como positivo o fato de atualmente mulheres e homens terem a mesma premiação e festividade.

A respeito da participação de mulheres na gestão esportiva, Renata atribui a menor presença de mulheres à educação familiar. Para ela as que estão nesse cargo têm histórico com o esporte. Considera que a presença feminina na gestão possibilita uma maior participação das mulheres no esporte, seja pela representatividade, atraindo mais mulheres, seja por entender melhor as necessidades das mulheres. Por isso sugere que haja mulheres na FBDA.

Sobre a participação de mulheres na área técnica e da gestão esportiva, Lais, acredita que ser uma técnica de natação ajuda a atrair mais mulheres. Aponta que em ambos os cargos há barreiras a superar mesmo tendo formação acadêmica e experiência no setor. Citou como barreiras: o machismo de homens e mulheres, a desconfiança de mulheres, e de colegas de trabalho em relação à sua competência profissional. Sobre a presença de mulheres técnicas de natação, desconhece no cenário baiano, alguma que lidere equipe de natação.

Ambas, Renata e Lais, expõem vários elementos que nos levam a considerar que a educação feminina, e a democratização das mulheres na estrutura esportiva, são importantes para alcançarmos a equidade de gênero no esporte.

Ao avaliarem a sua relação com os agentes que compõem o ambiente esportivo, Lais confessa que não se sente representada e em relação à FBDA diz que não tem conseguido ser ouvida. Já Renata considera que a sua relação tem sido muito positiva. A respeito dessas diferenças nas experiências com os agentes do cenário esportivo, supomos ser devido à cultura dos ambientes em que exercem suas atividades e o nível de exposição a que estão sujeitas nesses ambientes.

Em relação ao apoio e incentivo da FBDA, clube, empresas, para a natação feminina, e um particular para a travessias, Lais afirma que FBDA, não tem apoiado. Quanto aos clubes explica que estes, tem adotado a estratégia de estarem atentos para as mulheres que se destacam na escolinha de natação, com o intuito de trazê-las para a equipe. Renata afirma que no período em que esteve na gestão nunca houve apoio e incentivo pelos agentes supracitados. Essa ausência dos agentes do

setor esportivo contribui para a desigualdade de gênero nesse esporte, e consequentemente para um menor número de participantes.

As sugestões de fomento para uma política de apoio e incentivo à participação de mulheres nas travessias, explicitada por Lais foi: publicidade com imagens de atletas mulheres, eventos só para mulheres, publicizar datas comemorativas e educação para mulheres e homens. Renata sugere competições só para mulheres, e o incentivo à sororidade. Essas sugestões revelam o quanto é positiva a presença das mulheres na estrutura esportiva. Seja no sentido de lutar pelo maior acesso ao esporte seja por buscar estratégias a partir da perspectiva feminina.

Por fim, as colaboradoras da pesquisa consideram que as experiências advindas da participação nas travessias, foram positivas para o amadurecimento, e crescimento pessoal. Isto evidencia o potencial educativo da participação em travessias.

A partir do que foi exposto, entendemos que para haver equidade entre a participação feminina e a masculina nas travessias requer mudanças na educação e na estrutura esportiva. Em relação à educação, destacamos neste estudo, a importância da educação formal, não formal e informal para a conquista da equidade de gênero. Salientamos a educação familiar, primeira instituição social que forma mulheres e homens, como um lugar potente para se modificar a cultura no que diz respeito aos papéis de gênero. Educar meninas e também educar meninos contribui para a superação das desigualdades nos diferentes espaços da sociedade, e o esportivo é um deles. Mulheres educadas com consciência de equidade de gênero adquirem visão crítica da realidade, e consequentemente se tornam agentes de mudança nos diferentes espaços que transitam.

Em relação a estrutura esportiva, consideramos importante haver uma mudança na cultura desse espaço, majoritariamente masculino, de maneira a fomentar uma política que incentive e garanta às mulheres a plena participação, uma política de acesso a todos os setores das instituições esportivas. A presença feminina, significa olhar para o esporte feminino numa outra perspectiva e consequentemente promover mudanças. Conjecturamos, inclusive, que mudanças na estrutura esportiva, além de eficazes, podem provocar respostas mais imediatas que alterem as desigualdades de gênero no esporte.

Como possibilidades de ampliação e desenvolvimento decorrentes desta pesquisa, podemos destacar algumas ações educacionais tais como: políticas

públicas para a prática esportiva feminina nas diferentes dimensões do esporte, ou seja, escolar, de lazer e de competição; inclusão da História das Mulheres no esporte no componente curricular História da Educação Física, e da natação em águas abertas no componente curricular Natação e Atividades Aquáticas dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física; projetos de pesquisa, ensino e extensão que envolvam a proposição de uma educação que altere lógicas patriarcais e que incentive a participação das mulheres onde elas quiserem, em específico, na natação de mulheres em águas abertas, com destaque no mar.

Outras possibilidades, são a implementação de políticas públicas, que articulem diferentes ministérios, tais como: da Mulher, da Educação, do Esporte, da Cultura, da Saúde, dentre outros, para o desenvolvimento de programas, projetos, atividades, ações que promovam a prática feminina no esporte. Destacamos também a importância de ações que possam ser desenvolvidas pela Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, federações e clubes para o incentivo do esporte feminino, inserção das mulheres nas áreas da gestão e técnica nos seus espaços, e visibilização do esporte feminino nas suas campanhas midiáticas.

REFERÊNCIAS

- ADAN, C. Ambiente Histórico-Cultural. **Instituto Kirimurê Baía de Todos os Santos**. 2016. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20161215025358/http://www.institutokirimure.pro.br/ambiente-cultural/> Acesso em: 11 maio 2023.
- ADICHIE, C. N. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. Tradução (Denise Bottmann). 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- AGUIAR, N. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro. Record: Rosa dos Ventos, 1997. Coleção Gênero, v. 5
- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALÔALÔ BAHIA. Com novidades, Travessia Itaparica Salvador será apresentada nesta sexta-feira (23). **Correio**, 2022. Disponível em: <https://aloalobahia.com/notas/com-novidades-travessia-itaparica-salvador-sera-apresentada-nesta-sexta-feira-23>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- ALVES, B. M.; PINTANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ARENA AQUÁTICA DE SALVADOR. **Aulas de natação e hidroginástica!** s.d. Disponível em: <https://arenaaquatica.salvador.ba.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2024.
- AREND, S. F. Trabalho, Escola e Lazer. In: PINSKY, C. B. & PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 65 – 83.
- BAHIA, L. M. dos S. **Histórias e memórias de mulheres nadadoras**: o que a Travessia Mar Grande – Salvador revela sobre a educação das mulheres em Salvador/BA. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFBA, Salvador, 2017.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 4 ed. Difusão Européia do Livro, 1970.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos).
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da Educação. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

CAVALCANTI, F.C; GURGEL, P. R. H. Questões de gênero na educação infantil: construção de um estado de conhecimento. In: Silva, M. C. de P. (Org.). **Educação, sociedade e práxis pedagógica: proposições científicas na área da educação**. Salvador: Edufba, 2020. p. 281 – 307.

CBDA. **Regras Oficiais das Águas Abertas**: Vigência 2023-2025. Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos – CBDA, Diretoria de Águas Abertas. Rio de Janeiro, Mar. 2023. Disponível em: https://sge-aquaticos.bigmidia.com/_uploads/regras/regrasDeAguasAbertas2023.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

COLLING, A. M. Relações de poder e gênero na educação. **Revista Electrónica de investigación educativa Del Departamento de Didacticas Especificas de La Universidad Autonoma de Madri**. Madri: UAM, 2009. Acesso em: dez 2024. Disponível em: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/3659/25411_3.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 jan. 2025.

COLLING, A. M. Inquietações sobre educação e gênero. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.4, nº8, jan-jun, 2015. p. 33-48.

COLLINS, P. H; BILGE, S. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/843831/mod_resource/content/3/Patricia%20Hill%20Collins%20-%20Interseccionalidade%20%28oficial%29.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL. **Cartilha da equidade impulsionando a igualdade de gênero no esporte**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://admin.cob.org.br/uploads/Cartilha_Equidade_Digital_7186c1bb41.pdf. Acesso em: 2 de jun. 2025.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL. **Modelo de desenvolvimento esportivo do comitê olímpico do Brasil**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.cob.org.br/time-brasil/modelo-de-desenvolvimento-esportivo#meninas-e-mulheres>. Acesso em: 12 de nov. 2024.

COSIS/IPAC. **Recôncavo**. SIPAC. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/reconcavo/>. Acesso em: 20 out. 2024.

COSTA, K. E.; SOUZA, S. T. de; SADOYAMA, A dos S. P. Entre o Altar e a Escola: A Evolução das Instituições Femininas e a Influência da Igreja na Educação das Mulheres no Brasil. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, v. 51, p. 69-85, out./dez. 2024.

CUNHA, A. M. Ana Marcela Cunha fala sobre conquistas da carreira e representatividade. **Papo de Mina**. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/TerraBrasil/videos/390544136283606>. Acesso em: 21 jun. 2023.

DELGADO, L. de A. N. **História oral**: memória, tempo e identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, [S. l.], v. 6, 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 10 ago. 2024.

DELORENZI, K. A. P. Formação discente: educação formal, não formal e informal. **Revista mais educação**. v. 2, n. 5, p. 634-639, jul. 2019. Disponível em: <https://www.revistamaiseducacao.com/ArtigosV2N5JUL2019/56>. Acesso em: 20 jul. 2024.

DICIO. Significado de representatividade. **Dicionário Online de Português**. s.d. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/representatividades/>. Acesso em: 20 jan. 2024

DICIO. Significado de vei. Dúvidas de Português. s.d. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vei/#:~:text=D%C3%BAvidas%20de%20Portugu%C3%AAs,contextos%20informais%20ou%20muito%20informais>. Acesso em: 04 mar. 2024

DOMINGUEZ, J. M. L.; BITTENCOURT, A. C. da S. P. Geologia. In: HATJE, V.; ANDRADE, J. B. (org.). **Baía de Todos os Santos**: aspectos oceanográficos. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 62. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/4szy8/pdf/hatje-9788523209292-03.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

DUARTE, C. Horto Florestal ganha status de Bairro juntamente com outras seis regiões. **Online Tribuna**, 2020. Disponível em: <https://www.trbn.com.br/materia/l28329/horto-florestal-ganha-status-de-bairro-juntamente-com-outras-seis-regioes>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ETCHEVARNE, C.; FERNANDES, L. Apontamentos para uma Arqueologia do Recôncavo Baiano. In: CAROSO, C. ; TAVARES, F.; PEREIRA, C. (org.). **Baía de Todos os Santos**: aspectos humanos. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 38. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/jy7mt/pdf/caroso-9788523211622-03.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.

FBDA. Travessia Itaparica X Salvador. **3ª Travessia Itaparica X Salvador 2022 – 12 km**. Resultado Geral Feminino. 2022. Disponível em: https://sge-aquaticos.bigmidia.com/_uploads/relatorios/06c2838cbe6588e6c4a9abc423527407.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

FBDA. 48ª travessia Mar Grande- Salvador 21/01/2011. **Federação Baiana de Desportos Aquáticos**. Disponível em: <https://fbda.com.br/evento/aguas-abertas/147/48-mar-grande-salvador-2011>. Acesso em: 19 dez. 2024.

FBDA. 49ª travessia Mar Grande- Salvador 15/01/2012. **Federação Baiana de Desportos Aquáticos**. Disponível em: <https://fbda.com.br/evento/aguas-abertas/148/49-mar-grande-salvador-2012>. Acesso em: 19 dez. 2024.

FBDA. 51ª travessia Mar Grande- Salvador 21/12/2014. **Federação Baiana de Desportos Aquáticos**. Disponível em: <https://fbda.com.br/evento/aguas-abertas/93/51-travessia-mar-grande-x-salvador-2014>. Acesso em: 19 dez. 2024.

FBDA. 52ª travessia Mar Grande- Salvador 10/01/2016. **Federação Baiana de Desportos Aquáticos**. Disponível em: <https://fbda.com.br/evento/aguas-abertas/244/52-travessia-mar-grande-x-salvador-2016>. Acesso em : 19 dez. 2024.

FERREIRA, M. de M. História, tempo presente e história oral. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2024.

FRANCISSWIM. **Antiga Mar Grande-Salvador**, Travessia Itaparica-Salvador acontece neste sábado com rígido protocolo de segurança. 2020.

FREEPIK. **Vista aérea da Baía de Todos os Santos, em Salvador, Bahia, Brasil**. 2024. Disponível em: https://br.freepik.com/fotos-premium/vista-aerea-da-baia-de-todos-os-santos-em-salvador-bahia-brasil_13506285.htm. Acesso em: 19 dez. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Família brasileira**. Clark, John Heaviside. A Brazilian Family. London [Londres, Inglaterra]: Howlett and Brimmer, 1822. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/a-opera-da-independencia-uma-exposicao-em-dois-atos-e-dez-cenas/>. Acesso em: 20 out. 2024.

GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 85–100, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/106>. Acesso em: 20 dez. 2024.

GOELLNER, S. V. Mulheres e esportes: sobre conquistas e desafios. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Ano II, n. 4. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/revista/RevistadoObservatorio2012Portugus.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024

GÓIS JUNIOR, E.; SIMÕES, J. L. **A História da Educação Física no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** [online], v. 14, n. 50, pp. 27-38, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GORDILHO, V. *et al.* Ocultações e espelhamentos: processos criativos em oficinas realizadas pelo Núcleo de Arte no Projeto BTS – Porto 01: Baiacu. In: CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. (org.). **Baía de Todos os Santos**: aspectos humanos. Salvador: EDUFBA. p. 413 – 414, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6264/1/BAIA%20DE%20TODOS%20OS%20SANTOS_ASPECTOS%20HUMANOS.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023.

GLOBO ESPORTE. Vitor Simões e Isabelle Mendes vencem Baía de Todos os Santos. **Globo.com**, 2013. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/ba/noticia/2013/12/vitor-simoes-e-isabele-mendes-vencem-baia-de-todos-os-santos.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

IBGE. Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. **AGENCIA IBGE NOTÍCIAS**, 2010. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13937-asi-censo-2010-populacao-do-brasil-e-de-190732694-pessoas#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20%C3%A9%20composta,mulheres%20e%2093.390.532%20homens>. Acesso em: 26 jul. 2023.

IBGE. Mulheres são 51,1% da população do país. **AGENCIA IBGE NOTÍCIAS**, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 26 jul. 2023.

IBGE. População por idade e sexo. **AGENCIA IBGE NOTÍCIAS**, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ca93b770f7ef3931bd425cdea60c8b5c.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

ILHA NOTÍCIAS BAHIA. **9ª edição da Travessia Itaparica Salvador terá várias provas na Baía de Todos os Santos**. 14 dez. 2024. Disponível em: <https://ilhanoticiasbahia.com.br/noticia/2165/9o-edicao-da-travessia-itaparica-salvador-tera-varias-provas-na-baia-de-todos-os-santos>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sella. São Paulo: Cultrix, 2019.

LE BRETON, D. **A Sociologia do corpo**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LE BRETON, D. Aprender o mundo pelo corpo. In: Maria Cecília de Paula Silva (Org.). **Do corpo inteiro**: corpo cultura e educação no tempo presente. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 18-28.

LOHN, R. L. Reflexões sobre a história do tempo presente: uma história do vivido. In: Tiago Siqueira Reis *et al.* (Org.). **Coleção história do tempo presente**. Boa Vista: Editora da UFRR, v.1, p. 11-26, 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARK, J. J. As Mulheres na Antiga Mesopotâmia. **World History Encyclopedia**, 2022. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/2-2081/as-mulheres-na-antiga-mesopotamia/>. Acesso em: 20 out. 2024.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 126-147.

MINAYO, M. C. de S (Org.) *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOURÃO, L. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 5-18, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/11777>. Acesso em: 10 dez. 2024.

OBSERVATÓRIO DE EQUIDADE EDUCACIONAL. A Educação Brasileira e o Desafio da Equidade de Gênero: Dados Preocupantes no Education at a Glance 2024. **Equidade Educacional**, 13 set. 2024. Disponível em: <https://equidadeeducacional.nees.ufal.br/2024/09/13/a-educacao-brasileira-e-o-desafio-da-equidade-de-genero-dados-preocupantes-no-education-at-a-glance-2024/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

OITICICA, C.; OSWALDO-CRUZ, E. De kirimurê à baía de todos os santos. **Academia Brasileira de Ciências**. 2010. Disponível em: http://web.archive.org/web/20150717012534/http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=763. Acesso em: 11 maio 2023.

ONU MULHERES BRASIL. **Esporte para a Geração Igualdade: promovendo a igualdade de gênero no e por meio do esporte**. 2024. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/esporte-para-a-geracao-igualdade-promovendo-a-igualdade-de-genero-no-e-por-meio-do-esporte/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

PEDRO, J. M. Corpo, lazer e trabalho. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 238 – 259.

PEREZ, O. C.; MARTINEZ RICOLDI, A. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 31, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/83260>. Acesso em: 8 dez. 2024.

PEREIRA, L. Imagem de capa da reportagem: Falta o fôlego de outrora: Jornal Metrôpole relembra tempos de ouro da travessia Salvador-Itaparica. **Jornal Metrôpole**, 2023. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/jornal-da-metropole/142193,falta-o-folego-de-outrora-jornal-metropole-relembra-tempos-de-ouro-da-travessia-salvador-itaparica>. Acesso em: 20 out. 2024.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

REIS, A. M. dos. **Candomblé: a panela do segredo**. EUGÊNIO, R. W. (Org.). São Paulo: Mandarim, 2000. Disponível em: <https://doceru.com/doc/exs0v5x> Acesso em: 12 abr. 2023.

RIBEIRO, N.; ANDRADE, J. B. de; HATJE, V. (Org.) Estudo multidisciplinar Baía de Todos os Santos. **Coleção Cartilhas**, Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: [Livreto-Cartilhas-Estudo-multi-baia-de-todos-os-santos-2012.pdf](#). Acesso em: 11 maio 2023.

RIBEIRO, D.; NOGUEIRA, C.; MAGALHÃES, S. I. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 03, p. 57–76, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/780>. Acesso em: 4 dez. 2024.

ROSEMBERG, F. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla B. & PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 333 – 359.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2015.

SAMARA, E. DE M. O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade. *Psicologia USP*, v. 13, n. 2, p. 27–48, 2002.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos; 5). Disponível em: <https://doceru.com/doc/1c5ec5x>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SANTOS, A. R. dos; SILVA, J. F. da. Diálogo entre os estudos pós-coloniais e o feminismo latino-americano na compreensão do patriarcado na constituição da América Latina. **REALIS**, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/236461>. Acesso: 20 abr. 2023.

SCOTT, A. S. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15 – 42.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SILVA, M. C. de P. O esporte e a formação da mulher no início do século XX: significados históricos no espaço escolar. In: OLIVEIRA, V. M. de (Org.). **História oral aplicada à educação física brasileira**. Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho, 1998. p.169 – 204.

SILVA, M. C. de P. **Do corpo objeto ao sujeito histórico**: perspectivas do corpo na história da educação brasileira. Salvador: EDUFBA, 2009.

SOIHET, R. A conquista do espaço público. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 218 – 237.

TAVARES, F. *et al.* Inventário das festas e eventos na Baía de Todos os Santos. **Salvador: EDUFBA**, 2019. Disponível em: <https://observabaia.ufba.br/wp-content/uploads/Invent%C3%A1rio-das-festas-e-eventos-na-Baia-de-Todos-os-Santos.pdf>. Acesso em: 27 maio 2023.

TELES, L. Campeões contam a história da tradicional travessia. **A Tarde**, 2013. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160304072723/http://atarde.uol.com.br/esportes/noticias/1477918-campeoes-contam-a-historia-da-tradicional-travessia>. Acesso em: 19 jun. 2023.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1992.

UCHÔA, V. Travessia Baía de Todos os Santos preenche vazio da Mar Grande-SSA. **Correio**. Salvador, 19 dez. 2013. Seção: Esporte. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/travessia-baia-de-todos-os-santos-preenche-vazio-da-mar-grande-ssa/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

VERÓN, E. **A Produção do Sentido**. São Paulo : Cultrix. Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

VIEIRA, I. G. B. Gênero e educação escolar: um debate necessário. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 46, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/46/genero-e-educacao-escolar-um-debate-necessario>. Acesso em: 30 maio 2025.

VIEIRA, J. B. L. **Corpos, culturas e emancipação humana: perspectivas educacionais dos círculos de cultura em uma escola pública de Salvador BA/BR**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFBA, Salvador, 2018.

VILLAR, V. Ana Marcela vence travessia Mar Grande-Salvador. **A Tarde**, 2012. Disponível em: <https://atarde.com.br/esportes/ana-marcela-vence-travessia-mar-grande-salvador-2769>. Acesso em: 19 jun. 2023.

VIOLA, G.; PAES, R.; GALATTI, L.; RIBEIRO, S. Pedagogia do esporte e autonomia: um estudo em projeto social de educação não formal. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 14, n. 3, 2011. DOI: 10.5216/rpp.v14i3.10913. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/10913>. Acesso em: 2 jun. 2025.

YACHT CLUBE DA BAHIA. **Nossa história**. [s.d]. Disponível em: <https://www.yachtclubedabahia.com.br/o-yacht/nossa-historia.html>. Acesso em: 10 dez. 2023.

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PPGE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Salvador, 11 de fevereiro de 2025.

Prezado(a) Senhor(a):

Apresentamos a V.Sa. Lygia Maria dos Santos Bahia, matrícula 2020105738, aluna regular do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, que está desenvolvendo a pesquisa intitulada **"CORPOS INSUBMISSOS DE MULHERES NA NATAÇÃO EM MAR ABERTO, EDUCAÇÃO, GÊNERO E PATRIARCADO NO TEMPO PRESENTE."**, a pesquisa discute as relações entre educação, patriarcado, relações de gênero no esporte e a participação feminina em travessias a nado realizadas na Baía de Todos os Santos.

Informamos que a realização dessa pesquisa é de fundamental importância para a construção da dissertação de doutorado de Lygia Maria dos Santos Bahia e que este projeto está sob a orientação da Profª. Drª. Maria Cecília de Paula Silva.

Esperamos contar com sua colaboração no sentido de permitir o acesso da referida mestrande às informações, bem como autorizar o uso de equipamentos para fotografia e gravação das atividades.

Atenciosamente,

Augusto Cesar Rios Leiro

APÊNDICE B - CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL PARA O PROJETO DE PESQUISA CORPOS INSUBMISSOS DE MULHERES NA NATAÇÃO EM MAR ABERTO, EDUCAÇÃO, GÊNERO E PATRIARCADO NO TEMPO PRESENTE DE LYGIA MARIA DOS SANTOS BAHIA

1. Pelo presente documento,.....(nome),
.....(nacionalidade),.....(estado civil).....
.....(profissão), carteira de identidade nº.....
emitida por....., CPF nº.....
residente e domiciliado (a) em

cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal definitivo à Lygia Maria dos Santos Bahia a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no dia (ou entre os dias).....,
na cidade.....perante os pesquisadores.....

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

3. Fica pois Lygia Maria dos Santos Bahia plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Sendo esta forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

.....,

Local

Data

.....

(NOME DO CEDENTE)

(NOME DA INSTITUIÇÃO)

TESTEMUNHAS:

Nome legível:

CPF:

Nome legível:

CPF:

APÊNDICE C – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

ROTEIRO DA ENTREVISTA (GRUPO 1)

- 1) Qual a sua história com a natação e com as travessias?
- 2) O que te motivou a participar da 3ª Travessia Itaparica – Salvador?
- 3) O fato da Travessia Itaparica-Salvador ser realizada na Baía de Todos os Santos tem algum significado para você?
- 4) Qual a sua opinião sobre a participação feminina nas travessias?
- 5) Como mulher participante o que você tem a dizer sobre a travessia?
- 6) Quais contribuições a participação na Travessia trouxe para você?
- 7) Tem mais alguma coisa que gostaria de acrescentar?

ROTEIRO DA ENTREVISTA (GRUPO 2)

- 1) Qual a sua história com a natação e com as travessias?
- 2) O fato da Travessia Itaparica-Salvador ser realizada na Baía de Todos os Santos tem algum significado para você?
- 3) Qual o cenário da participação de mulheres na área da gestão esportiva (Renata)
Qual o cenário da participação de mulheres na área técnica e da gestão esportiva (Lais)
- 4) Como você avalia a relação entre a gestora e os agentes que compõem o ambiente esportivo, tais como: atletas, técnicos, gestores, FBDA? (Renata)
Como você avalia a relação entre a gestora e a técnica com os agentes que compõem o ambiente esportivo, tais como: atletas, técnicos, gestores, FBDA? (Lais)
- 5) Durante a sua gestão houve alguma iniciativa da FBDA, do clube, de empresas, em relação à apoio e incentivo para a natação feminina, em particular, para a participação nas travessias? (Renata)
Durante o período em que é trabalha como técnica e gestora, houve alguma iniciativa da FBDA, de clubes, empresas, em relação à apoio e incentivo para a natação feminina, em particular, para a participação nas travessias? (Lais)
- 6) Que sugestões você daria como ex-diretora de natação e participante de travessias para o fomento de uma política de apoio e incentivo à participação de mulheres na natação em travessias? (Renata)
Que sugestões você daria como técnica, gestora e participante de travessias para o fomento de uma política de apoio e incentivo à participação de mulheres na natação em travessias? (Lais)
- 7) Quais as contribuições da participação nas Travessia, seja como nadadora, seja como gestora trouxe para você? (Renata)
Quais as contribuições da participação nas Travessia, seja como nadadora, técnica ou gestora trouxe para você? (Lais)
- 8) Tem mais alguma coisa que gostaria de acrescentar?